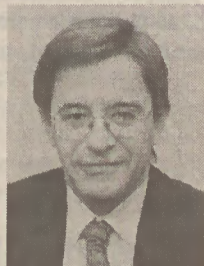


# A grande fraude da CIG 96

«A omissão da UEM no processo de revisão do Tratado de Maastricht... poderá vir a ser a grande fraude da Conferência Intergovernamental»  
Pág. 14



■ Octávio Teixeira

## INTERNACIONAL

### G7 sem soluções para o (des)emprego

Pág. 11

## NACIONAL



### Alentejo debate regionalização

Pág. 7

## EM FOCO

### O que é que a economia tem a ver com desemprego

■ Artigo de Sérgio Ribeiro

Pág. 15

### Setúbal Forum Regional

A realidade socioeconómica do distrito de Setúbal, analisada em encontro no Seixal

Pág. 16

### Sahara Ocidental Impressões de viagem

■ Manuel Brotas

Pág. 17

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Abril de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1167 • Director: Carlos Brito

## Hoje em todo o País

Contra a proposta de lei que pretende impor a desregulamentação dos horários de trabalho e a polivalência das funções profissionais, as estruturas da CGTP realizam hoje acções públicas em mais de duas dezenas de localidades. Em diversos sectores e empresas foram convocadas greves. Pág. 24

# Jornada de luta da CGTP

## Só Em Aljustrel os mineiros cumprem

A concretização das propostas para a mina e para o concelho foi exigida na semana passada, num plenário que marcou para hoje uma concentração junto ao edifício da administração das Pirites Alentejanas. Os compromissos assumidos por Augusto Mateus, ainda como secretário de Estado da Indústria, não estão a ser respeitados e tem havido mesmo declarações no sentido contrário por parte dos responsáveis da mina. Pág. 5



# Vacas e outros bichos

Centrais

Editorial Regionalização e diversão



## EDITORIAL

## Regionalização e diversão



Os trabalhadores da Renault, em Lisboa, protestando contra o possível fecho da fábrica

## RESUMO

3  
Quarta-feira

O Governo lança o Projecto Alfa, que tem como objectivo permitir um atendimento mais personalizado nos centros de saúde ■ Cardoso e Cunha reúne-se com a Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Realização da Expo'98 ■ A Junta Galega pela Amnistia protesta contra «o tratamento dado aos detidos» no seu país, junto à embaixada de Espanha em Lisboa ■ Mais de dez mil pessoas participam num comício promovido pelo Partido Comunista Francês ■ O primeiro-ministro israelita afirma que o referendo sobre a paz é apenas uma opção ■ Yasser Arafat é recebido friamente pela população da Cisjordânia, descontente com a repressão da sua própria polícia ■ O comandante da Ifor anuncia em Washington um «aligeiramento» do dispositivo da força multinacional no Verão ■ Verifica-se o eclipse total da Lua.

4  
Quinta-feira

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul afirma-se contra o projecto Alfa do Ministério da Saúde ■ Os populares de Taveiro, em Coimbra, voltam a manifestar-se contra a lixeira ■ O Governo aprova a privatização da Portugal Telecom, Cimpor e Tabaqueira ■ Dez mil estudantes sul-coreanos manifestam-se no centro de Seul contra a violência policial, exortando ao voto na oposição ■ A polícia norte-americana prende um professor universitário suspeito de ser o «Unabomber», que desde há 17 anos envia cartas armadilhadas ■ A ONU e a «troika» de observadores do processo de paz em Angola querem 30 mil homens da UNITA aquartelados até 8 de Maio.

5  
Sexta-feira

O antigo vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa belga é condenado a dois anos de prisão por falsificação, escroqueria e corrupção passiva ■ Os EUA ameaçam recorrer à força para impedir a construção de uma fábrica de armas químicas líbia ■ A Cruz Vermelha revela que o total de novos «deslocados» no Burundi atinge já os 55 mil, ao mesmo tempo que a violência aumenta entre hutus e tutsis.

6  
Sábado

No Congresso do Alentejo, o PCP defende a criação de uma região única nesta zona, aquando da regionalização ■ Reunidos em plenário em Matosinhos, meia-centena de pescadores exigem uma audiência com o secretário de Esta-

do das Pescas, ameaçando com uma greve em consonância com os outros portos ■ É divulgado que a polícia palestiniana impediu recentemente quatro tentativas de ataques suicidas anti-israelitas preparadas pelo Hamas ■ Verificam-se violentos combates com armamento pesado em Monróvia, na Libéria ■ Proibida aos palestinianos por imposição de Israel, Jerusalém vive a Páscoa com uma grande afluência de turistas.

7  
Domingo

Caças da força aérea espanhola voltam a sobrevoar, nos últimos dias, o arquipélago das Selvagens, na Madeira ■ Na Tchetchénia, o exército russo bombardeia com armas pesadas os arredores de Chali ■ Cerca de 180 soldados norte-coreanos entram na zona desmilitarizada entre as duas Coreias ■ Numa mensagem da Páscoa dirigida às várias regiões do mundo em conflito, o Papa faz apelo aos «artífices da paz» ■ No Dia Mundial da Saúde, a OMS adverte para os perigos da sobrepopulação e da má nutrição.

8  
Segunda-feira

A GNR divulga os números da «operação Páscoa»: 25 mortos e cerca de 500 feridos na sequência de desastres nas estradas portuguesas, no período entre a noite de quinta-feira e a madrugada de domingo ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros protesta junto ao Governo espanhol pela alegada violação do espaço aéreo nacional, nas ilhas Selvagens, Madeira ■ Três estudantes portugueses morrem em Cuba, num acidente de viação ■ O líder independentista tchetcheno afirma que está disposto a iniciar negociações, mas directamente com o Kremlin ■ A Jugoslávia Federal e a Macedónia reconhecem-se mutuamente ■ Aumenta a tensão na fronteira intercoreana.

9  
Terça-feira

Os trabalhadores da Renault exigem, em Lisboa, garantias de que a fábrica de Setúbal não vai fechar ■ Grupo parlamentar do PCP promove, na Assembleia da República, audição pública sobre a situação na metalomecânica pesada ■ A Ordem dos Médicos entrega à ministra da Saúde uma lista de 40 medicamentos compostos de substâncias de origem bovina ■ Começam, no Algarve, jornadas parlamentares do PS ■ Presidente sírio aceita, pela primeira vez, o princípio de uma cimeira israelo-síria ■ Intensos combates no sul da Tchetchénia ■ CGTP-IN divulga documento para o Congresso de Maio, «Trabalho com direitos para todos».

Um dos acontecimentos marcantes do remansoso período pascal, que acaba de passar, foi o VII Congresso sobre o Alentejo, convocado extraordinariamente para discutir o tema «regionalização e desenvolvimento».

As preocupações e as perspectivas que repercutiram na comunicação social, mesmo na menos bem intencionada, mostram a importância e o interesse para o país de debates como este que reuniu na cidade de Moura numerosos autarcas, responsáveis políticos nacionais e regionais, dirigentes sindicais, docentes universitários e de outras áreas do ensino, técnicos e activistas do desenvolvimento regional e do ambiente.

Mais uma vez ficou demonstrado que a regionalização não é um caminho sem escolhos e dificuldades no tocante, nomeadamente, à delimitação das áreas, mas mais uma vez ficou também reforçada a convicção de que ela abre vias claras de resposta para os problemas do desenvolvimento regional, para conter as desigualdades e as injustiças regionais crescentes e para enfrentar as ameaças desertificação e despovoamento que pairam, cada vez mais nítidas, sobre grandes regiões do interior do país.

Ficou sobretudo reforçada a ideia, nos presentes, de que a regionalização proporciona mais amplas oportunidades e possibilidades de participação e de controlo das populações nas questões que lhe dizem respeito, especialmente no capítulo do desenvolvimento, e que o avanço do seu processo não enfraquece mas reforça o papel dos municípios.

Ao intervir no Congresso na qualidade de deputado do PCP, na Assembleia da República, Luís Sá, foi muito esclarecedor quando explicou: «Com a regionalização não se pretende dividir o país mas sim unir os municípios, num processo que deve ser protagonizado e construído com a intervenção decisiva deles próprios, para tratar dos problemas comuns de cada região.»

Contrastam flagrantemente com este espírito devotado ao interesse nacional do Congresso de Moura, os artigos de alguns peralvilhos da capital, que dominam o comentário político em certos órgãos de informação e que se arvoram agora em «condestáveis» do centralismo do Terreiro do Paço e, ainda mais, a «campanha» lançada pelo novo líder do PSD para que, antes do processo legislativo que conduza à criação das regiões administrativas, seja efectuado um referendo sobre a regionalização, o que só seria possível com a prévia revisão da Constituição.

Está, assim, em curso uma manobra de diversão que consiste em usar a vontade de participação das populações e a simpatia pelo referendo, despertada pela luta contra Maastricht, não só para impedir ou retardar a regionalização, mas para acelerar uma nova revisão da Constituição.

Se há quem não deve ter direitos de fazer exigências em matéria de regionalização é precisamente o PSD que já defendeu acerca dela todas as posições possíveis.

Começou por ser grande entusiasta e depois meteu-a na gaveta; depois incluiu-a em programas eleitorais, mas congelou-a no Governo; depois votou favoravelmente a Lei Quadro das Regiões Administrativas nas vésperas das eleições de 1991, mas depois delas manifestou-se contra e preconizou a sua eliminação do texto constitucional. Foi nesta posição que interveio nas últimas eleições legislativas, de 1 de Outubro, de onde saiu derrotado.

É talvez por causa desta recente derrota eleitoral que Marcelo Rebelo de Sousa diz agora que é «abertamente a favor da regionalização», mas inicia esta nova atitude «favorável» procurando atirá-la para as calendas, depois de uma revisão constitucional e de um processo referendário.

Com que direito?

Os adversários da regionalização (e agora defensores da sua dependência de um referendo prévio anticonstitucional, para atrasar) procuram utilizar em seu benefício a evidente necessidade de um amplo debate nacional e da obrigatoriedade de participação das populações em todo o processo.

É, por isso, preciso dizer que o debate nacional e a intensa participação das populações é o que os defensores da regionalização sempre defenderam da forma mais firme, aberta e insistente.

Os projectos de lei do PCP em matéria de regionalização, especialmente os que versam a matéria da delimitação das áreas das regiões, sempre esclareceram que se tratava de um ponto de partida a submeter ao amplo debate e à vontade das populações, a quem, de acordo com a tramitação prevista na Constituição, cabe decidir sobre o ponto de chegada.

Pois a verdade é que, nos próprios termos da Constituição, o que acontece é que a Assembleia da República cria as regiões e faz uma delimitação provisória, mas a instituição em concreto de cada região depende «do voto favorável da maioria das assembleias municipais que representem a maior parte da população da área regional» (Artº 256º). É aquilo que tem sido designado por referendo orgânico, mas que como se percebe implica um profundo e intenso envolvimento das populações.

Dois outros pontos implicam um indispensável esclarecimento, pelas confusões lançadas pelos adversários da regionalização.

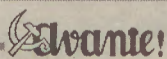
O primeiro, refere-se às relações das regiões com os municípios. Os adversários da regionalização, mostram-se hipocritamente penalizados com o possibilidade das regiões irem buscar competências que são actualmente dos municípios.

Diga-se também, por isso, que a preservação dos poderes dos municípios é uma preocupação que os defensores da regionalização sempre acautelaram e que a Constituição acolheu claramente, ao conferir às regiões atribuições de «apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes» (Artº 257º).

Não é por acaso que a regionalização conta com um tão decidido apoio nos municípios, como aquele que lhe foi manifestado no recente Congresso da ANMP, efectuado nos Açores.

Finalmente, é preciso esclarecer que existe um como que poder «regional» antidemocrático - o das CCRs e de outros serviços desconcentrados do Estado - com muito pessoal, muitas despesas, muita burocracia, concentrados em cinco capitais de distrito, em prejuízo de todas as outras.

A regionalização, como o PCP a defende, não implicará nem maiores gastos nem mais pessoal. Contribuirá sim para uma distribuição mais harmoniosa desses serviços pelas regiões e sobretudo para que o seu pessoal dirigente e o seu funcionamento passem a reger-se pelos princípios democráticos e de acordo com a vontade das populações.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Saco Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793.62.72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Saco Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796.97.25/796.97.22. Telex 18390  
Fax: 795.22.64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector 1X  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____ Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	



## ACTUAL

## A autoridade e os «safanões»

Os comentadores mais em voga têm-se entretido, nos últimos dias, a dissecar sobre a hierarquia das dificuldades que Marcelo Rebelo de Sousa vai enfrentar para aguentar a liderança que lhe caiu nos braços, já que todos reconhecem que serão muitas e grandes.

Sentenciam uns que elas partirão sobretudo do aparelho, outros, divergindo, asseveram que elas virão dos novos barões, como Pacheco ou Barroso, ou do velho Cavaco, outros ainda acham que são sobretudo as bases que estão desconfiadas, e, finalmente, os mais radicais não têm dúvida que o eleitorado, na primeira altura, lhe dará o golpe de misericórdia.

Ouvindo e lendo o novo líder do PSD percebe-se, no entanto, que a sua maior dificuldade é a de arranjar uma abordagem política que se distinga da de Guterres e do actual PS, em alguma questão essencial.

Repare-se que Marcelo não ensaia sequer qualquer tentativa de enunciar uma política económico-social diferente da do governo do PS, o que se percebe, pois esta é, em todas as questões mais importantes, bastante igual à do anterior governo do PSD.

Em relação à política de integração, a posição do PS não só não lhe merece reparo, mas merece-lhe até elogio: «Essa é uma matéria muito cara a António Guterres» - afirmou ele na recente entrevista ao «Expresso».

Julgou-se que, tal como Cavaco, Marcelo escolheria a regionalização como grande área de demarcação do PS, mas nem a isso se atreveu.

Na mesma entrevista, proclamou com solenidade: «Sou abertamente a favor da regionalização.» O que se percebeu é que quer retar-

dá-la o mais possível e usá-la como instrumento de pressão para acelerar a revisão da Constituição.

Mas isto é pouco para demarcação.

Onde, afinal, o novo líder do PSD parece querer insistir como elemento diferenciador é na questão da autoridade do Estado, sempre cara às forças da direita.

No discurso de encerramento do Congresso, sentenciou: «É um erro de palmatória confundir o diálogo com a falta de autoridade do Estado.»

Na entrevista ao «Expresso», foi mais explícito, ao anotar: «Olhando para a governação de Guterres, aquilo que eu encontro como o seu calcanhar de Aquiles é a falta de sentido da autoridade do Estado.» Exemplificando com a falta de sensibilidade para as questões da «ordem» e da «segurança interna e externa do Estado», expressões que trazem à memória o discurso oficial de antes do 25 de Abril.

Ressalvando todas as distâncias que nos separam do tempo da ditadura e as próprias posições assumidas por Marcelo Rebelo de Sousa em relação a ela, não é de mais lembrar que foi Salazar quem afirmou que «autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis», «onde existe um não pode existir o outro» - dizia.

Foi com este conceito de autoridade que o ditador justificou os «safanões a tempo nessas criaturas sinistras», que assim designava os que se opunham ao fascismo.

Matéria de desenvolvimentos perigosos, ainda que só ideológicos, é esta da autoridade!

■ Carlos Brito

## Os piores cegos

A generalidade dos órgãos de comunicação social deu particular destaque ao acidente ocorrido em Cuba no domingo passado.

O que nada pode justificar é o recurso ao vale tudo por parte, por exemplo, das têtês. De facto, por muito importante que a guerra das audiências seja, ela não deve, não pode sobrepôr-se ao respeito pelas vítimas e pelas suas famílias. Não será tempo de os responsáveis pelas têtês começarem a reflectir sobre as consequências da utilização desumanizada da arma de que dispõem? Não lhes terá passado pela cabeça que a notícia de uma tragédia como aquela não deve, não pode chegar em primeira mão às famílias das vítimas através da televisão e naquele tom sensacionalista? Não serão capazes, já, de sentir por uma tragédia como a ocorrida e de sobrepôr esse pesar à ansia de chegar primeiro?

Outra coisa injustificável é a tentativa de aproveitamento político a partir de um acontecimento dramático como aquele foi. Um mínimo de dignidade, de vergonha, de sensibilidade bastava... Mas lá vimos o Albarán, «entrevistando» um dos jovens feridos no acidente, procurando atraí-lo, felizmente sem qualquer êxito, aos enlameados caminhos da

manipulação política. E lá vimos, ainda, o inevitável «Público», cumprindo implacavelmente o seu papel. Assim: como que a complementar a notícia do acidente, um texto intitulado «Mentiritas e muita salsa» e assinado por um tal Rui Baptista, «explica» as razões que fizeram de Cuba «o destino da moda entre os estudantes ibéricos». Informa o informado jornalista que, no essencial, a crescente preferência por Cuba como local para passar férias está ligada a quatro razões fundamentais: «o sol, as praias e a simpatia»; o facto de Cuba constituir «um autêntico museu vivo do socialismo revolucionário» que importa visitar «antes que acabe»; «as discotecas onde se passa as noites a dançar ao ritmo da salsa e a beber Cuba Libre», bebida que, segundo o repórter, passou a ser designada «pelos locais, pelo novo e significativo nome de «mentiritas»; e «as jineteras» (prostitutas).

Não sei se tal «reportagem» resulta de uma visita a Cuba ou se foi produzida apenas por ouvir dizer. É possível que o repórter tenha gozado «o sol, as praias e a simpatia» (três coisas das muitas que existem em abundância em Cuba); é possível que tenha olhado para Cuba como se olhasse um museu (o que, a

acontecer, não só não lhe permitiu ver a realidade e a modernidade - no verdadeiro sentido da palavra - da pátria de Fidel, como não o deixou lembrar-se, sequer por um breve instante, do bloqueio praticado pelos humaníssimos EUA; é possível que tenha passado os dias na praia, ao sol, e as noites nas discotecas, a dançar a salsa e a beber as «significativas mentiritas» (que significativamente lhe inspiraram a prosa vertida no Público); é possível, enfim, que tenha procurado e encontrado «jineteras» (mas para isso não era preciso ir a Cuba, bastava-lhe pegar no «Público» e procurar a página respectiva para encontrar tudo o que nessa matéria lhe interessar); é possível tudo isto e muito mais.

Mas se o repórter do Público foi a Cuba e viu o que nos contou e como nos contou, então não viu Cuba. E se não viu Cuba não foi, creio, por ser cego mas por não querer ver.

É que quem vive e assume este tempo de indignidade, de desvergonha, de trocintismo não sabe, não pode, não quer ver um povo de pé e de cabeça erguida, assumindo colectivamente a dignidade, a firmeza, a honra, a solidariedade.

■ José Casanova

## Mínimo rendimento mínimo

A fixação de um rendimento mínimo de subsistência a que todos os cidadãos residentes em Portugal devem ter direito constitui uma medida social de grande alcance, de que o PCP foi aliás o primeiro promotor na Assembleia da República no decurso da anterior legislatura.

Ultimação por parte do Governo do PS de uma proposta de lei que visa a criação do «rendimento mínimo garantido» constitui por isso uma medida positiva.

O mesmo não se pode afirmar, porém, de várias e importantes especificações constantes do projecto conhecido da proposta governamental.

O facto do Governo ter inscrito no Orçamento do Estado apenas uma verba de 3,5 milhões de

contos para a concretização do «rendimento mínimo» no presente ano já tinha alertado para um propósito mínimo por parte do PS, em nada ajustado ao carácter premente e à gravidade da situação de pobreza e de desprotecção que atinge um número de pessoas que se admite ser da ordem das centenas de milhar.

A cresce, agora, o propósito governamental de que a lei que cria o «rendimento mínimo garantido» só venha a entrar em vigor dentro de quinze meses, exactamente em 1 de Julho de 1997. E que até lá apenas sejam desenvolvidos, com idêntica finalidade, «projectos-piloto experimentais de acção social»...

Quanto à questão (essencial) da aplicação no terreno do «rendimento mínimo», quer as for-

mulações adoptadas na proposta legislativa do Governo quer a indefinição de importantes aspectos regulamentares, são de molde a suscitar as maiores preocupações.

O «rendimento mínimo» constitui um novo direito dos cidadãos, cuja concretização deve por isso ter carácter público e assentar, no terreno, na intervenção da Segurança Social e das próprias autarquias locais, enquanto órgãos de representação política local das populações.

Quanto ao papel de instituições particulares no apoio desinteressado aos cidadãos na reclamação deste direito ele pode evidentemente ser positivo, mas carece de ser devidamente balizado. Pois seria verdadeiramente intolerável o desenvolvimento de uma autêntica intermedia-

ção social entre os cidadãos e as instâncias públicas, que explorasse vulnerabilidades, impusesse laços de dependência ou fomentasse constrangimentos de natureza religiosa, política ou simplesmente eleitoral.

Concretizado como direito social dos cidadãos, o «rendimento mínimo» representará, sem dúvida, um progresso muito importante na sociedade portuguesa.

Já a sua introdução como caridadezinha - particular na selecção dos beneficiários e apenas pública ao nível do financiamento - defraudaria, porém, os objectivos nobres que justificam tal medida.

Qual vai ser a verdadeira opção do Governo?

■ Edgar Correia

NATO  
contra  
segurança europeia

Os EUA e os principais países capitalistas europeus criaram em 1949 a NATO como um bloco político militar cujo objectivo principal era, por um lado, coagir e pressionar a URSS e, por outro lado, impedir que os países membros da organização rompessem com o sistema capitalista imperante por via do acesso dos comunistas e outras forças de esquerda aos respectivos governos.

Para tanto, admitiu desde o início no seu seio o regime fascista e colonialista português, como mais tarde aceitou o regime ditatorial turco.

Em 1990, foi dissolvido o Tratado de Varsóvia, deixando assim de haver a «tão propagada» ameaça soviética», pois até a própria URSS deixou de existir.

Só que os EUA e os seus aliados ocidentais, em vez de procederem ao progressivo desmantelamento da NATO, enveredaram pelo seu reforço e pelo alargamento da área de influência.

Mantiveram e reforçaram todo o arsenal nuclear com o mais sofisticado equipamento (bombas de neutrões, obuses nucleares, mísseis Pershing II e Cruzeiro). Criaram as Forças Rápidas de Intervenção. Alargaram através da chamada Parceria para a Paz a sua influência para países como a Polónia, Hungria, Bulgária, República Checa e Albânia, entre outros.

No dia 1 de Abril, numa cimeira ministerial do Sul dos Balcãs, o Secretário da Defesa, William Perry, considerou a NATO como «fundamento da cooperação europeia». Ora não se pode deixar de chamar a atenção para o absurdo da afirmação. Como pode um bloco político-militar ao serviço dos EUA ser o garante da segurança europeia? Como pode um bloco cujo líder pretende dominar o mundo ser o garante da segurança da Europa, continente que os EUA pretendem ter sob o seu controlo? Os EUA dominam a NATO e através dela pretendem impor ao mundo a sua política, daí a hipocrisia da referida afirmação.

No caso dos Balcãs, que o mesmo Secretário da Defesa considerou ser uma «zona estratégica», os EUA colocaram a ONU ao seu serviço e por via da NATO, como braço do Conselho de Segurança da ONU, impuseram a sua «pax» na Jugoslávia, com os Acordos de Dayton.

A NATO foi e continua a ser, no fundamental, um instrumento da política dos EUA cujo objectivo é assegurar a sua supremacia mundial, o seu «leadership».

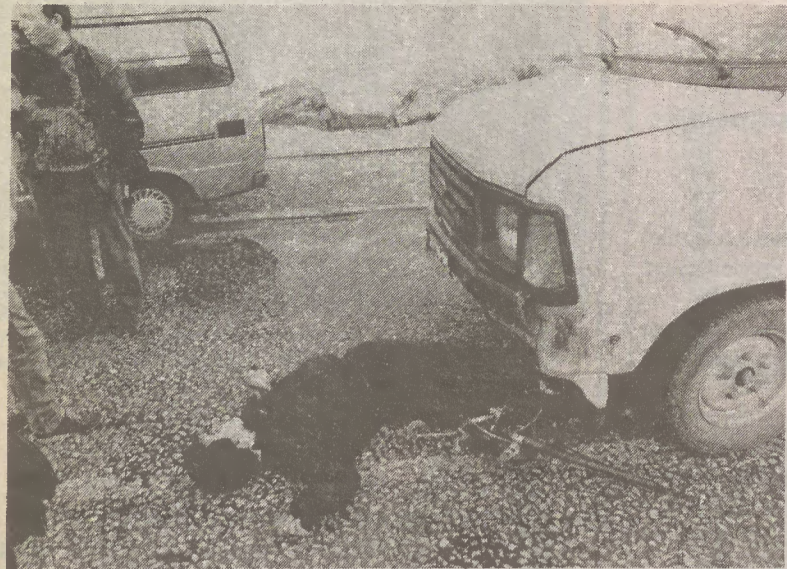
Os povos e as nações da Europa nada ganham com semelhante «protecção». A segurança na Europa constrói-se com medidas colectivas que englobem todos os países, incluindo por motivos históricos os EUA e o Canadá. A segurança na Europa passa essencialmente pelo desarmamento (nuclear em primeiro lugar) e por toda uma política de cooperação e segurança que tenha em conta os interesses de todos os países e não apenas os interesses das grandes potências e dos EUA, em particular.

Só uma política de paz e cooperação para todos os povos e nações da Europa e aberta ao mundo pode ser garante da segurança europeia. Ora uma tal política é absolutamente contrária à ideia defendida por William Perry de fazer da NATO o elemento-chave da segurança europeia. O alargamento da NATO para o leste, centro e sueste europeu tem como grande objectivo alargar a área de influência dos EUA, reforçar o seu peso na Europa condicionando a própria política dos países europeus e isolar a Rússia. Assim sendo, é claro que os desígnios da paz e da segurança apenas servem para encobrir a política imperialista dos EUA.

■ Domingos Lopes



## SEMANA



## Desastre em Portugal

Acertadas as contas e ainda sem números finais, o fim-de-semana da Páscoa foi assinalado nas estradas portuguesas por um maior número de acidentes e por mais acidentes mortais do que em igual período do ano passado. Os números divulgados pela GNR, cuja Brigada de Trânsito, embora tenha mobilizado 2 900 elementos

para a vigilância rodoviária, não deu nome de código à operação, revelam a ocorrência de 1 075 acidentes, contra os 937 do ano anterior. Das zero horas de quinta-feira à meia noite de domingo morreram 25 pessoas; quanto aos feridos, 97 foram gravemente e houve 477 feridos com menor gravidade.

## Desastre em Cuba

A desproporção marcou a diferença com que a comunicação social tratou a sinistralidade pascal no nosso país e o desastre ocorrido em Cuba, com um autocarro em que se transportavam estudantes portugueses em visita. Há a lamentar três mortes e 37 feridos - um em estado grave - entre os ocupantes do veículo que capotou

após derrapagem devida à chuva. Os estudantes eram finalistas do Instituto Português de Gestão e viram a sua viagem tragicamente interrompida pelo acidente. Os feridos foram prontamente socorridos e a maior parte terá em breve alta dos vários hospitais onde foram assistidos, preparando-se para regressar a Portugal amanhã.

## "Fazer a guerra da justiça"



"Não devíamos dizer, no fim da missa, ide em paz, mas sim ide fazer a guerra, a guerra da justiça, da solidariedade pelos outros que são marginalizados e empurrados para a valeda". Palavras de D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal, em entrevista à TSF, durante a qual admitiu que poderá resignar em Janeiro

próximo, quando fizer os 70 anos. Muitas vezes apelidado de "bispo vermelho" pela insistência que faz em alertar para as questões sociais, D. Manuel Martins afirmou: "Se estar do lado do injustiçado é ser de esquerda ou ser vermelho, eu acho que o Evangelho é que merece esses epítetos todos."

## ILHA DA MADEIRA



FUNCHAL



PORTO SANTO

ILHÉU CHÃO

DESERTA GRANDE

ILHAS DESERTAS  
ILHÉU DO BUGIO

## Voos selvagens

Parece não ser a primeira vez que a tentação ou a arrogância leva as aeronaves de guerra espanholas a sobrevoar - em voos rasantes - território português, sem autorização. As ilhas Selvagens, parte integrante, embora longínqua,

do arquipélago da Madeira, têm sido sobrevoadas por aviões do país vizinho, e o Governo português foi alertado pelo Secretário Regional da Agricultura, Florestas e Pescas da Madeira e já motivou um protesto do Ministério dos Negócios Es-

trangeiros de Portugal enviado ao Governo de Madrid. Estranhamente, e em contradição com um membro do seu próprio Governo, João Jardim minimizou o facto e considerou as preocupações reveladas como de um "ridículo atroz".



## FP-25 e a amnistia

Três dos réus das FP-25, abrangidos pela amnistia, entregaram no Supremo Tribunal de Justiça um requerimento em que se desvinculam dos efeitos da aplicabilidade da mesma. José Mouta Liz, João Gomes e Maria da Luz Santos afirmaram não desejar "favores" mas exigir jus-

tiça, adiantando que esta amnistia "pode ser um obstáculo à sua prossecução". Denunciaram ainda o aproveitamento político dos partidos da direita no tratamento desta questão e solidarizaram-se com os protestos dos presos de delito comum que têm abalado as prisões portuguesas.

## Santana fora

O Sporting livrou-se de Santana Lopes. Não sem deixar de criar uma peculiar situação no clube onde se guindou à direcção após outros abandonos. Somando derrotas - não apenas nos relvados mas também nos foruns do PSD, nomeadamente aceitando o desafio de Marcelo que marcou mais golos em Santa Maria da Feira - Santana Lopes fica-se, por enquanto, pelo comentário político. No clube que deixou, o presi-

dente da respectiva Assembleia Geral, Galvão Telles, adianta que não são necessárias eleições para remendar a situação. José Roquete, que lidera o Conselho Fiscal, passa a Presidente. Em preparação encontram-se mais substituições.



## Tropa profissional

Toda a direita, com o PS já convencido, se prepara para, na próxima revisão constitucional, acabar com a obrigatoriedade do serviço militar. O truque é, numa pri-

meira fase, tirar da Constituição a palavra obrigatório, abrindo a porta efectivamente a que as Forças Armadas sejam apenas constituídas por um corpo de profissionais. O

facto de não ser obrigatório que o Serviço Militar Obrigatório acabe uma vez terminado o imperativo constitucional - desculpa avançada por alguns políticos de direita e socialis-

tas - seria muito difícil mantê-lo. Só o PCP se opõe, defendendo que o SMO é a melhor forma de consciencializar os cidadãos para a importância da defesa do País.

## FRASES

"Continuo a achar que não temos vantagem em aderir já ao chamado "pelofão da frente" (da União Europeia)"

(João Ferreira do Amaral, economista, conselheiro do PR - «Semanário», 04.04.96)

"(...) a nossa estrutura produtiva não nos permite competir bem em situação de moeda única e ainda por cima vamos continuar a sofrer o choque de liberalização do comércio da Europa com o resto do Mundo."

(Idem)

"Devemos fazer tudo para estar no motor da UE."

(Jaime Gama, MNE - «Público», 05.04.96)

"Achamos o modelo do "opting in" preferível ao do "opting out". Somos claramente favoráveis a que todos os domínios do segundo pilar (PESC) sejam aprofundados."

(idem)

"Os países que protegem melhor o indivíduo são os que têm taxas de desemprego mais elevadas."

(Jean-Claude Paye, na reunião do G-7 em Lille, citado em «Diário de Notícias», 02.04.96)

"Marcelo (Rebello de Sousa) é mentiroso, como se sabe. Edson Athayde há mais de um mês que não trabalha para o Governo nem colabora comigo e nunca assistiu a reuniões do Conselho de Ministros."

(Jorge Coelho, ministro adjunto - «Expresso», 05.04.96)

"Luís Filipe Menezes parece sobrestimar-se, avaliar mal as suas forças e ter-se na conta de quem pode mudar de opinião de um momento para o outro, mais rápido que a própria sombra, como Lucky Luke, e manter intacta a suposta credibilidade."

(Fernando Madrinha, "Página Dois" - «Expresso», 05.04.96)

"O que se passou em Santa Maria da Feira foi muito mais profundo do que alguns são capazes de entender. Há, aliás, uma constante na nossa democracia, a incapacidade de alguns compreenderem o que é o PSD."

(António Pinto Leite, "Opinião" - «Expresso-Revista», 05.04.96)

"Santa Maria da Feira foi o PSD em estado puro, foi a política em estado puro. Talvez tenha sido essa a razão exaltante que levou Cavaco Silva, no seu tumulto de militante, a consagrar pessoalmente Marcelo."

(idem)

"O sucesso de Marcelo depende, em grande parte, da faceta que nele triunfar: a do malabarista mediático ou a do político hábil. Se a primeira vencer a segunda, o PSD terá à sua frente não um líder mas um "entertainer"."

(José António Saraiva, "Política à Portuguesa" - «Expresso», 05.04.96)

"Fui tramado pela Sonae."

(Manuel dos Santos, ex-Secretário de Estado - «O Independente», 04.04.96)

"Quero saber o que peso e o que valho."

(Manuel dos Santos, candidato à distrital socialista do Porto - «Diário de Notícias», 09.04.96)

"Manuela Morgado criava-me situações de impasse permanente."

(Joaquim Furtado, Director de Informação e Programas da RTP - «Diário de Notícias», 09.04.96)

"A RTP tem de demonstrar no ecrã que o serviço público tem um papel indispensável."

(Idem)



## TRABALHADORES



Governo e administração das Pirites não passam das promessas aos actos

# Nos planos para Aljustrel só os mineiros têm cumprido

A concretização das propostas para a mina e para o concelho foi exigida na semana passada, num plenário que marcou para hoje uma concentração junto ao edifício da administração das Pirites Alentejanas. Os compromissos assumidos por Augusto Mateus, ainda como secretário de Estado da Indústria, não estão a ser respeitados e tem havido mesmo declarações no sentido contrário por parte dos responsáveis da mina.

Os mineiros de Aljustrel, na batalha para impedir o encerramento da mina, aceitaram pesados sacrifícios nos últimos três anos. O mais evidente e passível de ter tradução em números será, certamente, o congelamento dos salários desde 1993. Mas quanto custa a um trabalhador, à sua família ou a todo um concelho viver até agora sob a ameaça de perda do emprego e de encerramento da principal unidade económica da zona?

postos de trabalho só teria lugar por meio de rescisões voluntárias. Os representantes do Governo afirmaram também que uma menor actividade da mina seria compensada com novos projectos para o concelho.

Em plenário realizado na semana seguinte (13 de Março), os mineiros analisaram as linhas gerais das declarações oficiais feitas em Lisboa aos seus repre-

Passaram os dias - passou, nomeadamente, o dia da assembleia geral de accionistas -, mas as promessas e compromissos do Governo e da administração não foram traduzidas em medidas concretas. As preocupações dos trabalhadores foram agravadas com declarações públicas de um administrador, sugerindo que seria necessário despedir quase duas centenas de pessoas. Dos projectos supostamente em preparação (falou-se uma empresa de recuperação ambiental, num museu mineiro, num centro tecnológico...) o Governo não deu novas.

Neste quadro teve lugar o plenário do passado dia 4.

## Venham as propostas!

A resolução aprovada na passada quinta-feira volta a protestar contra o facto de a administração e o Gover-

despedimentos colectivos, o que «corresponde às garantias do Governo, incluindo o sr. primeiro-ministro, de que, a haver rescisões, elas serão apenas por mútuo acordo». A resolução faz questão de salientar que os mineiros «não dão por adquirido que tenha que haver reduções dos postos de trabalho, mas apenas por garantia que, a haver rescisões, estas só serão por mútuo acordo».

Lembrando que, se a retoma da laboração da mina tivesse evoluído nos termos do acordo de Maio de 1995, estariam neste momento a ser discutidos aumentos salariais, os trabalhadores reafirmam as exigências feitas a 13 de Março quanto à actualização dos salários, que não são revistos desde 1993.

O plenário da semana passada repudiou ainda a proposta de lei sobre flexibilidade dos horários e polivalência de funções, que «influiria negativamente na vida dos

## Se não fosse a luta...

Tem sido a combatividade dos mineiros, com a activa solidariedade do poder local e da população, o principal obstáculo ao encerramento das Pirites Alentejanas. Várias foram as acções levadas a cabo, desde plenários de trabalhadores a desfiles e manifestações, tanto na vila como em Beja e em Lisboa. A mais recente teve lugar no dia 6 de Março, no Largo Camões, junto à Secretaria de Estado da Indústria, e só os compromissos então assumidos por Augusto Mateus levaram a que os mineiros e os populares que os acompanharam não tivessem ido depois bater à porta do primeiro-ministro.

O então secretário de Estado, que agora detém a chamada superpasta da Economia, deu a

conhecer a decisão do Governo de abandonar o anterior projecto para a mina e garantiu que dos novos planos, a apresentar na assembleia geral de accionistas convocada para 26 de Março, não resultariam quaisquer prejuízos para os trabalhadores. Um comunicado conjunto, distribuído poucos dias depois pelo Sindicato dos Mineiros do Sul e a Comissão de Trabalhadores das Pirites Alentejanas, referia ainda que o Governo assegurara igualmente que o pessoal da mina ia ser compensado pelas perdas sofridas ao longo destes anos e que qualquer diminuição de



Os compromissos assumidos há um mês por Augusto Mateus ainda não tiveram concretização, o que levou os mineiros a convocarem uma concentração para hoje, em Aljustrel (fotos da concentração de 6 de Março, em Lisboa, e do exterior da mina)

sentantes. Afirmando à partida que a opção de futuro da mina não deve passar pela diminuição do emprego, mas pelo aumento dos postos de trabalho, a resolução aprovada pelo plenário guardou uma posição mais detalhada para depois de serem conhecidos os projectos para a mina e para o concelho, bem como a resolução da assembleia geral das Pirites. A resolução foi logo entregue à administração da mina e no dia 18 de Março uma delegação levou o documento ao secretário de Estado da Indústria e ao gabinete do primeiro-ministro.

no não terem ainda apresentado as suas propostas quanto à retoma da actividade da mina e quanto a projectos de outras actividades para Aljustrel (que deverão avançar, mesmo que factores como a actual cotação do zinco contribuam para que seja tomada uma decisão favorável ao aumento da laboração mineira). Reafirma que só será possível emitir um juízo acerca dos falados projectos depois de os conhecer, no seu conjunto.

Regista o reconhecimento, por parte da administração, de que houve precipitação nas declarações sobre

trabalhadores e na sua valorização e dignificação profissional» - repúdio que também é incluído nos objectivos da concentração convocada para hoje de manhã.

As reivindicações dos mineiros de Aljustrel são claras, estão fundamentadas sem contestação aberta e, como já está provado pelos sacrifícios sofridos e pela luta confiante durante estes anos, não se ficam por meras declarações circunstanciais. Agora só falta que a administração das Pirites e o Governo transformem finalmente em medidas concretas as promessas que fizeram e os compromissos que assumiram.





## TRABALHADORES

CGTP apresentou documentos preparatórios do 8º Congresso

# «Trabalho com direitos para todos»

A defesa do emprego e a dignificação do trabalho e dos trabalhadores são questões centrais do debate em curso no movimento sindical até à realização do próximo congresso da CGTP-IN, marcado para 31 de Maio e 1 de Junho, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Foi para estes problemas que o coordenador da central começou por chamar a atenção dos jornalistas, na conferência de imprensa realizada anteontem com o objectivo de divulgar as propostas de Programa de Acção e de alterações aos Estatutos, aprovadas na recente reunião do Conselho Nacional da *Inter*, em Bicesse, e distribuídas na semana passada aos sindicatos, uniões e federações.

Manuel Carvalho da Silva, acompanhado por outros elementos da Comissão Executiva da CGTP, salientou a importância das propostas e sugestões da central para a realização de uma política económica que tenha como objectivo a criação de emprego e um firme combate ao aumento do desemprego. Simultaneamente, realçou, é necessá-

rio actuar no sentido de valorizar e dignificar o trabalho e os trabalhadores, salvaguardando os direitos e garantindo ensino e formação profissional adequados, bem como o respeito das normas de higiene e segurança.

Reafirmando a oposição à desregulamentação dos horários e das funções profissionais, a central mantém a exigência de redução da semana de trabalho sem quaisquer contrapartidas.

A função social do Estado, particularmente em áreas vitais como a Segurança Social, a saúde e o ensino, é encarada pela CGTP como garantia determinante dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. «O sector privado pode ser complementar, mas não é uma alternativa», afirmou Carvalho da Silva.

A *Inter* defende que «há que continuar a lutar sem hesitações por aumentos salariais», uma vez que os níveis salariais praticados no nosso país continuam a afastar-se da média comunitária. É reclamada uma reforma da política fiscal que ponha termo à actual situação de injustiça de que os trabalhadores por conta de outrem são vítimas.

No Programa de Acção defende-se que, nas políticas comunitárias, a dimensão social tem que ser assumida integralmente. «Mas só isso não chega, é preciso alterar o modelo económico», acrescentou o coordenador da CGTP.

Foram ainda destacados alguns temas que surgem nos documentos e exigem um aprofundamento da sua discussão, como a luta contra a exclusão social, a toxicod dependência e os problemas laborais, a reestruturação da Administração Pública, o medicamento e a política de saúde, o ambiente e os tempos livres dos trabalhadores, a regionalização.

As propostas de alterações pontuais aos Estatutos incidem fundamentalmente sobre as rotinas de funcionamento de órgãos e os poderes de representação (plenário nacional de sindical, comissão executiva) e sobre as competências da Interjovem como estrutura autónoma.

O projecto de Programa de Acção para o triénio 1996-99, elaborado a partir do programa aprovado em Março de 1993, no 7º Congresso, ocupa 120 páginas e 8 capítulos: 1 - Por um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano; 2 - O trabalho e os direitos dos trabalhadores; 3 - As políticas sociais e os direitos dos cidadãos; 4 - Desenvolver a acção reivindicativa, eixo prioritário da acção sindical; 5 - Por uma Europa pacífica, democrática e solidária; 6 - A acção da CGTP-IN no plano internacional; 7 - A unidade de todos os trabalhadores; 8 - Revitalizar a organização da CGTP-IN a todos os níveis.



O 6º Congresso da USL teve lugar no dia 22 de Março, no LNEC

## 25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO SÃO MESMO FERIADOS

A administração da Safil afixou um plano de férias que o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes considera «ilegal e provocador dos sentimentos mais nobres e democráticos dos trabalhadores e dos portugueses». Segundo um comunicado da direcção do sindicato distribuído pela delegação de Delães (Riba d'Ave), os patrões da Safil pretendem que o pessoal trabalhe nos próximos dias 25 de Abril e 1º de Maio, descontando para férias nos dias 30 e 31 de Dezembro. O sindicato, que já solicitou a intervenção da Inspecção Geral do Trabalho, acusa a administração de, com este plano, pretender violar direitos e fugir ao pagamento de trabalho suplementar.

## GREVE NA FORD

Para protestar contra o aumento de tendinites, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas convocou para hoje uma greve de 24 horas na Ford Electrónica, de Palmela. Em conferência de imprensa dada anteontem, o SIESI revelou que sofrem de tendinites 400 trabalhadores daquela empresa, que atrasa as respectivas participações à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e pressiona os trabalhadores a recorrerem aos médicos de família e à segurança social. O sindicato denunciou também a situação na Delco Remy, no Seixal, onde se verifica uma situação semelhante. Com 400 trabalhadores, esta é uma empresa do Grupo General Motors com o fabrico de ignições, onde já existem dezenas de casos de tendinites sem uma única comunicação à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

## COMÉRCIO

Concentram-se hoje ao princípio da tarde, junto da sede da associação patronal dos super e hipermercados (APED), alguns dirigentes, delegados e activistas sindicais, que vão entregar uma moção aprovada na semana passada, num plenário nacional descentralizado. O documento repudia as posições assumidas pela APED durante mês e meio de negociações do contrato colectivo para os cerca de 25 mil trabalhadores do sector, apontando a recusa de aumentos salariais acima de 3,5 por cento e da negociação de vários clausulados como a causa da rotura. Agora, na fase de conciliação, a federação sindical do sector (FEPACES) espera da associação patronal «propostas honestas que permitam concluir o acordo».

Para ontem foi convocada uma concentração de sindicalistas do comércio retalhista de Lisboa, junto à sede da União dos Comerciantes do distrito, para entregar um abaixo-assinado de trabalhadores deste sector, exigindo à União e às associações patronais de Cascais e Torres Vedras o recomeço imediato das negociações do contrato colectivo. Reclamam ainda aumentos salariais dignos, sublinhando que as tabelas não são revistas desde 1993. Também ontem regressaram a Lisboa, desta vez para uma concentração frente à sede da Quimigal, os reformados das ex-Mompur e Equimetal, do Barreiro, que exigem a reposição dos complementos de reforma e da assistência médica e medicamentosa.

## FUNCHAL

O snack-bar Avenida deve a dez trabalhadores mais de 4 mil contos de salários, desde Dezembro, e desencadeou um processo de despedimento colectivo que não respeita prazos nem garante indemnizações - denunciaram o Sindicato da Hotelaria da Madeira e a federação do sector (FESHOT). Numa informação divulgada anteontem, revelam que, depois de uma concentração efectuada segunda-feira frente ao Hotel do Mar (dos mesmos patrões do Avenida), um assessor jurídico da empresa assegurou haver empenhamento para o problema ser resolvido ontem, numa reunião na Direcção Regional do Trabalho.

## SINDICATOS DE LISBOA

Na primeira reunião realizada após o 6º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, a nova direcção distrital da USL procedeu à eleição do seu secretariado executivo. Foi também eleito Arménio Carlos para coordenador, cargo antes ocupado por Florival Lança, que o acumulava com a responsabilidade do Departamento Internacional da CGTP. Foi confirmada a realização das comemorações do 1º de Maio nos relvados da Cidade Universitária, devido às obras do Metropolitano na Alameda.

## Renault/Setúbal não deve fechar

Os trabalhadores da fábrica de Setúbal da Renault estiveram em greve anteontem, com elevados índices de adesão, e deslocaram-se a Lisboa, com o objectivo de reclamar do Governo garantias acerca do futuro da empresa. A decisão foi tomada depois de terem passado quase 4 meses desde o último contacto do Governo com os representantes dos trabalhadores (a 30 de Novembro) e face às informações sobre negociações do ministro Augusto Mateus com o presidente da

Renault francesa, Louis Schweitzer (uma primeira reunião teve lugar segunda-feira).

Centenas de trabalhadores desfilaram do Rossio até junto do Ministério da Economia. Numa reunião com o chefe de gabinete de Augusto Mateus, membros das comissões de trabalhadores das unidades de Setúbal, Cacia e Lisboa obtiveram o compromisso de que o ministro deverá recebê-los na penúltima semana deste mês. Nos contactos com os jornalistas, foram expressas preocupa-

ções quanto às perspectivas para a fábrica de Setúbal (prevê-se que o modelo Clio, único que ali é produzido, termine no início de 1997), bem como para Cacia (não vão ser renovados os contratos a prazo a duas dezenas de pessoas) e para a estrutura da Renault Portuguesa, em geral.

Citando uma fonte do Ministério da Economia, a agência Lusa revelou que os credores da Agaerre (HR Teixeira e Ramalho), de Pinhal Novo, chegaram anteontem a

um acordo que garante a reabertura da fábrica e o seu funcionamento durante um período mínimo de três meses. José Brita, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, informou que os 325 trabalhadores vão comparecer hoje nas instalações e, em princípio, devem retomar a laboração na segunda-feira. Os problemas da HR levaram, nos últimos 15 meses, os trabalhadores a desencadear diversas formas de luta, incluindo um corte de estrada e concentrações em Lisboa.



Depois do desfile do Rossio até ao Ministério da Economia, os trabalhadores da Renault desceram a Calçada do Combro em direcção aos autocarros. No regresso a casa, mantinham-se as preocupações, mas também a determinação de lutar pela viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho



## Direitos dos militares em debate

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) promove um debate subordinado ao tema "Associativismo militar e direitos dos militares em missões fora do território nacional".

A iniciativa terá lugar no próximo sábado, dia 13 de Abril, pelas 15h30, no Hotel Sofitel, em Lisboa.

Para este debate - de que se sublinha a actualidade - a ANS convidou Associações congéneres, Comissões Parlamentares, o Ministério de Defesa Nacional e outros órgãos de poder. Estará igualmente presente um representante da Associação Europeia de Associações Militares, de que a ANS faz parte.

## A Escola é para todos

A Escola Básica do 2º e 3º Ciclos D. Pedro II, em colaboração com a Câmara Municipal da Moita, vai realizar um Encontro Distrital com o tema "A Escola é para todos". A iniciativa irá decorrer dias 25, 26 e 27 de Abril, na Moita, e insere-se nas comemorações do 25 de Abril. No Encontro irão ser apresentadas comunicações sobre *Educação, Escola e Sociedade; Perspectivas de evolução e desenvolvimento em Portugal*. O programa inclui ainda duas mesas-redondas sobre *Autonomia e Projecto Educativo de Escola e A Escola e a Comunidade, Estratégias de Mudança e de Desenvolvimento*, e a divulgação de actividades no âmbito de projectos desenvolvidos nas Escolas, para além de actividades de animação cultural e desportiva.

## Encontro sobre o desenvolvimento de Peniche

A Comissão Coordenadora de Peniche da CDU está a preparar, para dia 8 de Junho, a realização de uma iniciativa sobre o desenvolvimento de Peniche, que visa estimular a participação das populações no debate dos problemas e definição de orientações para o seu município. O Encontro funcionará, numa primeira fase, com reuniões alargadas à população.

No amplo leque de questões a aprofundar, incluem-se os seguintes temas: *Desenvolvimento socioeconómico* - emprego, pescas, conservas, frio, agricultura, turismo e novas vertentes de indústrias a implementar no concelho; *Saúde e Tempos Livres*: Serviços de Saúde/novas valências e a ocupação dos tempos livres para idosos; *Ambiente/Qualidade de Vida*: Fábrica de Farinha, limpeza e aproveitamento do fosso das Murallas, sistema de recolha e tratamento do lixo, saneamento básico; *Educação/Cultura e Desporto*: Juventude (Ensino Superior, Formação Profissional, saídas profissionais), acção cultural, desportiva e património histórico; *Transportes e Vias de Comunicação*: IP6, IC1 e aproveitamento do porto de Pesca.

## Congresso latino-americano de desporto para todos

A experiência desportiva da cidade de Lisboa foi um dos temas debatidos no *Congresso Latino-Americano de Desporto para Todos*, que decorreu recentemente em Santos, no Brasil.

Neste congresso - dedicado ao debate, ao intercâmbio de ideias e à troca de experiências sobre a importância do desporto na vida da cidade - a Câmara de Lisboa fez-se representar por Carlos Rabaçal, assessor do vereador do Pelouro do Desporto.

Na sua intervenção, Carlos Rabaçal deu a conhecer a experiência desportiva da cidade de Lisboa, que se concretiza "em cooperação com as 53 freguesias, os clubes e colectividades populares, as escolas de 2º e 3º ciclos e as escolas secundárias, o ensino superior, as associações e as federações desportivas".

As expressões mais visíveis desse Plano são os Jogos de Lisboa, os Planos de desenvolvimento das modalidades, as modalidades complementares, as actividades desportivas da Natureza e, entre outros, os projectos especiais destinados a idosos, a deficientes e a jovens trabalhadores.

## SOS Trajouce

A CDU "é frontalmente contra a construção" de um Aterro Sanitário em Trajouce ou em qualquer outro lugar do Concelho de Cascais. Os eleitos da CDU na Câmara de Cascais e na Freguesia de São Domingos de Rana denunciam, em comunicado de imprensa, a decisão da maioria PS da Câmara de dar luz verde à elaboração de um Estudo Prévio/Projecto para a construção de um aterro na continuação da actual lixeira, e defendem que o aterro deverá ser localizado em Sintra. A CDU defende ainda a selagem da actual lixeira e a sua recuperação ambiental e paisagística e a resolução dos problemas do Bairro de Quenena - profundamente afectado pela sua proximidade da lixeira - a contento dos moradores.

# Alentejo debate regionalização

O VIII Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo reuniu em Moura, no passado sábado, dia 6 de Abril, em torno dum tema único - regionalização e desenvolvimento - mais de 550 participantes, provenientes de todas as zonas do Alentejo.

Uma participação muito significativa, em que é de realçar a presença de representantes dos quatro partidos com assento parlamentar, incluindo algumas figuras destacadas do PSD. A ameaça de boicote da federação de Beja do PS não surtiu qualquer efeito, pois os socialistas do distrito também estiveram presentes.

Antes mesmo de se concretizar, o Congresso havia já ultrapassado todas as expectativas, obrigando a organização a transferir o local do encontro para instalações mais amplas. Essa mesma participação marcou os debates, em que se registaram trinta e quatro intervenções.

No centro dos debates a questão da criação de uma ou mais regiões no Alentejo. Questão particularmente pre-

mente num momento em que na Assembleia da República há duas propostas de regionalização - apresentadas pelo PCP e pelo PS.

Os comunistas defendem uma única região polinuclear, *um poder regional com áreas amplamente discutidas, com sede dividida por vários centros urbanos, e que faça da democratização, da participação, da autonomia municipal e do desenvolvimento a sua primeira razão de ser*, nas palavras de Luís Sá.

Os socialistas apresentam-se divididos nas suas opções, apostando uns na construção de duas regiões (Alto e Baixo Alentejo) e preferindo outros uma única região multipolar.

Na perspectiva do Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do PCP, a posição defendida pelos comunistas

apresenta-se, na prática, como a única passível de proporcionar consensos. O VIII Congresso apontou de forma inequívoca, como *melhor e mais consensual solução, a criação de uma só região administrativa para o Alentejo, englobando os distritos de Beja, Évora, Portalegre e os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines do distrito de Setúbal*, afirma-se em comunicado da OIRA do PCP.

Os debates recentemente realizados - quer na Ovíbeja, a 19 de Março, quer em Grândola, em 2 de Abril - apontam no mesmo sentido. Tal como a posição do Litoral alentejano, que defende igualmente uma única região Alentejo.

A OIRA do PCP considera assim que *insistir na divisão do Alentejo em duas regiões só poderá significar que, ao contrário do que proclama, a direcção do PS não hesita em sacrificar um amplo consenso no Alentejo, que pode envolver comunistas, socialistas e sociais-democratas*.



Os comunistas alentejanos sublinham, por outro lado, que o recurso ao referendo *não passa de um mero pretexto para continuar a linha de boicote à regionalização*.

Posições de fundo que, entretanto, se não pretende transformar em obstáculos ao diálogo. Como Luís Sá afirmou, na sua intervenção em Moura, e que nesta página parcialmente reproduzimos, o PCP *declara a sua inteira abertura para encontrar soluções que possam merecer o mais amplo consenso possível*.

De par deste debate de fundo, outras questões - ligadas à regionalização - foram abordadas, nomeadamente as competências, cooperação inter-regional, relações com as diferentes instâncias do poder central e autárquico, vantagens e desvantagens das regiões administrativas.

■ Luís Sá

## PCP defende construção de áreas regionais de baixo para cima

"O projecto de lei de criação e instituição das regiões administrativas que foi recentemente apresentado pelo PCP na Assembleia da República, na sequência da apresentação dos projectos sobre *finanças regionais, atribuições e competências, transferências de serviços e de património da Administração Central para as regiões administrativas no início da legislatura, é uma contribuição sólida para a construção das áreas regionais de baixo para cima, num processo amplamente participado*" - afirmou, em Moura, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, numa intervenção de abertura que aqui parcialmente reproduzimos.

"A sua apresentação realizou-se após o debate interno no PCP e do exame de numerosos estudos, debates e de opiniões emitidas ao longo dos anos. Entretanto, o PCP considera *indispensável ampliar o debate*, apela para a participação e contribuição das populações, e declara a sua inteira abertura para encontrar soluções que possam merecer o mais amplo consenso possível. Sempre dissemos que não apresentávamos mais do que um ponto de partida, e que o debate em torno de áreas ou do que cada município pretende deveria ser encarado com naturalidade e como fazendo parte de um processo que se pretende profundamente democrático e participado.

"A verdade é que já está instituído um «poder regional» poderoso, com as Comissões de Coordenação Regional e a Administração periférica do Estado, que não é democraticamente legitimado, não favorece a participação e não estimula o desenvolvimento. Tem sede em cinco cidades e áreas que nunca ninguém discutiu nem assumiu de forma democrática. Pelo contrário, nós *queremos um poder regional com áreas amplamente discutidas, com sede dividida por vários centros urbanos, e que faça da democratização, da participação, da autonomia municipal e do desenvolvimento a sua primeira razão de ser*.

"Entretanto, não tem sentido protelar ainda mais o processo de regionalização, como quer o PSD, fazendo-o depender de um referendo que só poderia ser realizado após uma revisão constitucional prévia. O PSD refugiou-se nesta posição, de resto, para tentar resolver a situação difícil em que se colocou

após ter prometido a regionalização no seu programa eleitoral, ter votado a Lei de Bases da Regionalização imediatamente antes das eleições para a Assembleia da República de 1991, e se ter tornado em opositor da regionalização posteriormente. De resto, *não tem razão de ser que o cumprimento de normas constitucionais dependa do referendo*, sobretudo numa matéria em que a sua execução favorece a democracia, a participação e o desenvolvimento, como acontece com a regionalização.

"O PSD nunca se propôs fazer nenhum referendo quando se tornou em opositor da regionalização. Porque o quer fazer agora quando a regionalização pode avançar?"

"Acresce que tem razão de ser o argumento de que não faria sentido que as regiões que mais anseiam pela regionalização, como o Algarve ou o Alentejo, ficassem dependentes do voto a favor ou contra de outras em que a sensibilidade para a regionalização pode eventualmente ser menor. Quanto ao referendo em cada região a instituir, o que está actualmente estabelecido é que se verifique o «referendo orgânico», como é tecnicamente designado, em que cada município, através das assembleias municipais, se deve pronunciar a favor ou contra a região de partida e/ou sobre a região que pretende integrar. A intervenção de cada assembleia municipal garante, de resto, a intervenção das freguesias, que estão representadas nas assembleias municipais, e cada município deve, naturalmente, promover o máximo de debates e de participação das populações. A entrada em vigor de cada lei de instituição em concreto de uma região dependerá do voto favorável da maioria das assembleias municipais que represente a maioria da população. Este regime explica-se porque *com a regionalização não se pretende dividir o país mas sim unir os municípios, num processo que deve ser protagonizado e construído com a intervenção decisiva deles próprios*, para tratar dos problemas comuns de cada região. A ideia de que a regionalização deve ser construída pelos municípios e para unir os municípios é uma explicação adicional para não ser necessário ou vantajoso esperar pela revisão constitucional para permitir referendo directos em cada região."



## PORTEL

**Solidariedade com Presidente**

Num comunicado dirigido, no passado dia 4, aos trabalhadores da Câmara Municipal e à população, a Comissão Concelhia de Portel repudia as afirmações feitas pela Direcção Regional do STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, relativamente ao Presidente da Câmara Municipal, camarada António Vidigal Amaro, a quem manifesta a sua total solidariedade e confiança política.

As afirmações proferidas no comunicado do STAL (que um órgão de comunicação Regional tratou com grande destaque sob o título «Grávidas trabalham em condições desumanas») não têm fundamento e mereceram o repúdio da generalidade dos trabalhadores da Autarquia, dizem os comunistas de Portel, que adiantam ter isso já sido reconhecido por membros da direcção do próprio sindicato.

Salientando a importante obra realizada pelos eleitos da CDU, que muito tem contribuído para o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho, a Comissão Concelhia de Portel do PCP considera que «esta forma de tratar os problemas não dignifica a Direcção do Sindicato. Não contribui para o diálogo necessário entre o Sindicato, os trabalhadores e a autarquia. Não contribui para a unidade dos trabalhadores e para o reforço do Movimento Sindical».

## Célula da Carris

**Redobrar a vigilância e a luta**

Apesar de saber «que nem tudo pode ser resolvido de um dia para o outro», a célula do PCP da Carris, em comunicado aos trabalhadores, entende que a gravidade de algumas situações criadas na empresa pela política do PSD já deveria ter levado o novo Governo a agir, passados que são mais de cinco meses passados sobre a sua eleição. Cumprindo orientações do Governo, o Conselho de Administração e a UGT, para além do Acordo que assinaram - prevendo baixos valores salariais e discriminatórios entre sectores profissionais - recusam a negociação de um regulamento de carreira justa, acusa a célula do PCP.

Entretanto, seguindo uma política que não é seguramente de mudança, mantêm-se na «prateleira» quadros técnicos e passam-se estagiários aos quadros da empresa; extingue-se a medicina do trabalho do organigrama da empresa; reduzem-se efectivos e agrava-se a degradação na prestação de serviços.

Afirmando que «são favoráveis a todos os acordos que sejam benéficos para os trabalhadores» mas não passam «cheques em branco», os comunistas da Carris dizem que é necessário redobrar a vigilância e a luta.

**Comunistas analisam problemas de tráfego**

Falta de planeamento e de fortes investimentos na área das infra-estruturas; maus transportes colectivos ferroviários e rodoviários e o recurso crescente à utilização excessiva do automóvel; o atraso na construção da CRIL e da CREL, no lançamento da construção do Eixo Norte-Sul e, por fim, a decisão da construção de uma nova ponte sobre o Tejo e do atravessamento ferroviário da Ponte 25 de Abril, são factores que agravaram seriamente os problemas de trânsito na Cidade de Lisboa e tornaram extremamente penosa a entrada e saída da freguesia de Alcântara, diz a Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP em comunicado à população. Lembrando que há mais de 16 anos que o PCP reivindica a solução do chamado Nó de Alcântara e exige a construção do viaduto e a solução definitiva deste problema, os comunistas consideram que a solução provisória adoptada pela CML, de cruzamento com semáforos «não está completa e não satisfaz» e exigem a tomada rápida de medidas no sentido do acabamento das obras que permitem atravessar a Av. de Ceuta sem interromper o trânsito que segue de Alcântara para a Ponte 25 de Abril.

**Problemas de Esmoriz preocupam PCP**

Também a Comissão de Freguesia de Esmoriz do PCP, no dia 2 de Abril, em comunicado aos órgãos de informação, lembra que apesar de Esmoriz ser cidade há quase três anos continua com os seus principais problemas por resolver, nomeadamente na área das infra-estruturas.

O lugar da Praia permanece, contudo, como o mais carenciado, dizem os comunistas. As obras em curso em defesa do areal e da costa são tão limitadas que não dão garantia de segurança aos seus moradores, sendo imprescindível a construção de um esporão central que, para além desse objectivo, constitua ainda um abrigo para as actividades piscatórias.

O desprezo a que tem sido votado este importante lugar de Esmoriz, em especial a sua comunidade piscatória, está expresso no estado degradado da maior parte das suas habitações e na ausência de soluções dignas por parte da Câmara.

Considerando que a não construção do prometido posto de vendagem/lota é factor agravante das ameaças de toda a ordem que pairam sobre a pesca artesanal, o PCP alerta ainda para a urgência de meios eficazes de salvamento, nomeadamente do funcionamento do Instituto de Socorros a Náufragos e a desburocratização da autorização para o recurso a meios aéreos.

## Relatórios da Inspeção-Geral de Finanças

**Confirmam-se apreciações do PCP**

A Comissão Concelhia de Aveiro realizou no passado dia 4 de Abril uma conferência de imprensa com vista ao esclarecimento da opinião pública sobre o que esteve em causa na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Aveiro de 27 de Março passado e as posições do PCP.

A inspecção sectorial que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) fez à Câmara de Aveiro, em 1994, e que incidiu sobre Planos de Actividades e Orçamentos, Empréstimos, Despesas com Pessoal, Contas de Gerência, Empreitadas e Fornecimentos, deu origem a dois relatórios, segundo a informação prestada pela Comissão Concelhia do PCP.

Um deles, sobre os trabalhos de inspecção, as irregularidades detectadas, as respostas da Câmara Municipal, as conclusões do inquiridor e a apreciação final da inspecção, relata mais de 80 situações consideradas irregulares e foi enviado em Janeiro de 96 à Câmara e à Assembleia Municipal de Aveiro.

O outro relatório, que, para além das matérias acima referidas, aborda «irregularidades graves ou prática continuada de irregularidades» e/ou «indicadoras de ilícito criminal» foi, nas palavras da IGF, enviado «às entidades competentes».

Na 1ª Sessão Ordinária de Fevereiro, o Presidente da Mesa, tendo embora referido a recepção destes relatórios, não procedeu à sua distribuição pelos membros da Assembleia Municipal, como foi então requerido, apesar de esta ser também acusada de ter praticado irregularidades, e de haver lá recomendações que lhe eram dirigidas.

É na sequência destes acontecimentos que a CDU convoca

a Sessão Extraordinária da AM para discussão dos relatórios da IGF. Pena foi que, apesar das intervenções do eleito da CDU, procurando virar a discussão para os interesses do Concelho, ela tenha sido tratada com ligeireza pelos restantes partidos e enveredado por caminhos que não corresponderam às expectativas criadas na opinião pública nem à objectividade crítica que os relatórios exigiam.

Sendo certo que todo este processo não foi tratado nos termos mais correctos, a verdade é que eles não são de molde a alterar a apreciação que os comunistas fazem da actuação do Presidente da AM no actual mandato, muito diferente das de mandatos anteriores.

«É inadmissível», diz ainda a Comissão Concelhia do PCP, que não se tenha dado à Assembleia Municipal a oportunidade de contra-argumentar em relação às irregularidades que lhe são atribuídas e que tenha sido a

Câmara a fazê-lo, em seu nome e no da Assembleia. Isto é tanto mais grave quanto é certo que essas irregularidades são quase totalmente imputáveis à Câmara que, enviando sempre com atraso os planos e orçamentos e as contas de gerência à Assembleia, impede a sua aprovação no prazo legal.

A Comissão Concelhia do PCP de Aveiro considera que os relatórios da IGF comprovam as apreciações que o PCP tem feito à gestão municipal de Aveiro, nomeadamente a incapacidade de organizar serviços municipais que funcionem eficazmente; a inexistência de um controlo interno, a todos os níveis; a falta de rigor no tratamento de questões como empreitadas, gastos com pessoal e fornecimentos; a prática repetida e continuada de uma gestão personalizada; a co-responsabilidade, por acção e omissão, dos restantes vereadores eleitos pelo CDS, PSD e PS, na maioria dos factos relatados.

**Aniversário do PCP comemorado na região de Paris**

Os comunistas residentes na região de Paris, querendo associar-se às comemorações do 75º aniversário do PCP, realizaram, no dia 29 de Março passado, no Palácio dos Congressos da cidade de Nanterre, um jantar que reuniu cerca de 180 portugueses.

A comemoração contou com a presença de figuras destacadas do movimento associativo e da comunidade portuguesa em França, do Presidente da Câmara adjunto daquele importante município dos arredores de Paris e do escritor e jornalista Henri Aleg.

Numa breve saudação, o camarada Joaquim Judas, mem-

bro do Comité Central, presente na iniciativa, salientou a coerência da acção do PCP com os objectivos que presidiram à sua fundação, referiu as tarefas do Partido no momento actual e lembrou a intervenção dos comunistas portugueses emigrados no quadro da acção geral do Partido e de forma particular a sua contribuição para a luta em defesa das comunidades portuguesas no estrangeiro.

A Associação dos Amigos do 25 de Abril, de Plaisir, que se fez representar na iniciativa pelo Presidente do seu Conselho de Administração, João Santos, aproveitou a ocasião para saudar



o Partido, afirmando que «festejar 75 anos do PCP é saudar todos os democratas, que aspiram reconduzir Portugal com os ideais puros do 25 de Abril e da Revolução dos Cravos».

No final do jantar, realizou-se

um espectáculo animado por Alves de Oliveira.

No átrio do Palácio dos Congressos, esteve patente ao público, durante a tarde e a noite de sábado, uma exposição sobre o 75º aniversário do PCP.

## Póvoa de Varzim

**Rasgar novas perspectivas**

Realizou-se no dia 30 de Março, no Auditório da Biblioteca Municipal, a Assembleia da Organização Concelhia de Póvoa do Varzim que contou com a participação de 45 delegados e 20 convidados.

A Assembleia discutiu o reforço da organização e intervenção do Partido, a situação política e social, abordou as eleições autárquicas de 97 e elegeu uma nova Comissão Concelhia, tendo sido os seus trabalhos encerrados por Emídio Ribeiro, da Comissão Política.

Apesar da subsistência de atrasos e insuficiências herdadas da gestão anterior, a nova gestão

camarária enveredou por uma política séria de desenvolvimento da Póvoa, considerou a Assembleia. Com um vereador apenas, a CDU assume neste mandato importantes responsabilidades e mantém uma postura responsável e construtiva, viabilizando o que beneficie o concelho, rejeitando o que o prejudique.

Acentua-se a descapitalização da agricultura e o abandono dos campos e crescem os condicionamentos impostos pela Política Agrícola Comum. Apesar disso, a Agricultura continua a ter um significativo peso económico e social na região e a

ser um grande centro de produção de leite, de hortícolas e de pecuária.

O sector das Pescas encontra-se em regressão. A pesca artesanal não está, contudo, condenada, sendo necessário investir, salvaguardar os postos de trabalho, melhorar as condições de vida.

Na indústria cresce a chamada economia paralela, assente em pequenas empresas sem qualquer solidez e vocacionadas para o apoio, a complementaridade, a subcontratação e o lucro fácil.

Mais de vinte anos passados sobre o 25 de Abril, a emigração

persiste na Póvoa do Varzim, o desemprego atinge 2000 trabalhadores, os salários são baixos, cresce a precariedade e a violação de direitos.

Apresentando vários contributos para um Plano Estratégico de desenvolvimento, a Assembleia considerou que, apesar da intervenção significativa dos comunistas na luta dos trabalhadores e na dinamização do movimento associativo, é necessário rasgar novas perspectivas e direcções de trabalho, alargar a influência do PCP e decidiu realizar uma campanha de recrutamento até ao próximo Congresso.



## FAMALICÃO

### CDU apresenta protesto

Os eleitos da CDU em Vila Nova de Famalicão apresentaram na Assembleia Municipal um voto de protesto contra o procedimento da administração da empresa ROEDERSTEIN, que, com o recurso ao «lay-off», lesa os interesses dos trabalhadores e afecta o equilíbrio socioeconómico do concelho.

O voto de protesto, ao mesmo tempo que recomenda o fim de tal procedimento, manifesta apreço e solidariedade para com todos os trabalhadores afectados e expressa a sua confiança em que, estes, «unidos, saberão encontrar a solução que proteja os seus legítimos interesses».

Ao votar contra, os eleitos do PS, PSD e CDS mostraram mais uma vez os interesses que defendem, diz a Comissão Concelhia de V.N.Famalicão que «não estranha» a posição do PSD e do CDS. Em relação ao PS, contudo, pergunta: «Quem não se lembra do compromisso 'as pessoas estão em primeiro lugar' do PS na campanha eleitoral para as Eleições Legislativas de Outubro/95?» Apelando aos trabalhadores para que se mantenham unidos na luta, os comunistas asseguram-lhes todo o apoio do PCP.

## SANTA IRIA DE AZÓIA

### Faz exposição

Foi inaugurada no passado dia 31 de Março na Casa da Cultura de Santa Iria de Azóia uma exposição comemorativa dos 75 anos do Partido.

Entre os materiais expostos, destaca-se um carimbo em madeira gravado com datas significativas desde a Idade Média (1383) à reorganização do Partido (1942), uma tipografia portátil utilizada na clandestinidade, uma instalação evocativa do assassinato do dirigente comunista Alex e outros documentos que recordam o trabalho dos eleitos comunistas nas autarquias desde 1981. Constituída por dez painéis centrais, com documentos que testemunham as lutas sociais do concelho no tempo do fascismo, esta exposição estará patente ao público, posteriormente, em colectividades das freguesias de Odivelas, Sacavém e Loures. Na inauguração, foi servido um Porto de Honra e reviveram-se episódios marcantes da vida do Partido ao longo destes 75 anos.

## Requerimentos ao Governo

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional do Algarve divulga o texto dos dois requerimentos que, no passado dia 3, o deputado Lino de Carvalho dirigiu ao Governo. Um dos requerimentos diz respeito ao forte temporal que no dia 1 de Fevereiro assolou o Algarve, provocando avultados prejuízos aos pescadores e pequenos proprietários de embarcações de «boca aberta», e visa saber se estão previstos apoios adequados por parte do Governo no sentido da minimização desses prejuízos. O outro requerimento, que se refere à paralisação de dois meses que a frota de pesca em Marrocos fará, no quadro da paragem prevista por razões biológicas, é também no sentido de saber quais os apoios compensatórios desta paralisação previstos pelo Governo a pescadores e armadores.

## MÉRTOLA

### PCP denuncia

Apesar de o desenvolvimento do interior ter sido um dos principais slogans do PS durante a campanha eleitoral, o PS decidiu ignorar no Orçamento do Estado uma das principais reivindicações da população do concelho - a construção da IC27 ligando Beja/Mértola/Vila Real de Santo António - diz a Comissão Concelhia de Mértola do PCP, num comunicado de 30 de Março. Afirmando que os deputados do PCP irão a este propósito questionar o Governo, os comunistas de Mértola denunciam também o não cumprimento das promessas do PS de duplicar nos próximos 5 anos as verbas para as autarquias e de cumprir a Lei das Finanças Locais.

O não cumprimento da Lei, designadamente, lesou a Câmara Municipal em 40 mil contos, importância que ascende a 72 mil contos se lhe forem somados os cerca de 32 mil contos em dívida de 1995. Esta verba contribuiria para a resolução de alguns problemas do concelho, diz a Comissão Concelhia do PCP que, a esse propósito, recorda que a Câmara Municipal este ano recebeu um aumento de apenas 8,11%, inferior portanto ao do ano passado que havia sido de 11,5%.

## MADEIRA

### Patrão reintegra após 18 anos

Leonel Nunes, membro do Comité Central e Coordenador do PCP, foi finalmente reintegrado como rececionista do Hotel Reid's, 18 anos depois de haver sido despedido por razões político-sindicais. Destacado dirigente sindical na Região, após o despedimento em 1978, Leonel Nunes colocou o seu processo em Tribunal, sendo julgado e ganhando em todas as instâncias a que o patrão ia recorrendo.

Perante a última decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que reafirmou a razão do trabalhador, e depois de o Tribunal Constitucional ter considerado que este processo não estava na área das suas competências, o Hotel Reid's foi obrigado a reintegrar Leonel Nunes que é membro também do Conselho Nacional da CGTP e do Secretariado da USMA.

## Barreiro

# Responder à crise Lutar pela mudança

Os comunistas do Barreiro começaram a preparar a sua 6ª Assembleia Concelhia, prevista para 22 de Junho próximo. Com esse objectivo, foi já posto à discussão um anteprojecto do documento que servirá de base à Resolução Política a debater e aprovar na Assembleia.

O documento começa por analisar a situação de crise originada pela política de direita dos sucessivos governos do PSD e perspectivar os objectivos prioritários que se colocam aos comunistas para resistir e lutar contra essa política. Constatando, a seguir, que a política implementada pelo actual Governo do PS não é no sentido da mudança e está a causar as maiores preocupações no seio dos trabalhadores, apontada uma série de medidas e propostas com vista à humanização do concelho e à melhoria das condições de vida das suas populações. Por fim, o documento debruça-se sobre a necessidade do reforço do trabalho do Partido e, a partir de uma reflexão sobre a evolução do concelho, experiências realizadas, insuficiências detectadas, propõe direcções de trabalho prioritárias para os comunistas do Barreiro, em termos de organização e de intervenção política.

Nos quatro anos que decorreram desde a realização da 5ª

Assembleia, e como resultado de uma política desastrosa, verificaram-se profundas alterações no tecido económico e social do concelho.

Assistiu-se à destruição do aparelho produtivo, ao desmembramento e desmantelamento das principais empresas e ao encerramento de outras, à destruição de mais de 10 mil postos de trabalho, através de despedimentos, rescisões de contratos e reformas antecipadas. Aumentou o trabalho precário e clandestino e agravaram-se as desigualdades sociais.

Ao votar maioritariamente contra esta política de direita nas últimas eleições legislativas, a população do Barreiro manifestou claramente a sua exigência de uma mudança política, mudança que as recentes medidas tomadas pelo Governo PS no campo laboral parecem desmentir.

Está-se perante um novo quadro político que exige novas medidas e novas respostas. São essas medidas

e essas respostas que a 6ª Assembleia Concelhia do Barreiro vai tentar encontrar.

O chamado «acordo de concertação social», aprovado pelo Governo, pelas confederações patronais e UGT (com o vivo repúdio da CGTP), a «flexibilização» de horários e a polivalência de funções, juntamente com o plano de privatizações apresentado pelo Governo, são motivos de particular apreensão para os trabalhadores e naturalmente para o PCP, partido que se assume cada vez mais como a única alternativa de esquerda.

No município do Barreiro, onde o PCP é a maior força política, os autarcas comunistas têm desenvolvido um trabalho empenhado e dedicado, colocando as suas vontades e capacidades ao serviço das populações. Está já previsto um conjunto de obras no valor de mais de um milhão de contos em 1996 e 1997 que, a par da concretização de diversas propostas e projectos definidos no Plano Director Municipal, irão enriquecer e humanizar o concelho.

Mas o futuro que os comunistas defendem para o Barreiro passa pela implementação de uma estratégia de desenvolvimento que tem

de ser conseguida através da unidade e luta dos trabalhadores e com o Partido Comunista Português.

Cessar de imediato o processo de privatização em curso na Quimigal, promover o pleno aproveitamento de todas as capacidades instaladas no Parque Industrial da Quimiparque, promover e apoiar eficazmente a criação de pequenas e médias empresas e o comércio local, são algumas das medidas imediatas que o PCP defende para o desenvolvimento económico e social da região.

O PCP está em condições de encabeçar a luta pela mudança necessária. Mas para isso é fundamental reforçar a intervenção, organização e influência do Partido no seio dos trabalhadores, intervir no Poder Local, dar uma atenção especial à juventude e aos seus problemas, dinamizar e valorizar o movimento associativo, promover a participação popular a todos os níveis, preparar desde já as eleições autárquicas de 1997.

Estas são algumas das reflexões que o documento em discussão propõe aos militantes comunistas do Barreiro e é nesse sentido que a 6ª Assembleia Concelhia do Barreiro vai ter de se pronunciar.

## O Poder Local em debate nos Açores

No âmbito das iniciativas «Em diálogo com os açorianos», promovidas pela CDU, realizou-se no passado dia 22 de Março um debate subordinado ao tema «O Poder Local na Região Autónoma dos Açores», que contou com a participação de muitos Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleias Municipais e outros eleitos da CDU de vários pontos do País.

Para além de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, faziam parte da mesa a presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa, o presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, o vogal da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Mário Abrantes, e o membro da Assembleia de Freguesia do Pico da Pedra, Ribeira Grande, Victor Duarte.

A abrir a sessão intervieram Mário Abrantes, que analisou as relações entre o Poder Local e o Poder Regional, nomeadamente no que respeita à aplicação do Quadro Comunitário de Apoio na região, Victor Duarte que relatou a experiência da actividade da CDU na sua freguesia e Abílio Fernandes que interveio sobre a CDU como grande força nacional.

Seguiu-se um debate em que diversos participantes abordaram questões como a necessidade de combater a burocracia, as futuras Regiões Administrativas e a diferença que há entre regionalização administrativa e Regiões Autónomas.

A esse propósito, João Amaral, Vice-Presidente da Assembleia da República e Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que também participou no debate, salientou «o apoio inequívoco e sem reservas que o PCP dá ao Sistema Constitucional da Autonomia».

### JCP/Açores prepara Congresso

Para discutir e preparar o próximo Congresso da JCP reuniram, no dia 22 de Março em Angra do Heroísmo, o Núcleo da Ilha Terceira e, no dia 23, os jovens comunistas de Ponta Delgada.

Reestruturar o trabalho, estabelecer um plano de acção tendo em vista o alargamento da JCP e o

envolvimento da respectiva organização no trabalho de preparação das eleições regionais de 96, foram alguns dos pontos que mereceram a particular atenção dos jovens participantes.

### Comunistas do Faial reúnem 5ª Assembleia

Ainda no dia 23 de Março, realizou-se na cidade da Horta a 5ª Assembleia de Organização da Ilha do Faial que discutiu questões organizativas, de mobilização e alargamento do Partido, as iniciativas e actuação política dos comunistas da Ilha, a informação e propaganda, as eleições regionais de 96 e a campanha regional de fundos que está a ser preparada.

A Assembleia da Organização da Ilha do Faial, cuja sessão de encerramento contou com a presença dos Órgãos de Comunicação Social, elegeu ainda uma Comissão de Ilha com 22 membros.

## Odivelas

### Comunistas querem cidade voltada para o futuro

No passado dia 30 de Março, realizou-se a 3ª Assembleia da Organização de Odivelas do PCP, que debateu a realidade actual da freguesia, os caminhos necessários para garantir uma vida melhor, numa cidade moderna e voltada para o futuro, e elegeu a nova Comissão de Freguesia.

Definindo, na Resolução final aprovada, as dez áreas que considera prioritárias para a defesa da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias, a 3ª Assembleia decidiu que os militantes comunistas irão reforçar a acção de informação e valorização do projecto autárquico da CDU.

Os comunistas de Odivelas consideram ainda fundamental a continuação da denúncia da falta de cumprimento das obrigações autárquicas e o des-

perdício de meios financeiros por parte do PS (que preside actualmente à Junta de Freguesia) e do PSD (que esteve à frente do Executivo entre 1990 e 1993).

Definindo como objectivos principais para as próximas eleições autárquicas reforçar a votação na CDU para os órgãos municipais (Câmara e Assembleia Municipal) e ser a força política mais votada na freguesia de Odivelas, a Assembleia decidiu trabalhar para o alargamento do espaço de intervenção da CDU e, reafirmando o seu apoio à criação do município de Odivelas, assegura que denunciará as tentativas que invocando este propósito visem votar ao esquecimento outras reivindicações essenciais para a melhoria da qualidade de vida na freguesia.



## JUVENTUDE

# Novo Ensino Secundário Generalização da Reforma

■ Vanessa Silva

A generalização da Reforma Educativa trouxe profundas e graves alterações à estrutura dos Ensinos Básico e Secundário, aprofundando o seu carácter elitizante, criando novos obstáculos ao prosseguimento de estudos, optando por uma excessiva carga horária e mantendo a desarticulação dos conteúdos programáticos com a vida.

No 5º Congresso da JCP, para além de aprofundar o conhecimento e as propostas nesta área, devemos procurar as respostas que será necessário dar a um Governo que, pelas recentes medidas tomadas, não inverte a lógica da política da direita, antes a aprofunda em determinados aspectos.

No 3º ciclo do Ensino Básico foi implementada uma estrutura de avaliação das aprendizagens absolutamente burocratizada e ilusoriamente permissiva e facilitista. Muitos são os alunos que transitam de ano através do processo de avaliação extraordinária, sem qualquer tipo de apoio pedagógico e sem terem alcançado os objectivos que lhes eram propostos. Esta medida, conjugada com o Exame Nacional do 9º ano (o

exame que decide a passagem ou não para o 10º) permite a redução artificial do insucesso e abandono escolar.

Campanhas como "9º ano - Já tens a Escola toda!", diplomas de frequência e nenhuma habilitação profissional, irão empurrar milhares de estudantes para o mundo do trabalho precário!

No 10º ano continua a política de criação de obstáculos ao prosseguimento de estudos. É a excessiva carga horária dos estudantes, é o desajuste dos currículos à vida e... são as Provas Globais e os Exames Nacionais Finais do 12º ano. É a morte da avaliação contínua!

Tudo começou com a introdução de exames locais, a que chamam Provas Globais. Algum tempo depois vieram os Exames Nacionais, substi-



O ensino continua a debater-se com graves problemas

tuindo a avaliação contínua e a efectiva qualidade de ensino.

Não sabendo muito bem a quem se destina a avaliação através dos exames, parecidos que os estudantes têm de deixar de ser cobaias para a avaliação de professores, escolas e sistemas.

É preciso garantir o sucesso educativo dos estudantes, e este só é possível através de um investimento sério na Educação. O alargamento da rede escolar pública é urgente, assim como a sua dotação de todos os meios técnicos,

materiais e humanos que possibilitem o bom funcionamento da Escola.

Também ainda ninguém conseguiu explicar muito bem quais os verdadeiros objectivos e razões para a existência de um sistema educativo que baseia a avaliação das aprendizagens em EXAMES, em detrimento da avaliação contínua.

Para nós a resposta só pode estar no verdadeiro espírito que levou à existência destes exames: a eliminação dos alunos através da colocação de constantes barreiras ao seu

progresso educativo. Em suma, a implementação de um sistema educativo selectivo e eliminatório, pronto a afastar ainda mais estudantes da escola!

Neste quadro, os Exames Finais Nacionais do 12º ano assumem uma função perversa e incompreensível, uma vez que para os estudantes concluírem o Ensino Secundário têm de passar duas vezes no 12º ano!

Primeiramente têm de obter nota positiva na Classificação Interna na disciplina correspondente para poderem realizar o Exame (sem o qual não terminam o Ensino Secundário), e têm posteriormente de ter uma nota suficientemente positiva no Exame para, em conjugação com a Classificação Interna, somarem, novamente, 10 ou mais valores.

Como se não bastassem as novas barreiras colocadas ao ingresso no Ensino Superior, através dos Exames Nacionais, o Ministério da Educação cria ainda a possibilidade dos estabelecimentos do

Ensino Superior estabelecerem notas mínimas nos Exames Nacionais das Disciplinas Específicas, assim como na nota de candidatura ao Ensino Superior.

Isto significa que nem todos os estudantes que terminem o 12º ano se poderão candidatar ao Ensino Superior, ou seja, de hoje em diante, mesmo que se obtenha uma classificação final positiva e mesmo elevada, os estabelecimentos do Ensino Superior podem definir, arbitrariamente e sem nenhum controlo por parte do Estado, que não se aceitam alunos com uma nota inferior a X, mesmo que tenham vagas que o permitam. Com estas medidas afastam-se ainda mais alunos do Ensino Superior.

Mas esta situação não é inevitável ou irreversível. A luta dos estudantes pela transformação da Escola, por um ensino melhor, pode assumir hoje novos contornos. Os jovens comunistas devem ser os primeiros a mostrar, através da sua intervenção, que a mudança se constrói na luta!

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### PCP no arranque do processo de revisão constitucional

# Não subvertam o sistema de representação proporcional

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou a sua disposição de intervir no processo de revisão constitucional com o propósito firme de aperfeiçoar a Lei Fundamental, combatendo, simultaneamente, "as violações dos limites materiais de revisão e todas as alterações que empobrecem e violem as regras fundamentais da democracia, incluindo o sistema de representação proporcional".

Ao afirmar nestes precisos termos o sentido mais profundo que a alma no processo de revisão aberto oficialmente na semana transacta, no próprio dia em que o Parlamento assinalou a passagem do 20º aniversário da Constituição da República, a formação comunista quis significar claramente que está atenta a eventuais compromissos ou convergências que venham a selar acordos que subvertam ou atropem características fundamentais da Constituição, como é o caso do sistema de representação proporcional.

João Amaral, que interveio em nome do Grupo comunista, foi mesmo mais longe ao dirigir-se directamente aos partidos visados, PS e PSD, para deixar claro o aviso que o PCP não abdicará de lutar com todas as suas forças para denunciar e impedir que se consuma a subversão do sistema de representação proporcional, seja na eleição da Assembleia da República, seja na eleição das câmaras municipais.

"O sistema de representação proporcional é a base indispensável e insubstituível para assegurar a representação das diferentes forças políticas em correspondência com a vontade do eleitorado", sublinhou a propósito do deputado comunista, não sem antes ter feito notar que o núcleo duro do projecto do PS aponta perigosamente para a subversão dessa característica essencial do regime.

Quanto aos projectos do PSD e do PP, João Amaral foi contundente na acusação de que nos seus objectivos - pelo conteúdo dos projectos onde se acolhem "tantas e tão substanciais alterações" - está inequivocamente inscrita "não uma revisão constitucional mas outra Constituição".

Um intuito que vem, de resto, como recordou o parlamentar do PCP, na senda das alterações produzidas em anteriores revisões por vontade do PS e PSD, com o apoio activo do CDS/PP, de que resultou um empobrecimento da Constituição.

Com efeito, contra a vontade do povo português, que "tomou claramente nas suas mãos a defesa da Constituição e a luta

pela sua aplicação concreta e efectiva", como assinalou João Amaral, o sentido das anteriores revisões tornaram-na "notoriamente mais pobre e menos democrática".

"Isso significa - precisou - que foi o regime democrático e o nosso povo que perderam com as revisões da Constituição importantes e decisivos instru-

mentos jurídicos para defesa das transformações que o 25 de Abril consagrou, particularmente no campo da democracia económica e social".

Testemunho disso mesmo deu-o ainda João Amaral ao lembrar que "basta olhar à volta" e, frisou, "ver os velhos senhores do capital, os mesmos que sustentaram o regime fascis-

ta e que beneficiaram dele para um brutal processo de exploração e acumulação, voltarem à ribalta do poder económico, e com tanto poder económico que cada vez mais condicionam e subordinam o poder político, numa clara inversão do que é um dos mais importantes patrimónios do 25 de Abril que a Constituição consagrou".

### Tratamento e reinserção de toxicodependentes PCP propõe rede de serviços públicos

A criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicodependentes, prevista em projecto de lei do PCP, esteve em debate na Assembleia da República. Para o partido proponente, face à dimensão de um flagelo que considera "um dos mais temíveis com que as sociedades contemporâneas se confrontam", trata-se de incrementar uma medida prática capaz de alterar a absoluta falta de meios acessíveis que neste domínio se faz sentir actualmente de forma notória no nosso país.

Nesse sentido, numa primeira fase, como salientou o deputado António Filipe, o projecto

comunista propõe a generalização da existência de centros de atendimento de toxicodependentes em todos os distritos e a criação de mais 60 camas para internamento de curta duração.

Defendida é ainda, por outro lado, a existência de cerca de mil camas em comunidades terapêuticas, na base de uma cama por cada dez mil habitantes, como forma de dar resposta à inaceitável situação de existirem em todo o País, em instituições públicas, apenas 50 camas em unidades de desintoxicação.

Quanto à questão orçamental das medidas propostas, como tratou de salientar António Fili-

pe, não existem quaisquer dúvidas quanto à sua exequibilidade, e embora se reconheça que estão em jogo "verbas naturalmente elevadas", estas não serão "mais do que uma pequena fatia do orçamento da saúde, cada vez mais esbanjado no pagamento de actividades privadas".

Reconhecendo a importância da matéria suscitada no diploma do PCP, a quem elogiou pela sua persistência em dar corpo legislativo às medidas propostas, o PS (como aliás o CDS/PP) não resistiu em tecer algumas críticas ao que considerou serem os aspectos "estatizantes" da iniciativa comunista, argumentando em simultâneo com o facto

de o Governo ter já medidas previstas no seu Programa.

"Aqueles que nos acusam de estatizantes e de inimigos da iniciativa privada por propormos que o Estado assumira as suas responsabilidades no tratamento de toxicodependentes, não estão mais do que a procurar subterfúgios para pactuar com a desgraçada situação existente", respondeu, por sua vez, António Filipe, antes de acrescentar que perante a inércia do Estado as acções terapêuticas têm sido "quase exclusivamente entregues à iniciativa privada, onde se confundem instituições meritórias com autênticas associações de malfiteiros".



## INTERNACIONAL

# Cimeira de Lille G7 sem soluções para o (des)emprego

Oficialmente consagrada à questão do emprego, a cimeira dos sete principais países industrializados (G7), realizada em Lille, França, de 1 a 2 de Abril, limitou-se a confirmar as opções neoliberais de redução do «custo do trabalho» e de flexibilização do mercado do trabalho.

O «interesse» dos sete países mais industrializados (Estados Unidos, Canadá, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Japão) nesta segunda cimeira sobre o emprego - a primeira realizou-se em Detroit em Março de 1994 - ficou patente nas ausências registadas: os ministros das Finanças, à excepção dos da França e Itália, tiveram coisas mais importantes para fazer do que participar na reunião. O ministro alemão, Theo Waigel, por exemplo, foi de férias; os restantes não viram motivos para estar em Lille. Afinal, em causa não estava o uso a dar ao dinheiro, mas

tão-só o arrolar das velhas receitas caras ao capital e que acabariam por constar nas magras conclusões do encontro, à laia de declaração final.

O G7 propõe um controlo mais eficaz das despesas públicas para reduzir os défices, de forma a melhorar as perspectivas em matéria de emprego, que é como quem diz «a redução dos défices permitirá criar um clima mais favorável ao investimento privado e ao crescimento dos rendimentos num contexto de taxas de juro moderadas».

A única novidade de Lille foi dada pelo Presidente francês, Jacques Chirac, que mau grado os participantes de

## O desemprego nos países ricos

Nos 25 países da OCDE, o número de desempregados passou de 24 milhões em 1990 para cerca de 40 milhões na actualidade. Só nos países do G7 o desemprego afecta cerca de 23 milhões de pessoas, com tendência para aumentar.

• **Alemanha** - O número de desempregados não pára de aumentar desde meados do ano passado. Nos últimos meses, a tendência agravou-se brutalmente. O número de desempregados chegou aos 4,27 milhões em Fevereiro, caso inédito desde a Segunda Guerra Mundial.

• **Canadá** - O governo lançou-se numa política de redução dos défices públicos através de cortes nas despesas sociais. O resultado des política de austeridade levou à redução do emprego e à perda da confiança dos consumidores. O Governo federal despediu milhares de pessoas para reduzir as despesas e procedeu a privatizações que reduziu a mão-de-obra nos sectores abrangidos. A taxa de desemprego actual é de 9,5 por cento.

• **Estados Unidos** - Todas as ocasiões são boas para as autoridades norte-americanas lembrarem que foram criados 8,4 milhões de empregos nos últimos três anos e que a taxa de desemprego baixou para 5,5 por cento. No entanto, a maioria dos norte-americanos está insatisfeita. É que a maioria dos empregos criados são precários, e 30 milhões de assalariados vivem abaixo do limiar de pobreza. Em Janeiro, as grandes empresas anunciaram o despedimento de 100.000 pessoas.

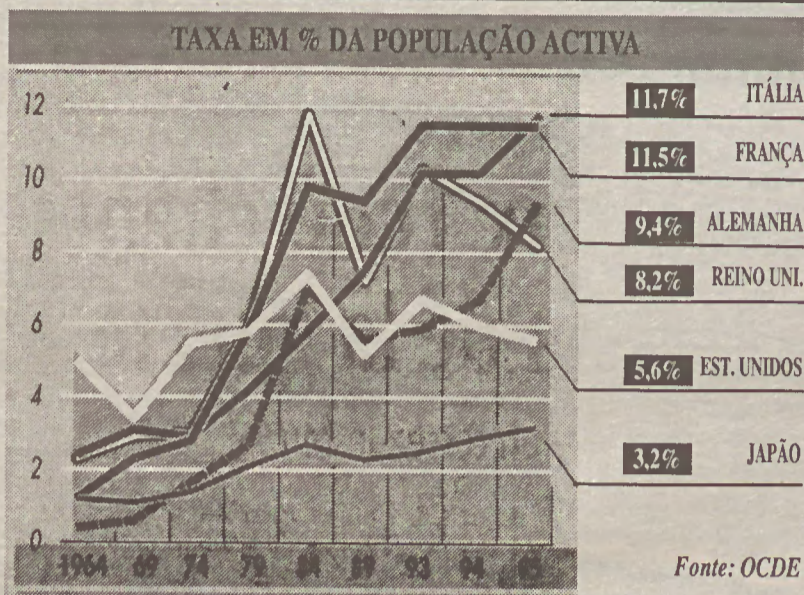
• **França** - O desemprego não cessa de crescer, apesar do Governo afirmar que tem como prioridade a luta contra esse flagelo. Em Março, foram registados mais 15.700 desempregados. A taxa oficial de desemprego eleva-se a 11,8 por cento.

• **Itália** - Os números do mercado de trabalho italiano são muito flutuantes, já que o trabalho negro representa uma massa importante e dificilmente quantificável. Oficialmente, a taxa de desemprego situa-se nos 14 por cento.

• **Japão** - O desemprego atingiu o ano passado 3,2 por cento da população activa, mas segundo os analistas, este número minimiza a amplitude real do problema. Alguns peritos avançam uma taxa próxima dos 6 por cento. As reestruturações de empresas levaram a uma quebra da ocupação dos jovens. Oficialmente, em 1995, 6,1 por cento dos jovens estavam no desemprego.

• **Reino Unido** - O governo britânico tem apresentado a queda continua do desemprego, nos últimos dois anos e meio, como prova das «virtudes» das suas teses liberais em matéria social e económica no combate ao desemprego nos países industrializados. Actualmente, a taxa de desemprego oficial é de 7,9 por cento, mas este número esconde a precarização do emprego e uma repartição cada vez mais desigual das riquezas.

### A escalada do desemprego em massa



O desemprego afecta agora 18,3 milhões de europeus, atingidos pelo abrandamento do ritmo do crescimento económico. Mais flexíveis e mais precários, cerca de 9 milhões de empregos foram criados nos EUA desde a retoma de 1991

«segunda linha» decidiu aproveitar a oportunidade para colher dividendos a nível interno, propondo uma «terceira via», espécie de meio termo entre o modelo liberal americano e a política «social» apesar de tudo ainda existente na Europa.

O que poderá ser esta nova política de emprego não se sabe. O que se sabe é que o ministro francês do Trabalho e Assuntos Sociais, Jacques Barrot, afirmou que a mesma tinha suscitado «uma reacção extremamente simpática» dos restantes parceiros. Talvez porque esta «terceira via», como disse, é «um novo modelo a inventar», que acolhe o «espírito de flexibilidade norte-americano», sem esquecer os «elementos de coesão humana».

### A lógica do mercado

As declarações de intenções dos franceses justificam-se. Na véspera da cimeira do G7, um relatório do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) resumia de forma lapi-

dar um sentimento cada vez mais generalizado: «a incerteza que reina a respeito do emprego suscitou apelos ao proteccionismo comercial dos EUA e provocou um vasto movimento grevista em França». Para o director-geral do BIT, a «pura lógica do mercado» provocará «ameaças para a paz social», pelo que advoga a necessidade de «sabedoria» para levar a cabo «um novo pacto social» que concilie «os imperativos do mercado e o direito legítimo dos trabalhadores à segurança e à protecção social».

No concreto, porém, nada é alterado. O «custo do trabalho» continua a ser apontado como o responsável pelas actuais taxas de desemprego, e é em nome da luta contra o «custo do trabalho» que se debate a «necessidade» de modificar a repartição da riqueza entre a massa salarial (empregos, salários, protecção social) e o capital. Uma modificação a favor do capital, naturalmente, já que a conquista de mercados exige cada vez mais investimentos.

A posição dos EUA é clara:

«Esperamos que os europeus aprendam alguma coisa conosco no que respeita à flexibilidade do mercado de trabalho, de mercadorias e de capitais», afirmou o secretário americano do Trabalho, Robert Reich, sublinhando a im-

portância da «desregulamentação e da abertura ao mercado mundial, porque há uma relação directa entre o emprego e a pressão competitiva a que as empresas são submetidas».

Reicht lembrou ainda que nos últimos três anos foram criados 8,4 milhões de empregos nos EUA, convidando os europeus a tirar as suas conclusões.

Do que Reich não falou foi da precariedade dos empregos criados e dos 30 milhões de assalariados norte-americanos que, segundo dados divulgados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), vivem abaixo do limiar da pobreza.

Com uma taxa de desemprego (oficial) afectando 10,9 por cento da população activa da União Europeia e o número de desempregados nos 25 países da OCDE a rondar já os 40 milhões, razões têm os Sete para temer uma «explosão social». Não será certamente com «mensagens de esperança» que a conseguirão evitar.

## Sarajevo

10 mil a 15 mil sérvios foram enterrados em valas comuns em Sarajevo durante a guerra civil, segundo noticiou o jornal Política Ekspres. Na edição de sexta-feira passada, o jornal denunciou 30 «locais negros» na parte da cidade controlada pelos muçulmanos com base em centenas de testemunhos de sérvios.

Os crimes contra a população sérvia continuam a ser cometidos na ex-Jugoslávia. De acordo com a secção croata do Comité para os Direitos Humanos de Helsínquia, os ataques e as perseguições aos cidadãos, a destruição e roubo de propriedades são práticas correntes actualmente. Com a participação activa da polícia croata e a aprovação dos militares, as casas são primeiro pilhadas e depois minadas. O comité afirma que estes factos representam um acto de vingança e têm como objectivo evitar a normalização da situação na Krajina e dificultar o regresso dos sérvios às suas terras ancestrais.

## Brasil

O Partido Comunista do Brasil comemorou recentemente o seu 74.º aniversário. A sessão de encerramento das comemorações, no salão do Sindicato dos Banqueiros de S. Paulo em fins de Março, contou com a presença do presidente do PCB, João Amazonas, que proferiu uma vibrante intervenção expressando a sua confiança nos ideais do comunismo. Nesta sessão, que contou com a presença de Miguel Urbano Rodrigues, foi sublinhado o fortalecimento do Partido que se manifesta nos mais de 200 mil militantes e no facto de o número de deputados na Câmara Federal ter duplicado na presente legislatura.

## Irlanda

Nas eleições locais irlandesas realizados no fim de semana, o Fianna Fail, o principal partido irlandês da oposição, conseguiu aumentar a sua representação parlamentar, tendo agora 68 deputados em 166 no Dail (câmara baixa do Parlamento). O Sinn Fein, a ala política do IRA, conseguiu obter o triplo dos votos recolhidos nas eleições gerais de 1992.

## Tchetchénia

Apesar de Ieltsin ter anunciado um cessar-fogo unilateral na Tchetchénia, as ofensivas militares russas naquela República caucasiana prosseguem. De acordo com a agência Itar-Tass, aviões russos bombardearam localidades a sudoeste de Grozny. Resultado: «16 crateras de cerca de 8 metros de diâmetro», 16 casas completamente destruídas, 30 hospitalizações e um morto, segundo um habitante local. A Rússia nega a autoria dos bombardeamentos. Contudo, tanto o Governo pró-russo como os residentes nas zonas atacadas acreditam na responsabilidade de Moscovo nestes ataques, visto que os independentistas não possuem aviões.

## Palestinianos apostam na paz

Setenta e oito por cento dos palestinianos apoiam o prosseguimento das negociações de paz com Israel, revelou uma sondagem realizada na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, no fim de Março.

Apesar das graves consequências do bloqueio imposto por Israel que desde Fevereiro já empurrou para o desemprego 60 mil pessoas, 70 por cento dos palestinianos estão contra os ataques armados contra Israel e 59 por cento estão de acordo com as medidas da Autoridade Palestiniana contra estes atentados.

Contudo, os palestinianos têm sentido directamente a paralisia da economia local e as recentes acções desencadeadas pela polícia palestiniana e pelo exército israelita para travar o terrorismo têm originado confrontos entre a população e as forças da autoridade. Entretanto, a Autoridade Palestiniana prendeu cerca de 900 pessoas supostamente

implicadas nos atentados do Hamas e da Jihad Islâmica.

Depois de uma rusga na Universidade de Najah, em Nablus, em que a polícia utilizou a força ferindo cinco estudantes, alguns apoiantes de Yasser Arafat juntaram a sua voz aos protestos. Arafat anunciou já a demissão do comandante da polícia de Nablus. Indo mais longe para solucionar esta questão e procurando ir ao encontro das exigências e necessidades da população, o presidente palestiniano contactou Butros Ghali, o secretário-geral da ONU, para o pôr ao corrente da situação vivida no seu país. Sublinhe-se que o pedido apresentado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para a sua intervenção na anulação do bloqueio continua sem resposta.

O primeiro-ministro jordano e o presidente turco já transmitiram o seu apoio a Arafat.

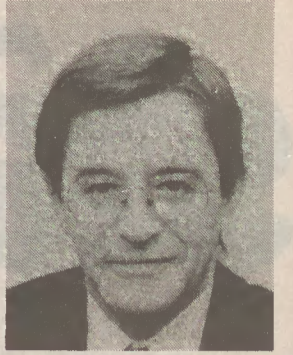






EM FOCO

# A grande fraude CIG 96



■ **Octávio Teixeira**  
Membro da Comissão  
Política

-se para uma revisão "minimalista".

Mas, se assim for, não

"A omissão da UEM no processo de revisão do Tratado de Maastricht ... poderá vir a ser a grande fraude da CIG 96"

haja dúvidas que estaremos perante um mero compasso de espera tático... para salvaguardar a estratégia anti-social e federalizante que continua a animá-los.

E se é essa a sua tática, então parece necessário que as forças políticas de esquerda, as forças sociais progressistas, os trabalhadores, os defensores de "uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social", respondam com a exigência de uma revisão profunda do Tratado de Maastricht, de uma revisão que ponha em causa a essência desse mesmo Tratado.

Não restam dúvidas que a revisão dita "minimalista" comporta riscos acrescidos para as soberanias nacionais, como, por exemplo, a criação do "sr(a). PESC" (a criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia com tudo o que isso significa de novos avanços para uma política externa e de segurança comum), a redução do número de línguas de trabalho, a alteração das regras de voto alargando as matérias sujeitas a votação por maioria ou as possíveis consequências do futuro alargamento da UE. Tal como, e à partida, não é de excluir a hipótese de eventualmente vir a ser integrado no Tratado um capítulo sobre o emprego, funcionando como "engodo" mas que de facto não passaria de mais uma mistificação por não poder ter consequências práticas contra o desemprego.

Mas a questão essencial, a questão crucial, é e continuará a ser a União Económica e Monetária (UEM).

Porque a questão económica continua a ser a questão determinante para o evoluir das sociedades.

Porque a UEM, e em particular a moeda única, tem importantes e inelutáveis implicações institucionais e políticas, para além das económicas e sociais.

Porque é através da UEM e ancorados na moeda única que os autores e os defensores do Tratado de Maastricht pretendem prosseguir e alicerçar uma União política de base federal.

Porque são a UEM e as suas orientações e prioridades que impedem a coesão económica e social, que exigem e conduzem à condenação dos trabalhadores ao desemprego, à regressão nos sistemas de protecção social, à desregulamentação das relações laborais, à flexibilização e polivalência no emprego e à "contenção" salarial.

Porque são a lógica e a natureza da UEM que ameaçam alinhar os salários e a protecção social dos trabalhadores europeus pelos níveis praticados em relação aos sobreexplorados trabalhadores do terceiro mundo, pela via da chantagem permanente da deslocalização de empresas e de produções.

Assim sendo, como julgo que é, a omissão da UEM no processo de revisão do Tratado de Maastricht, essa manobra de mistificação que os Governos dos Quinze pretendem perpetrar, poderá vir a ser a grande fraude da CIG 96.

Cabe à esquerda procurar tudo fazer para que assim não seja. A nível nacional como através da convergência e cooperação internacionais.

E nesse sentido, o Comício em Paris, em 11 de Maio, em que, à semelhança de outros partidos comunistas e progressistas europeus, o PCP estará formal e oficialmente representado, dará certamente um grande contributo. Comício que, pela sua localização, se reveste por acréscimo de um importante simbolismo: pois foi aí, com a "revolta social" de Dezembro de 1995, que os trabalhadores franceses "exprimiram a sua recusa de um modelo de sociedade assente no economicismo, no mais completo liberalismo, no totalitarismo dos mercados e na tirania da mundialização".

E essa recusa é um sentimento que se não confina aos trabalhadores franceses. Antes é partilhado pelos trabalhadores portugueses e pelos de todos os Estados integrantes da União Europeia.

O "AVANTE!" do passado dia 28 de Março destacava a declaração do Secretário-Geral do PCP sobre a Conferência Intergovernamental de 1996 (CIG96), isto é, sobre a abertura do processo formal de revisão do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht. Nessa declaração, o camarada Carlos Carvalhas apresentou a posição do PCP sobre as questões importantes para o futuro de Portugal e da Europa dos Povos que, muito provavelmente, estarão em debate na CIG96. Ao mesmo tempo que recolocou e criticou os rumos essenciais que actualmente segue a União Europeia. Porque a matéria em questão é crucial para o nosso devir colectivo, em particular para os trabalhadores, parece-me útil voltar ao tema da CIG 96.

O processo de revisão do Tratado de Maastricht vai realizar-se num quadro que julgo caracterizado por dois aspectos essenciais.

Por um lado, e como referiu Carlos Carvalhas, é hoje mais claro que existem dois projectos ou "modelos" de União Europeia que se confrontam e opõem. Um é o projecto da moeda única, do triunfo do neoliberalismo e do poder do capital transnacional e das grandes potências, que subalterna a dimensão social da integração, que encara o objectivo da coesão económica e social como mera figura de retórica e que se insere numa via federalizante da União Europeia. Outro é um projecto de estreita cooperação entre Estados iguais e soberanos, que visa a potenciação dessa cooperação no combate às causas e às consequências da persistente crise económica e social europeia, e que se preocupa efectivamente com as elevadas e crescentes taxas de desemprego e de exclusão social, com a deterioração das condições de trabalho e as práticas e intenções de redução da protecção social, com o processo de desregulamentação do mercado de trabalho e com a deslocalização de produções.

Por outro lado, a CIG 96 realiza-se num momento em que surgem na praça pública divergências, que me parece não deverem ser menosprezadas, entre grandes potências europeias (maxime entre a Alemanha e a França) sobre os ritmos e a evolução próxima da União Europeia.

Divergências que assentam em razões múltiplas mas, e sobre isso não me restam dúvidas, resultam basicamente de estratégias políticas domésticas face ao descontentamento popular provocado pelas consequências económicas e sociais que têm resultado dos constrangimentos impostos pelo caminho para a moeda única.

Deste quadro geral parecem decorrer duas posturas profundamente diferenciadas sobre o que deverá ser o conteúdo fundamental da CIG 96.

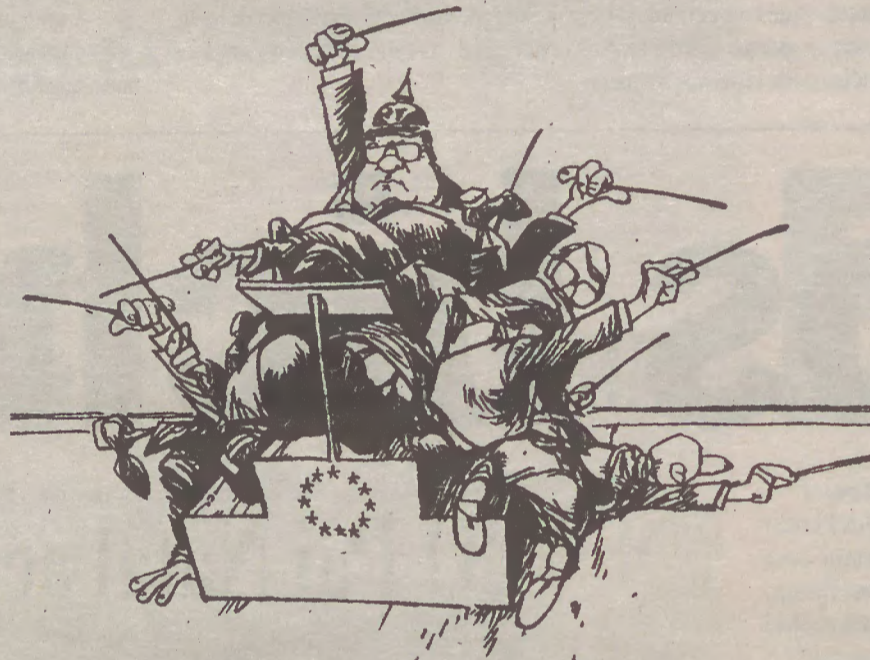
Para uns, como nós, o entendimento de que a conferência para a revisão do Tratado de Maastricht deve ser aproveitada para uma reflexão aprofundada sobre o actual modelo de integração europeia e as suas consequências efectivas e, decorrentemente, para significativas alterações das orientações, da natureza, dos ritmos e dos objectivos da União Europeia. São estes que defendem serem as CIG96 uma oportunidade para uma profunda revisão do Tratado da União Europeia que signifique uma viragem de rumo do processo de integração, o rompimento com as políticas e orientações de Maastricht, para corrigir as disposições mais limitativas dos poderes soberanos nacionais, para dar conteúdo real aos proclamados objectivos da "coesão económica e social" e da "igualização no progresso das condições de vida e de trabalho".

Para outros, sentindo que a conjuntura económica, social e política lhes não é propícia a avanços e aprofundamentos na via anti-social e federalizante, temerosos dos mais de 20 milhões de europeus desempregados e dos mais de meia centena de milhões em situação de pobreza e exclusão social, o entendimento parece ser o de "evitar fazer ondas", não agitar ou provocar a opinião pública crescentemente descontente. São eles os defensores de uma revisão dita "minimalista" do Tratado de Maastricht nesta CIG96, visando assim garantir a continuidade do processo em curso.

É esta última a posição comum aos Governos da generalidade dos Estados-membros. Incluindo a do Governo português.

Aliás, o documento do Governo do Partido Socialista para a CIG, que sintetiza um vasto conjunto de renúncias, de abdições

de submissões do PS às conservadoras orientações neoliberais que dominam a União Europeia, é muito claro ao sublinhar "que o resultado final da CIG terá que ser plenamente aceitevel pelas opiniões públicas dos actuais quinze Estados-membros, nos quais será necessário proceder a ratificações que, em alguns casos, deverão passar por referendos. E sendo manifesto que a confiança no processo de integração europeia continua a registar oscilações preocupantes em vários países, é legítimo que se coloquem dúvidas sobre a possibilidade de aceitação colectiva de qualquer resultado final que possa ser apresentado como polémico e susceptível de causar divisões entre esses mesmos Estados, o que impossibilitaria naturalmente a entrada em vigor do Tratado da União Europeia revisto".



Como igualmente claro foi o actual Secretário de Estado dos Assuntos Europeus em entrevista recente a um semanário. Disse ele: "É obvio que um raciocínio cauteloso leva a pensar que, provavelmente, só uma reforma mínima é que poderá conseguir um consenso alargado, tanto mais que alguns países ver-se-ão obrigados a processos referendários complicados. E qualquer reforma muito dificilmente passará caso consagre alterações substanciais ao Tratado."

Que seja legítimo tal comportamento não me parece, mas que de facto é óbvio, lá isso é!

Só que esta posição expressamente assumida pelo Governo do PS, em convergência com governos assumidamente conservadores, significa que as questões relacionadas com a União Monetária, e nomeadamente com a passagem à sua 3ª fase, não venham a ser discutidas, embora sejam as matérias mais relevantes para o presente e o futuro da União Europeia, dos povos e dos trabalhadores europeus. Ou seja, isso significa que mais uma vez os Governos europeus se preparam para usar a tática da avestruz, enterrando a cabeça na areia para afastarem da sua visão as duras e tristes realidades com que as sociedades europeias estão duramente confrontadas. E fazem-no porque é óbvio que os Governos da generalidade dos países que integram a União Europeia temem as reacções dos Povos.

Têm medo dos resultados dos referendos que seja necessário concretizar para a ratificação da revisão do Tratado da União Europeia!

São eles próprios que, assim, reconhecem que as orientações actuais da União Europeia são contra um futuro de progresso e de bem-estar dos povos e suscitam o crescente descontentamento e oposição populares. E por isso, para não provocarem a "ira popular", para tentarem evitar a todo o custo a multiplicação e ampliação de movimentos sociais como o que em Dezembro passado explodiu em França, para mais uma vez procurarem "adornecer" os trabalhadores e os povos, esses Governos, com rótulos diversos mas basicamente liberais, estão dispostos a travarem transitoriamente o ritmo da sua fuga para a frente e a conluírem-



■ Sérgio Ribeiro

# O que é que a economia tem a ver com desemprego?

**L**icenciei-me em Economia (Económicas!) no tempo em que a Economia era uma ciência social. Apesar de, então, os tempos serem muito pouco propícios para ciências sociais...

Ao escrever isto, parece que estou a começar uma história como as que, em miúdos, nos contavam dos tempos em que os animais falavam. Ou, para repetir uma graça com que costume amenizar os encontros com estudantes da «arte» que visitam o Parlamento Europeu (a que, confesso, não acho muita graça, mas como faz rir os ouvintes lá a vou dizendo...), posso dizer aos actuais e futuros economistas que «sou vosso colega, embora me tenha formado como economista na vossa pré-história!»  
O facto é que, no tempo em que os animais falavam, como nos pré-históricos anos 50, a economia era uma ciência social.

A organização dos recursos com a finalidade de satisfação das necessidades tinham em atenção, como ciência social que era, o facto do recurso humano (como hoje se lhe chama) ser diferente dos outros recursos (naturais ou adquiridos) e das necessidades serem sociais.

E a economia não era socialmente neutra, pelo que eram os seus limites e, também, pelas «pontes» que tinha para outras ciências sociais, desde as que partiam da demografia às que avaliavam níveis de bem-estar.

O objectivo do pleno emprego (dos recursos humanos, como agora se diz) era um objectivo económico, por estranho que hoje isso possa parecer, e a acumulação do capital era predominantemente realizada pela troca de mercadorias produzidas — a oferta — por dinheiro introduzido no circuito económico para possibilitar uma procura com a finalidade económica de satisfazer necessidades dos consumidores.

Ensinavam-nos, então — se não estou a baralhar longínquas recordações... —, que a economia acabava onde começava o consumo, este trocando mercadorias compradas e bens livres na natureza por hidratos de carbono, calorias, aconchego do lar, oxigénio, leitura, o que consumasse a satisfação das necessidades.

Agora, parece que deixou de ser assim. As fronteiras da economia ter-se-ão deslocado, estreitaram-se, e a ciência tornou-se neutra, quantitativa, socialmente inodora, incolor e insípida. Pelo menos é o que concluo quando leio alguns dos mais proeminentes e propinantes economistas da nossa praça, cá do burgo e da «Europa».

A afectação dos recursos só terá a ver com o respectivo preço/custo, determinado por curvas de oferta e procura (que também dei, mas eram menos sofisticadas), independentemente de tais recursos serem humanos ou não humanos; e a acumulação do capital valerá por si mesma, e passou a ser indiferente se resulta de especulação, tráfico ou troca de mercadorias a que foi acrescentado valor por via da produção. Só conta o quanto!... desde que seja muito.

Nesta economia, o desemprego passou a estar assimilado a «stock» do recurso (dito) humano e os encargos dele resultantes assimilado a custos de manutenção, ou de armazém. Tudo o resto é para ser encarado noutras circunstâncias que não as económicas. E não há «pontes», ou as que existem deverão ser cortadas para que a economia se realize plenamente como ciência.

Não vou continuar nesta lamentável confissão (implícita) de incapacidade de aceitar, ou tão-só de compreender, as novas fronteiras da «minha» especialização profissional, revelando quanto estarei obsoleto por querer manter na área da economia variáveis que lhe são exógenas e que a economia só endogeniza pelos reflexos que podem ter no(s) mercado(s).

Explicando-me melhor, e com algum despudor. Se o trabalho morto, isto é, as máquinas ou as automações, tem maiores níveis de produtividade que o trabalho vivo, se a competitividade exige que se reduzam efectivos, isto é, trabalhadores, só economistas ultrapassados como este que escreve se podem preocupar com as consequências extra-económi-

cas. Dizem os novos economistas que a economia não tem mais do que fazer substituir homens por máquinas, que modernizar, que racionalizar, que tornar competitiva a sociedade, que exigir que se reduzam os efectivos dispensáveis, isto é, despedir, isto é, aumentar o

desemprego já existente.

Mais. Dessa substituição e dessa redução podem resultar benéficos efeitos «boomerang» pois as condições de oferta do recurso humano no mercado (deixem-me dizer «da força de trabalho») tornam-se mais favoráveis porque, como se sabe, quanto maior a oferta e menor a procura mais baixo o preço da mercadoria no seu respectivo mercado.

Dir-se-á que estou a fazer uma triste ironia e a arremedar um cinismo que, aliás, nem se quadrarão muito com o meu estilo (se estilo tenho).

Devo argumentar, em minha defesa, que não sei que outro «estilo» usar quando confronto esta economia que se quer socialmente neutra e está tão ideologicamente comprometida, e de que outra maneira comentar, por exemplo, uma notícia que vem num recorte que desde há quase dois meses me acompanha à espera de maré para dele tratar, de tal modo me impressionou a sem-vergonha.

Relata o Público, de 15 de Fevereiro, que o vice-presidente da Comissão Sir Leon Brittan, responsável (?) pela política comercial da União Europeia, não tenciona fazer depender o comércio com países terceiros das condições sociais mínimas em vigor nestes terceiros países. Às urtigas as convenções da OIT, horários de trabalho máximos, seguranças sociais mínimas, condições de trabalho infimamente humanas. «A Europa não tem que tentar impor um "diktat" social ao resto do mundo», afirma o demo-

crático (e nada eurocentrista) britânico com o aplauso de todo o capital financeiro transnacional.

Mas não se pense que o Brittan, vice-presidente da Comissão, é só economista (e dos bons) para o exterior. Não tem fronteiras a vontade do Sir de (cito) «não privar os países com salários baixos da sua vantagem económica legítima».

E quais as fronteiras de legitimidade para a baixa dos salários e o limite dos horários diários, para a eliminação de protecções sociais e a inexistência de descanso semanal e de férias, para a discriminação sexual e todas as que possam contribuir para diminuir os custos? Se tais fronteiras existirem (e só se...), elas não teriam a ver com a economia, deveria ser indiferente o regresso à escravatura desde que a vantagem económica o legitimasse.

No entanto, a indignação que mal disfarço estava de conserva. Só explodiu agora, saltando para o processador de texto, após ler um artigo sobre o desemprego, de um professor da Universidade Católica (!) Portuguesa, no Expresso de 30 de Março, em que o autor se deve ter farto de gozar ao escrever tal prosa!

A oportunidade dos «Oscar» terá inspirado o distinto economista (é, com certeza, distinto e economista) que arranjou oito nomeações «para um Oscar das políticas de emprego». Cheio de «espírito», o jovem professor (professor é, e jovem parece), desanca nessas políticas numa perspectiva delas não terem nada a ver com a economia, perfeitamente claro que essa «mãe de todas as prioridades», como titula ironicamente, não deve perturbar a sua/dele mãe de todas as ciências.

Para tão esperançoso cronista (crónicas já publica, esperanças nele deve haver muitas), decerto que o que há a fazer é deixar a economia funcionar, modernizar, racionalizar, fazer falir e despedir sem peias nem meias tintas. Os outros domínios do saber, as outras ciências (se ciências forem), que se avenham.

Mas também, se essoutros não forem capazes de minorar os efeitos das económicas actuações, não há que preocupar. Quando a economia estiver funcionando plenamente, a felicidade será total. Todas as dezenas de milhões de desempregados, todas as centenas de milhões de pobres e excluídos (e estou apenas a referenciar-me, quantitativamente, pela chamada Europa) terão o reconforto de uma economia próspera, competitiva.

Aliás, para quê ralarmo-nos se a longo prazo todos estarão/estaremos mortos? Já lá dizia o Keynes, que ao pé dos actuais economistas é um verdadeiro cordeirinho a imolar na pira (estarão pirados?) da economia «a sério»!





# SETÚBAL

## Um Fórum para o Desenvolvimento

**A**gir para provocar o desenvolvimento, criando dinâmica local e regional, sem entretanto descurar as responsabilidades essenciais do poder central, é a linha que percorre todo o debate - a exposição dos múltiplos exemplos da crise e as propostas muito concretas para uma outra política - no II Fórum Regional de Setúbal, que decorreu nos dias 29 e 30 de Março no Fórum Cultural do Seixal, e de que já anteriormente demos notícia nas páginas do "Avante!".

Já no primeiro painel - *A realidade social e económica do distrito de Setúbal*, onde se procede a uma minuciosa análise dos múltiplos problemas que atingem o distrito - se impõe a tónica das propostas para a sua solução. Preocupação central dos muitos diversos participantes - das associações de empresas a repre-

sentantes sindicais, das organizações de agricultores às instituições de solidariedade social.

Trata-se, antes do mais, de um Fórum em que se pretende unir, para romper com as por vezes dramáticas consequências das políticas macro. Políticas macro-económicas, macro-sociais, macro-educacionais e todas as outras da responsabilidade dos macro-poderes sem alma, que - como foi sublinhado, na sessão de abertura, pelo presidente da Câmara do Seixal - geram "novas pobreza" que assolam indivíduos e famílias, reformados, idosos, deficientes, desempregados de longa duração, assalariados rurais e jovens.

Aposta-se, assim - como factor fundamental para o desenvolvimento sustentado e participado - no processo de criação

das regiões administrativas, indispensáveis para a articulação e o equilíbrio de poderes entre o Poder Local e Central.

Aposta-se, sobretudo, num Programa Operacional Integrado de desenvolvimento, que promova o investimento em áreas de estrutura produtiva, emprego e formação profissional, ambiente, saúde, ensino e habitação.

Programa em que as estruturas locais e regionais, bem como as organizações representativas da sociedade civil, deverão ter uma intervenção e participação decisivas na sua gestão e acompanhamento.

Uma operação integrada que, como disse o representante dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, defenda o emprego e que abarque várias fases, desde a investigação, passando pela produção e terminando na distribuição.

Neste quadro, destaca-se o lote de propostas da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas - uma súmula de investimentos com que se pretende uma melhoria em quatro áreas fundamentais: transporte, acessibilidade, ambiente e habitação.

Dois dias de um muito rico debate, norteados pela ideia fundamental de que as crises não são uma fatalidade, outras políticas são possíveis e as alternativas existem.

### Um quadro de crise

A multiplicação das falências e o aumento do desemprego surgem como os sinais mais visíveis da crise do modelo de desenvolvimento económico, imposto em Setúbal como por todo o país.

Esta uma realidade que ressalta no quadro socioeconómico do distrito de Setúbal - esboçado ao longo de mais de 50 intervenções.

#### Os números do desemprego

De acordo com os dados estatísticos de Dezembro de 1995, contam-se actualmente 55.547 desempregados, numa população activa de 32.779 habitantes, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 17,2%.

Na Península de Setúbal, e segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o número de desempregados registados nos Centros de Emprego aumentou de 15% entre finais de 1993 e de 1994.

Os desempregados de longa duração (ou seja, há mais de um ano) representavam já cerca de metade do desemprego registado no final de 1995.

Um dado particularmente preocupante - no início do ano encontravam-se registados nos Centros de Emprego da região, 1.269 candidatos a emprego habilitados com bacharelato ou licenciatura.

#### Exemplos da crise

Vários foram os exemplos dados pelos participantes (e de que aqui nos limitamos a assi-

nalar alguns), que testemunham da situação de crise que se vive nesta região, a terceira do país em termos demográficos e económicos.

A reestruturação da SN, que culminou na criação de três novas empresas e no despedimento de 3.950 trabalhadores; na Renault/Setúbal ficou por cumprir a incorporação nacional de 60% nos veículos montados e o volume de produção de 80.000 carros/ano; o nível de emprego ficou a 2 mil postos de trabalho do objectivo nacional.

A Química Base Orgânica, baseada nas piritas do Alentejo, foi destruída com o encerramento das 40 unidades da Quimigal, no Barreiro.

As indústrias tradicionais - pescas, conservas e cortiça - estão em definhamento, por força de políticas comunitárias que os governos portugueses não contrariaram.

Na indústria corticeira, mercê dos meios tecnológicos obsoletos e de formas de gestão inoperantes, a situação é considerada péssima.

Na agricultura, a situação caracteriza-se pelo abandono da actividade produtiva, o desaproveitamento dos recursos hídricos e a desertificação crescente.

O sector do comércio a retalho sofreu, em 1995, uma quebra no investimento de cerca de 30%. A proliferação das grandes e médias superfícies contribuiu para o agravamento do desemprego no sector do comércio, onde se contam actualmente 5 mil desempregados.

As empresas de capital estrangeiro - foram recordados casos como os da Seagate, Firestone, Renault e Siemens - têm seguido opções estratégicas alheias ao interesse nacional e regional.

### Encontrar soluções

Unir vontades e esforços, definir estratégias concertadamente concebidas, potenciar a iniciativa local, conservar o património histórico-cultural e ambiental - um sem-número de preocupações que se cruzam e desembocaram na proposta de um plano integrado de desenvolvimento.

Um plano em que seja maior a capacidade de intervenção da administração local e das instituições locais, os que melhor conhecem e mais perto estão dos problemas das populações.

De par das propostas mais gerais, surgiram igualmente as ideias muito concretas. Em função dos diversos interesses presentes no Fórum e dos múltiplos problemas em questão.

Assim, no sector corticeiro, foi considerada indispensável a criação de Centros Laboratoriais Tecnológicos, capazes de estudar o sobreiro, a cortiça, os produtos acabados, para que estes sejam de melhor qualidade. Outras medidas prendem-se com o aprofundamento do estudo da doença do sobreiro, bem como a

rigorosa fiscalização de todo o processo, da extração à comercialização e protecção deste património mundial.

Para o sector de pescas defende-se um debate aprofundado dos problemas que bloqueiam a actividade piscatória, de que resulte um plano de emergência.

Para vencer o atraso do sector agrícola propõe-se a criação de dois Centros de Formação Profissional ligados à Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal.

Nos debates em torno da *Economia e Desenvolvimento do Distrito de Setúbal*, foram levantadas questões tão diversas como a importância do sector cooperativo e das microempresas, ou ainda as potencialidades da aquicultura, a necessidade de formação empresarial, e propostas concretas, como a criação de um plano de investimento, para dar resposta ao impacto da nova ponte sobre o Tejo na sub-região de Montijo e Alcochete.





## O "estado de graça", o engraxador, mentirolas e outras trapaças

■ Carlos Gonçalves

Anda o Governo PS às costas com o cadáver adiado do "estado de graça", na esperança que uns tantos golpes de marketing e uns sorrisos do Engenheiro Guterres dêem ao defunto as sete vidas dos gatos.

Já quando foi inventado pelos criativos do PS, o dito "estado de graça" não passava de manobra dilatória para cavalgar as expectativas de 1 de Outubro, preterir promessas eleitorais, prosseguir políticas semelhantes às do PSD e tomar medidas muito negativas, à sombra de uma espécie de atestado de ininutilidade passado pelas legislativas.

Mas, por muito que o Governo PS/Guterres promova as reedições do "estado de graça", os efeitos perversos das suas medidas socioeconómicas, a intervenção da oposição de esquerda e o desenvolvimento das lutas populares, vão fazendo caminho para que se clarifiquem as muitas e variadas mentirolas, tretas e trapaças deste Governo.

Desde a mentirola da teoria da "governança pendular" que, como se vê, pende sempre, nas questões essenciais, para a direita, favoravelmente às políticas de rendimentos e (ausência de) direitos laborais da CIP e do PP, às políticas Europeias do Bundesbank e do PSD, às propostas de modelo constitucional que, com o patrocínio da direita, confrontam importantes características da democracia portuguesa.

Passando pela meia treta do "diálogo", que de anunciada novidade relevante deste governo se tornou, vezes de mais, em mero instrumento da promoção mediática do Primeiro-Ministro e seus pares; seja na surdez com a CGTP na (des)concertação social ou seja na nova versão, iniciada em Bragança, da "caravana do António", declamando o guião do "governo em diálogo", anunciando dez vezes as mesmas verbas com nomes diversos.

Até à trapaça do "no jobs for the boys", que de estrepitosa declaração de anticlientelismo, se vai tornando em instrumento de continuidade do essencial das políticas de direita: ora deixando em lugares de decisão o pessoal político do "cavaquismo", na prevenção da toxicodependência, na saúde, nos famigerados serviços de segurança e respectiva coordenação(1), etc., ora nomeando chefes de gabinete, assessores e adjuntos em número significativo - mais de 600 - num critério quase exclusivo de confiança partidária e em que abundam, como em nenhum outro governo, os jornalistas e os assessores de imprensa e marketing.

Mas há mais, como a pantomina do Primeiro-Ministro com o engraxador, dez mil escudos para "dar graxa ao pessoal" (incluindo cobertura televisiva) e, logo de seguida, em frenesim, a posse de um ministro substituto e as poses de Estado algo apagadas na CIG e na Bósnia, pelo meio o almoço fracassado dos líderes da oposição e a audiência com o Papa.

Tudo em ritmo de campanha eleitoral, correndo atrás e à frente das televisões, encenando acenos, sorrisos e declarações; tudo muito bem pensado e encaixadinho pelo "marketing político", uma treta para dar do Governo o ar de "estado de graça recuperado" logo após a aliança com o PP na aprovação do O. E. e durante o congresso laranja da Feira.

E há outra trapaça das grandes, da responsabilidade do PS e do seu governo, é a promoção mediática, política e institucional do PP e do seu "chefe" Manuel Monteiro; enquanto contra o PCP, com o PS no controlo da RTP se desenvolve uma sistemática ocultação, escondendo, por exemplo, em pouco mais de uma semana, o encontro duma delegação do partido com o PR, uma declaração do Sec.-Geral sobre a CIG e muitas outras actividades, mesmo quando filmadas por equipas da RTP.

E temos ainda a farsa da "não governamentalização dos media" pelo Governo, que a Presidente autodemitida da RTP preferiu chamar de "atitude autoritarista e confusão entre o que é a gestão partidária e a gestão do negócio de Estado".

Mentirolas, farsas e pantominas, tretas e trapaças, campanhas eleitorais ultramediatizadas e a desoras que, eventualmente, terão algo a ver com as deambulações do homem do marketing político do PS do Largo do Rato, para a Gomes Teixeira e daí para a 5 de Outubro, mas que, sobretudo, terão tudo a ver com o estrito controlo dos media, do aparelho partidário e dos "tachos", do calendário e do marketing político, do manobristo e da contra informação nuns poucos fiéis do núcleo duro do Governo PS/Guterres.

Também nestes aspectos, ao trilhar, no essencial, caminhos semelhantes aos do governo PSD/Cavaco Silva de triste memória, não se auguram ao PS bons resultados.

# Sahara Ocidental

■ Manuel Brotas

## Impressões de uma viagem

No passado mês de Março, tive oportunidade de, em representação da JCP, participar numa missão da Federação Mundial da Juventude Democrática ao Sahara Ocidental para avaliar o estado da situação.

Voltei bastante impressionado com o povo saharai, com a sua capacidade organizativa e a sua determinação de libertar toda a pátria. Não sendo muito conhecida no nosso país, gostaria de deixar aqui um esboço, necessariamente resumido, da luta heróica deste povo.

O Sahara Ocidental, com aproximadamente 266 000 km<sup>2</sup>, situado no nordeste de África, foi habitado desde a pré-história e sofreu, a partir do último terço do séc. VII, a penetração do Islão através dos árabes, que impuseram a sua cultura, religião e apertamento étnico. Os portugueses foram os primeiros europeus a explorar a região (onde se situa o cabo Bojador), mas a Espanha adquiriu-a na Conferência de Berlim (1884), tendo estabelecido vários portos na costa.

### Resistência saharai

A resistência dos saharais, tribos autóctones da região, ao poder colonial inicia-se em 1934. A Espanha é forçada na segunda metade da década de 60 a aceitar perante a ONU a aplicação do princípio de autodeterminação, mas a repressão continua. Em Maio de 73, nasce a Frente Polisario, movimento de libertação nacional do povo saharai, que passa a organizar a luta pela independência. Pressionada pela guerra e sucessivas resoluções das Nações Unidas, a Espanha aceita a realização de um referendo patrocinado pela ONU. Num encontro com a Polisario, o Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol declara que o seu país aceita a independência. No mês seguinte, o Tribunal Internacional de Justiça conclui, no seu veredicto, que nenhum país vizinho tem soberania sobre o território e pronuncia-se também pela aplicação do princípio de autodeterminação.

Além da enorme riqueza pesqueira da costa marítima e das enormes jazidas de fosfatos (em exploração desde 67), o território é rico em ferro, petróleo, gás natural, urânio e cobre. Desperta a cobiça de Hassan II, rei de Marrocos, que, no início de Novembro de 75, na iminência da descolonização, lança a tristemente célebre «marcha verde», durante a qual cerca de 350.000 cidadãos marroquinos atravessam a fronteira para o Sahara a aterrorizar, expulsar e massacrar a população saharai. A 14 de Novembro, num acordo secreto e ilegal em Madrid, a Espanha atraiçoa o povo saharai e cede o território a Marrocos e à Mauritânia.

### A invasão marroquina

À invasão marroquina pelo norte junta-se a mauritana pelo sul. Em plena guerra, a 27 de Fevereiro de 76, a Frente Polisa-

rio proclama a República Árabe Democrática Saharai, actualmente reconhecida por 77 países, o último dos quais a África do Sul há cerca de três meses (desde 1984 é membro activo e de pleno direito da OUA; Marrocos retirou-se desta organização em protesto).

Os saharais são bombardeados pela aviação marroquina com napalm e fósforo branco. Destroem-lhes o gado e envenenam-lhes os poços. São vítimas de uma tentativa de genocídio. Muitos milhares fogem para zonas controladas pela Polisario, mas os bombardeamentos marroquinos obrigam-nos a refugiarmos em acampamentos no sudeste da Argélia, onde vivem hoje mais de 165 000. Mal armados, resistem a uma guerra em duas frentes até 78, quando muda o regime mauritano, que, depois de um ano de tréguas, assina um tratado de paz com o Governo Saharai.

A guerra prossegue exclusivamente com Marrocos, que ocupa a grande maioria do território, os centros populacionais, os jazigos de fosfatos, e, entre 1981 e 87, constrói, em várias etapas, um muro de protecção das zonas ocupadas, actualmente com uma extensão de cerca de 2000 km (dava quase para cercar Portugal), fortemente militarizado e precedido de um terreno minado.

### Um plano de paz

Na sequência de apelos da OUA e ONU, compreendendo que não podia derrotar militarmente a Frente Polisario, asfixiado pelos custos da guerra (cerca de 1 milhão de dólares por dia), desamparado financeiramente por alguns países, pressionado pela comunidade internacional, o regime marroquino encontrou-se com representantes da Polisario e, em 90-91, durante encontros em Nova Iorque com o Secretário-Geral das Nações Unidas, ambas as partes aceitaram formalmente um plano de paz elaborado pela ONU em colaboração com a OUA. O plano previa um referendo com base no censo espanhol de 1974 (elaborado, um ano antes da invasão marroquina, para o processo de descolonização). O cessar fogo entrou em vigor em Setembro de 91.

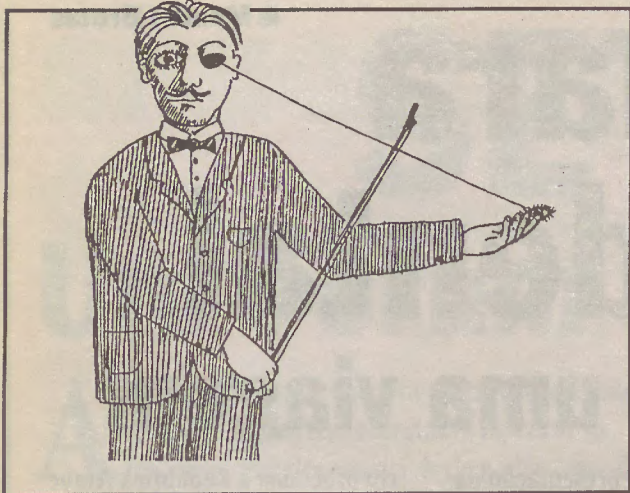
Marrocos esperava manipular a selecção dos participantes do referendo, inicialmente marcado para Janeiro de 92. Como as coisas não lhe correram como esperava, apesar da cumplicidade do Secretário-Geral e do Conselho de Segurança da ONU, optou por bloquear o processo. Cinco anos depois, num desprestígio completo, a MINURSO (Missão da ONU para o Referendo no Sahara Ocidental) prepara-se para se retirar (31 de Maio). Ainda que prolongue um pouco o mandato, não são animadoras as perspectivas de desobstrução do processo. A possibilidade do retorno à guerra perfilou-se no horizonte.



Acampamento de refugiados na Argélia



# PONTOS CARDEAIS



## O nacional-miguelismo

O inefável Miguel Sousa Tavares, que gosta, algumas vezes, de se dar os ares iracundos do pai, mas sem igual substrato, lá vai fazendo a sua campanha contra a regionalização.

Os meios, interrogam-se insistentemente: - Mas quem o

patrocina, para se dar a tanto trabalho? Olha, quem?! - pergunta-se e responde-se: - O próprio Balsemão.

Realmente tem lógica. A regionalização pode trazer consigo as televisões regionais com uma sentimental atracção nas regiões e lá se iam as vitórias da guerra das audiências conseguidas a tão grandes golpes de cedência ao

## Remar contra a maré

Remador contra a maré, é assim, provavelmente, que se vê a si próprio o actual Presidente da Assembleia da República, cujo discurso na tomada de posse do Presidente da República deu sinal de que

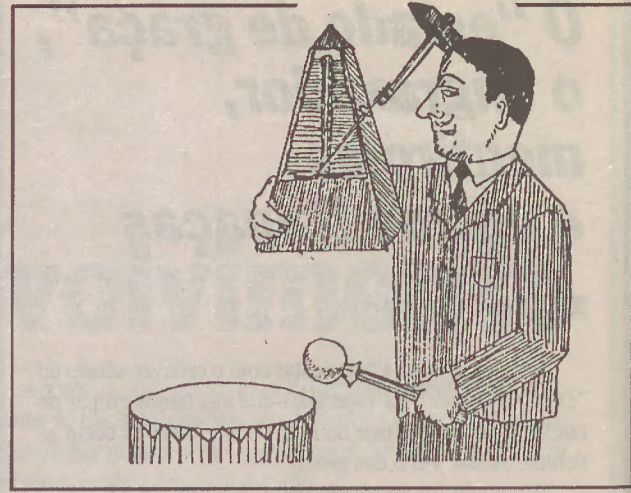
popularucho, à mediocridade, ao mau gosto e à violência.

O que Miguel receia não é «o desmembramento da nação», como escreveu dramaticamente no «Público», mas o desmembramento do «Big show», do «Crossfire» e sobretudo do «Ai os homens».

É desta ténpera o nacional-miguelismo!

Almeida Santos não vai conformar-se ao papel apagado de «segunda figura do Estado». Em entrevista concedida a Pedro Cid, em «O Diabo», fez mesmo questão de sublinhar que não é pessoa de «discursos de circunstância», admitindo que não resistiu, por outro lado, a aproveitar «o auditório de luxo» de que dispunha na «circunstância»...

As circunstâncias, entretanto, prometem dar dores de cabeça ao PS, já que Almeida Santos aproveitou o auditório de «O Diabo» para se mostrar contrariado com a regionalização, ao mesmo tempo que declara, no tocante à integração europeia, estar convencido de que «a soberania é um valor a prazo», e que os alemães «já mandam em nós».



Como irá Guterres descalçar este Presidente da AR?

## Dificuldades

Mas as dificuldades para esta direcção do PS não começam nem acabam aqui. Nem falamos de como tem sido difícil encontrar um consenso entre ânimos exaltados no

processo de regionalização, que nem no adro entrou, e não nos referimos ao incabado desconforto causado pela atitude de Guterres desde que anunciou que não havia *jobs for the boys*. Até as ameaças de oposição de Marcelo Rebelo de Sousa podem ser aplacadas por alguns almoços e outros tantos entendimentos no essencial da política de direita. Mais problemático será o regresso - se vier a verificar-se, como o «Público» dá a entender na sua edição de anteontem - de Mário Soares ao Partido do Largo do Rato. Diz-se que o ex-Presidente hesita. Mas tempo não lhe faltará entre os comentários na SIC (Maria Barroso poderá responder-lhe na TVI, pois se diz que foi convidada por essa estação televisiva), a administração de fundações, e os passeios ao Vau ou a mais longe, para fazer estremecer com os seus conselhos e advertências a periclitante estrutura socialista, no Governo e no partido.

# PONTOS NATURAIS

## O congresso que ri

Marcelo Rebelo de Sousa é um afamado analista político.

**Márcia Rodrigues**

Marcelo Rebelo de Sousa é rei no «body-board».

**Ricardo Costa**

«... nesta democracia mediática que temos de enfrentar...»

**Marcelo Rebelo de Sousa**

Tenho a impressão de que vou ganhar este congresso. A grande sondagem é aquela que vem de dentro de nós.

**M. R. S.**

O PSD não pode olhar para dentro.

**Durão Barroso**

Depois de ouvir Fernando Nogueira, Santana Lopes foi para o hotel almoçar e tratar de assuntos do Sporting.

**Carneiro Jacinto**

«Sabe como a televisão é poderosa...»

**M. R. S., sobre a influência de Santana Lopes**

Reinaldo Serrano - Amanhã como vai ser?

Santana Lopes - Amanhã vai ser sábado.

Às vezes, a voz mais alta não significa maior força interior.

**P. S. L.**

O futuro a Deus pertence, além de pertencer a Deus Pinheiro.

**João Deus Pinheiro**

Eu vou falar e quem quiser que oiça.

**P. S. L.**

Na minha freguesia nunca perdi nem uma eleição para o PSD.

**Eduardo Sampaio**

É por causa do país que aqui estamos.

**P. S. L.**

O que vai dar cabo do Guterres é o partido que ele tem.

**P. S. L.**

«... este desguisado de namorados...»

**A. J. Jardim**

Verificando que há mais congressistas nos corredores do que na sala, Eurico de Melo ameaçou fechar as portas.

**Jornal da SIC**

*Repórter* - Se fizesse uma moção, como lhe chamaria?  
*Convidado* - Força nos órgãos!

**Jornal da Tarde**

As picardias fazem parte do temperamento português.

**Durão Barroso**

Cavado Silva partiu com grande humildade.

**Lucas Pires**

Vou ganhar o partido. Está escrito. É uma questão de tempo.

**P. S. L.**

Cavaco é património do País.

**M. R. S.**

Vou descapitalizar as minhas economias.

**M. R. S.**

Não pode haver entre nós candidatos putativos.

**M. R. S.**

Santana Lopes esteve rodeado de um batalhão de jornalistas.

**C. Jacinto**

Marcelo está a fazer o papel de alguém...

**P. S. L.**

O PSD não pode ter como líder uma caricatura nervosa.

**Carlos Encarnação**

Dá-me a impressão de que está tudo a dormir.

**C. Jacinto**

Santana Lopes enganou-se na entrada do Pavilhão e vai ter de saltar uma vedação.

**Telejornal**

*Mário Castriau*

## Coisas do diabo

Um «jornalista novato e ensonado», como o próprio se descreve, foi recentemente estremunhado por uma «notícia palpitante». E resolveu, à falta de outro assunto, revelar tudo nas páginas de «O Diabo». «Tudo terá tido origem numa inconfidência de um funcionário da Santa Sé», esclarece o dedicado investigador que tratou de tudo pelo telefone. Com efeito, um «misterioso» telefonema dera a conhecer a «O Diabo» que o Papa havia praticado um exorcismo, e qualquer jornalista avisado concluiria que um repórter de uma folha com aquele nome não teria entrada no Vaticano, a fim de se assegurar na fonte a veracidade dos factos. Ao que parece, João Paulo II, que exorcizou pelo menos a Polónia através do seu afilhado Walesa, praticou um exorcismo sobre uma jovem italiana «possuída» pelo demo. O «novato e ensonado» jornalista contactou diferentes «fontes». O Núncio Apostólico em Lisboa, o Patriarcado, o Bispo de Setúbal (talvez por dizerem que é «vermelho») e mais alguns padres. As respostas foram frouxas. Talvez porque os poderes de João Paulo II tenham vindo a diminuir e lhe seja difícil continuar a esconjurar diabos.





## AGENDA

**Cartaxo**

Jantar comemorativo no Rest. «O Ribatejano», com a participação de Carlos Brito: sábado, 13, às 20h.

**Castelo Branco**

Exposição alusiva aos 75 anos de actividade do PCP: no Instituto da Juventude, sexta-feira das 10 às 23h e sábado das 15 às 18h30, com visita guiada e Porto de Honra sexta-feira às 21h30.

A mesma Exposição estará patente ao público em Alcains, no antigo Solar D. Teresinha, domingo das 15h30 às 23h, e em Vila Velha de Ródão, no Clube Desportivo e Recreativo do Porto do Tejo, dias 16 e 17.

**Coina**

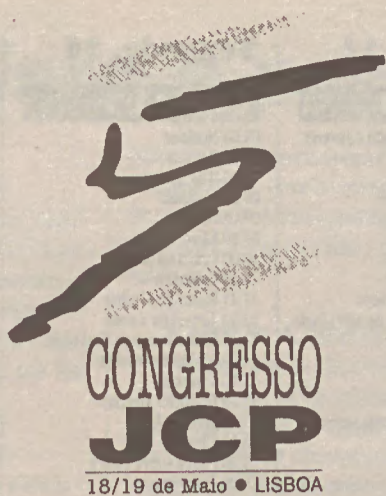
Plenário de militantes e distribuição dos novos cartões do PCP, com José Paleta: sábado, 13, às 17h, no CT.

**Lisboa**

Festa de Aniversário no Espaço Cultural Vitória, promovida pela Org. Novos Quadros de Sect. Intelectual da ORL: projecção de «O Couraçado Potemkine», de Eisenstein, e actuação dos grupos musicais «Cantáforas» e «3 de Abril»: sexta-feira, 12, à noite.

**Seixal**

O PCP e os direitos dos trabalhadores - debate público com a participação de João Paulo, coordenador da FSMMM/CGTP-IN, no Indep. Futebol Clube Torrense, Torre da Marinha: sábado, 13, às 15h.

**Covilhã**

Encontro Distrital da JCP  
Dia 13 a partir das 15h, na sala da Assembleia Municipal.  
No final, jantar-convívio no CT do PCP

**Santarém**

Encontro Distrital da JCP  
Dia 20 a partir das 15h, no CT do PCP, com a participação de José Casanova

**Portalegre**

«Participamos na Regionalização» - Encontro sobre Regionalização e o futuro do Alentejo, aberto a todos os jovens.

Sábado, 13, a partir das 15h, com a participação de José Soeiro

**Olhão**

Reunião preparatória do Congresso - sábado às 15h

**Viseu**

Espaço Jovem no CT do PCP - às sextas-feiras à noite.  
Esta semana: convívio, com actuação de um grupo musical de jovens viseenses.

**SONHAR, VIVER, INTERVIR,  
CONSTRUIR**

- o lema do Congresso é também o do Concurso Literário (Poesia e Narrativa) promovido no seu âmbito pela JCP.

Os trabalhos concorrentes devem ser entregues na sede nacional até 15 de Abril

III Assembleia da Organização Regional  
de LISBOA do PCP

Coliseu dos Recreios 13 Abril 96

18 horas: Encerramento com  
**CARLOS CARVALHAS**  
Secretário-Geral do PCP

Os trabalhos da Assembleia têm início às 10h, com recepção dos delegados a partir das 9h30

Sábado, 20, às 15h, no Salão dos Bomb. Vol. de Aqualva-Cacém

**Encontro Concelhio de Sintra do PCP  
sobre o trabalho autárquico e a luta das populações**  
com a participação de Luís Sá

**CDU**  
**Açores**  
em  
diálogo  
com os  
Açorianos

**Ponta  
Delgada**  
Hoje, dia 11,  
às 20h30, no  
Centro Social  
e Paroquial  
de S. Roque:

Debate sobre  
**Pobreza,  
Exclusão  
Social**  
e  
**Exploração**

com a  
participação  
de Dra.  
Fátima  
Sequeira Dias,  
Padre Dr.  
Edgar Silva,  
José Decq  
Mota

**GRANDE COMÍCIO  
EUROPEU**

Paris - 11 de Maio

**Contra o desemprego  
Por uma Europa dos povos,  
do emprego e do progresso social**

Da iniciativa e com a participação de Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Partido Socialista Popular da Dinamarca, Esquerda Unida - IC de Espanha, Aliança de Esquerda da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Synapismos da Grécia, Esquerda Democrática da Irlanda, Partido da Refundação Comunista de Itália, Movimento dos Comunistas Unitários de Itália, Partido Socialista de Esquerda da Noruega, Partido Comunista Português, Partido da Esquerda da Suécia

**EXCURSÃO**

10 a 13 de Maio

Partida de Lisboa - dia 10, pelas 7h30  
Chegada a Lisboa - dia 13, pelas 23 h  
Preço: 25.000\$00

(transporte em autocarro de grande turismo; alojamento em hotel em Paris, de 11 para 12, com pequeno-almoço; viagem turística por Paris no dia 12)

Inscrições até 15 de Abril nos CTs do PCP

**Ciclo de conversas com quem fez e faz  
a história do PCP**

Março/Maio 1996  
ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA



19 de Abril - 21h30

**III - O Partido e o papel da classe operária e dos trabalhadores**

O partido como partido político do proletariado, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Transformações económicas e sociais. Direitos políticos e direitos sociais. O papel da luta dos trabalhadores no século XX.

Com Carlos Aboim Inglez, José Barata Moura, Jerónimo de Sousa e José Vitoriano  
Moderadora: Natália Vieira

**MDM Setúbal**

Debate:  
**A Prostituição - Exclusão Social das Mulheres**

com a participação de  
Inês Fontinha, Odete Santos e representante da PSP Setúbal  
Sábado, às 13h, no Salão da JF S. Sebastião



TELEVISÃO

Quinta, 11

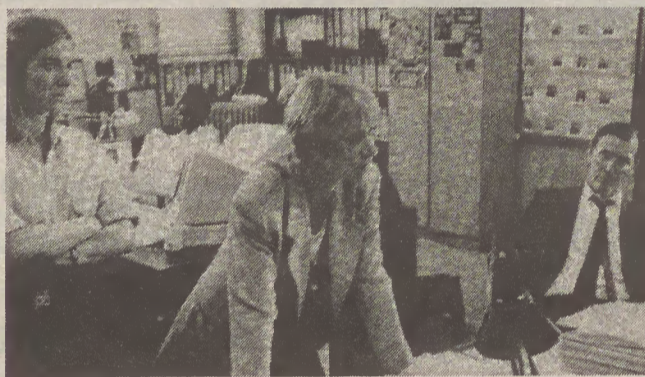
CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava  
21.40 Tudo pelos Outros  
22.40 Britannia  
23.40 24 Horas  
00.10 Remate  
00.30 Ritos da Vida  
(Filme de Richardson Morse, EUA-1976. Drama)

TV 2

14.00 Ténis - Open do Estoril  
17.05 Rua Sésamo  
17.35 Um, Dó, Li, Tá  
19.20 Musical: «Beat Special II»  
20.10 Campos de Fogo  
21.15 Dinheiro em Caixa  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.40 Acontece  
23.00 A Morte do Mestre de Chá  
(Filme de Kei Kumai, Jap.-1989. Ver Destaque)

«Principal suspeito», a série a não perder. São só quatro episódios e esta semana passa o segundo. Na TV2, domingo à noite



00.45 Ver Artes  
01.15 In Concert

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Lei e Ordem  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Explode Coração  
21.45 Os Trapalhões  
22.15 Marina, Dona Revista  
23.15 A Noite da Má Língua  
00.35 Último Jornal  
00.50 A Marca do Falcão  
(Filme de Michael Audley, EUA-1957. Ver Destaque)

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.55 Jornal do Mundo  
11.25 Portugal Português  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.30 Encontro  
16.40 A Hora do Recreio  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.00 Os Selvagens da Estrada 66  
(Filme de John Mark Robinson, EUA-1984. Comédia Dramática)  
23.50 TVI Jornal  
00.35 Rua Jump, 21

Sexta, 12

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava  
21.40 Isto É o Agildo  
22.40 Toda a Nudez Será Castigada  
(Filme de Arnaldo Jabor, Brasil-1973. Ver Destaque)  
00.10 24 Horas  
00.40 Remate  
01.00 E o Horizonte Ficou em Chamas  
(Filme de Earl Bellamy, EUA-1977. Filme-Catástrofe)

TV 2

14.00 Ténis - Open do Estoril  
17.05 Rua Sésamo  
17.35 Um, Dó, Li, Tá  
19.00 Arte em Imagens  
19.25 Artes e Letras - «Bauhaus»  
20.15 O Romance de Charles Pathé - «V'la L' Cinema»

21.20 Máquinas  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.40 Acontece  
23.00 Actual Reportagem  
00.05 A Saga de Anatahan  
(Filme de Joseph von Sternberg, Jap.-1953. Ver Destaque)

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Lei e Ordem  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Explode Coração  
21.45 Os Malucos do Riso  
22.15 Camilo e Filho  
22.45 Táxi  
23.45 Os Donos da Bola  
01.05 Último Jornal  
01.25 Playboy

TVI

10.10 Clube da Manhã  
11.00 Sinais e Leis  
11.30 Luzes da Ribalta  
12.50 Dez Prá Uma  
13.00 Quem Sai aos Seus...  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.30 Encontro  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.00 O Momento da Verdade II  
(Filme de John G. Avildsen, EUA-1986. Drama/Karatê)  
24.00 Grande Plano  
00.20 TVI Jornal  
01.15 Rua Jump, 21

Sábado, 13

CANAL 1

08.00 Infantil / Juvenil  
10.55 Clube Disney  
12.20 Cybermaster  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.35 Jornal Jovem  
15.15 Polícias do Futuro  
16.05 Rumo a Avonlea  
17.05 Paul McKenna  
17.30 S6 Tu  
(Filme de Betty Thomas, EUA-1992. Comédia Romântica)  
19.00 Clube dos Totalistas  
20.00 Telejornal  
20.40 Parabéns  
23.10 O Careca  
23.40 24 Horas  
00.15 O Vale Radioactivo  
(Filme de Chuck Bail, EUA-1986. Aventuras)  
01.45 O Cheiro das Cebolas  
(Filme de Luciano Vincenzoni e Sergio Donati, It./Esp./RFA-1975. Comédia)

TV 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Forum Musical  
13.00 A Europa na Encruzilhada  
14.00 Parlamento  
15.00 Atlanta 96  
16.00 Desporto  
18.35 Futebol: Desp.Chaves-V.Guimarães  
20.15 Os Vingadores  
22.00 TV2 Informação  
22.05 Seis Histórias  
23.00 Remate  
23.25 Jogo Falado



«Os vingadores», uma série policial que fez época, agora de regresso na TV2

24.00 Ténis - Open do Estoril  
00.35 Realidade Virtual - A Cobaia  
(Filme de Brett Leonard, Gr.Br./EUA-1978. Ver Destaque)

SIC

09.00 Buéréré  
11.30 Portugal Radical  
12.00 O Mundo dos Animais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Tostões e Milhões  
14.00 Malhação  
15.00 Justiça Negra  
16.00 Danielle Steel - Álbum de Família II  
18.15 Futebol: Sporting-Belenenses  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 História de Amor  
22.00 Big Show Sic  
00.35 Último Jornal  
00.50 O Super Detective  
(Filme de Joseph L. Scanlan, EUA-1987. «Thriller»)

TVI

09.40 Animação  
11.30 As Histórias mais Bonitas  
12.00 Quem Sai aos Seus...  
12.30 Novos Ventos  
13.00 Jornal da Uma  
13.25 Contra-Ataque  
15.00 Ténis - Torneios ATP  
15.30 A Hora do Recreio  
16.10 A Pousada da Sexta Felicidade  
(Filme de Mark Robson, EUA-1958. Ver Destaque)  
19.30 Telejornal  
20.00 Santa Joana  
(Filme de Otto Preminger, EUA-1957. Ver Destaque)  
22.00 Vigília Pascal  
01.00 Últimas Notícias  
01.20 Uma Vida Inteira  
(Filme de John Ford, EUA/1955. Ver Destaque)

Domingo, 14

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil  
11.00 NBA  
12.30 Sem Limites  
13.00 Jornal da Tarde  
13.20 Made in Portugal  
14.25 86-60-86  
15.10 Emoções Fortes  
15.40 A Lei de Burke  
16.35 Os Jovens Cowboys  
17.35 As Memórias de Sherlock Holmes  
18.30 Mr. Been  
19.10 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.40 Futebol: Campomaiorense-Benfica  
22.40 Cotton Club  
(Filme de Francis Ford Coppola, EUA-1984. Ver Destaque)



«From the House of Dead», a ópera de Janáček inspirada no diário de Dostoiévski, produzida para o Festival de Salzburgo 1992: uma brilhante conjugação de muitos talentos terça à noite na TV2

00.45 24 Horas  
01.20 Imagens Vivas

TV 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.30 O Homem e a Cidade

12.00 Regiões  
13.00 Euronews  
13.30 Basquetebol - Final da Taça da Europa  
15.00 Ténis - Final do Open do Estoril  
17.15 Jornada Desportiva  
18.30 Golo Europa  
19.05 Jornada na Dois  
19.30 P.K e o Míúdo  
(Filme de Lou Lombardo, EUA-1982. Drama)  
21.15 Adolf Hitler, Génio ou Louco?  
22.15 TV2 Informação

22.20 Principal Suspeito  
23.10 Domingo Desportivo  
00.45 Lepke, o Assassino  
(Filme de Menahem Golan, EUA-1974. Ver Destaque)

SIC

09.00 Buéréré  
12.00 Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Internacional Sic  
14.00 Malhação  
14.55 Uma Mulher de Honra  
15.45 O Guarda-Costas  
16.35 Walker, o Ranger do Texas  
18.00 Céu Azul  
(Filme de Herbert Ross, EUA-1990. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Bravo, Bravíssimo  
22.00 História de Amor  
23.00 O Amor Mata  
(Filme de Avi Nesher, EUA-1992. Ver Destaque)  
01.05 Último Jornal  
01.20 Aluga-se Esta Arma  
(Filme de Frank Tuttle, EUA-1942. Ver Destaque)

TVI

09.30 Clube da Manhã  
12.00 Missa  
13.30 O 8º Dia  
13.30 Portugal Português  
15.00 Jornal do País  
15.30 Olhó Popular  
17.40 Christy  
18.30 Caída do Céu  
19.30 Telejornal  
20.10 Menina Prodigio  
20.45 O Pai da Chefe  
21.10 Raio Azul  
22.20 Juventude à Solta  
(Filme de Stephen F. Verona e Martin Davidson, EUA-1974. Ver Destaque)  
23.50 Últimas Notícias  
00.10 Hunter

Segunda, 15

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava

21.40 A Mulher do Sr. Ministro  
23.35 24 Horas  
00.05 Remate  
00.30 John e Yoko: Uma História de Amor  
(Filme de Sandor Stern, EUA-1985. Musical/Biográfico)

00.45 24 Horas  
01.20 Imagens Vivas

TV 2

16.30 A Casa do Caçador  
17.30 Rua Sésamo  
18.10 Um, Dó, Li, Tá  
18.55 Os Mais Belos Contos da Europa  
19.15 Os Astrónomos  
20.10 Inimigo à Porta  
21.15 A Roda do Mundo  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.35 Acontece  
22.50 Segunda Parte  
00.30 Musical - «Estreme East»

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Lei e Ordem  
15.10 Os Donos do Jogo  
16.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
18.55 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Explode Coração  
22.00 Ponto de Encontro  
22.30 Indiana Jones e o Templo Perdido  
(Filme de Steven Spielberg, EUA-1984. Ver Destaque)  
00.35 Último Jornal  
00.55 Flash Back

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.50 Novos Ventos  
11.25 Rumores  
12.00 Fado, Fadinho  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.00 Pesadelo em S. Francisco  
(Filme de Lou Antonio, EUA-19192. «Thriller»)  
23.45 TVI Jornal + Primeira Fila  
01.00 Rua Jump, 21

Terça, 16

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava  
21.40 Uma Vida Normal  
(Filme de Joaquim Leitão, Port./Esp.-1994. Ver Destaque)  
23.25 24 Horas  
23.55 Remate  
00.15 Black Samson  
(Filme de Charles Bail, EUA-1987. Aventuras)

TV 2

16.40 Golo Europa  
17.40 Rua Sésamo  
18.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.00 Contos a Óleo  
19.15 De Boa Saúde  
19.30 Rotações  
20.40 Série



«Sherlock Holmes»: a RTP diz que esta semana há... Domingo à tarde no Canal 1

21.20 Lendas e Narrativas  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.40 Acontece  
23.00 Ópera: «From The House of the Dead»  
00.35 Coleção Platinum

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Lei e Ordem  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Explode Coração  
21.45 Ai, os Homens!  
23.30 Cross Fire  
00.35 Último Jornal  
00.50 Viagem ao Outro Lado do Sol  
(Filme de Robert Parrish, Gr.Br.-1969. Ver Destaque)

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.40 O 8º Dia  
11.10 Momentos de Glória  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Futebol: Barcelona-Bayern de Munique  
22.15 O Filho do Presidente  
(Filme de Sam Pillsbury, EUA-1992. Drama/Político)  
23.55 TVI Jornal  
00.45 Jornal de Negócios  
01.15 Rua Jump, 21

Quarta, 17

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
17.40 Cinzas  
18.10 Pedra sobre Pedra  
19.20 Futebol - Liga dos Campeões (Meias Finais)  
21.20 Telejornal  
22.00 Roseira Brava  
22.55 A Lei das Ruas  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate  
00.40 O Samurai do Oeste  
(Filme de Frank Laughlin, EUA-1975. Drama/Político)

TV 2

16.30 Motores  
17.35 Rua Sésamo  
18.00 Um, Dó, Li, Tá  
18.45 Desafios  
19.10 Sinbad  
19.40 A Descoberta do Mundo  
20.30 Uma Cidade, Dois Mundos

21.30 Planeta Terra  
22.00 TV2 Jornal  
22.40 Acontece  
23.00 Documentário: «Alma Russa»  
00.10 Golo Europa  
00.40 Rítmos do Mundo

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Lei e Ordem  
15.00 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Barba e Cabelo  
21.10 Explode Coração  
22.05 Casos de Polícia  
23.15 Decadência  
00.20 Último Jornal  
00.40 Toda a Verdade  
01.40 O Papá É Major

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.30 Jornal de Negócios  
11.00 Olhó Popular  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.35 Fora de Jogo  
22.00 Os Novos Intocáveis  
23.50 TVI Jornal  
00.35 Jornal do Mundo  
01.05 Rua Jump, 21



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## A Morte do Mestre de Chá

(Quinta, 23.00, TV2)

Interpretado no papel principal pelo famoso actor japonês Toshiro Mifune, o argumento deste filme foi escrito por um antigo argumentista de Misogushi e transporta-nos ao Japão feudal e ao quotidiano de um mestre de chá que se suicida em virtude das contradições que considera insanáveis entre a sua arte e os objectivos políticos do imperador. Uma evocação histórica admiravelmente realizada por Kei Kumai.

## A Marca do Falcão

(Quinta, 00.50, SIC)

Com acção situada na África dos anos 50, *A Marca do Falcão* é

um filme interessante que foca a temática da igualdade entre as raças e os caminhos para a sua defesa. No papel principal, uma boa interpretação de Sidney Poitier. Para além de porventura ter envelhecido, é também provável que a imagem - inicialmente filmada em *cinemascope* - seja prejudicada pelos habituais cortes.

## Toda a Nudez Será Castigada

(Sexta, 22.40, Canal 1)

Debruçando-se sobre os tiques da burguesia, o realizador Arnaldo Jabor, autor com Nelson Rodriguez do argumento deste filme, conta-nos a história a um tempo cómica e dramática de um homem rico que contrai matrimónio com uma prostituta, a qual mais tarde se envolve amorosamente com o seu próprio filho. A denúncia de uma classe incapaz de lidar com as taras da sua própria corrupção moral.

## A Saga de Anatahan

(Sexta, 00.05, TV 2)

Este é o último filme da prodigiosa carreira de um dos maiores realizadores da História do Cinema - Joseph von Sternberg - e só por isso valeria a pena voltar a vê-lo. Embora tenha de dizer-se que o filme está longe do estatuto que o mestre adquiriu. Ele próprio foi o argumentista, o director de fotografia e o realizador de uma história (filmada em estúdio no Japão) baseada num incidente verídico situado nos finais da II Grande Guerra e já depois desta ter terminado e relativo a um grupo de soldados

nipónicos que se vêm durante sete anos isolados numa ilha do Pacífico e que se vão matando uns aos outros pelo amor de uma única e belíssima mulher que também ali habitava. Mas a concretização cinematográfica desta estranha história ficaria a grande distância da qualidade superlativa a que Sternberg nos habituou.

## Maridos

(Sábado, 01.05, TVI)

Também relativamente empobrecido em comparação com os pontos mais altos da sua individual e original maestria cinematográfica, este filme de John Cassavetes debruça-se sobre a história de três amigos (todos eles maridos de meia idade) que, depois de terem assistido ao funeral de um quarto, no meio de uma grande bebedeira decidem tomar o avião para Londres e espáreecer... Brilhantemente interpretado por Peter Falk, Ben Gazzara e pelo próprio Cassavetes, o filme padece de uma por vezes insuportável lentidão, porventura devida à relativa improvisação a que a sua realização esteve sujeita - coisa, aliás, habitual neste realizador - mas que, desta vez, nem sempre foi por si bem resolvida.

## Céu Azul

(Domingo, 18.00, SIC)

Um vigarista que denuncia às autoridades pormenores importantes sobre a actividade da Mafia é colocado sob protecção pelo FBI numa pequena cidade da Califórnia. Mas, mal ali chegado, o nosso «herói» acaba por causar uma grande qualidade de problemas e de dificultar a própria missão do agente encarregado da sua segurança, exasperando além disso a assistente do promotor público que gostaria de o ver atrás das grades. Uma comédia meio destrambelhada interpretada, com a loucura do costume, por Steve Martin. Para quem gosta do género...

## Juventude à Solta

(Domingo, 22.00, TVI)

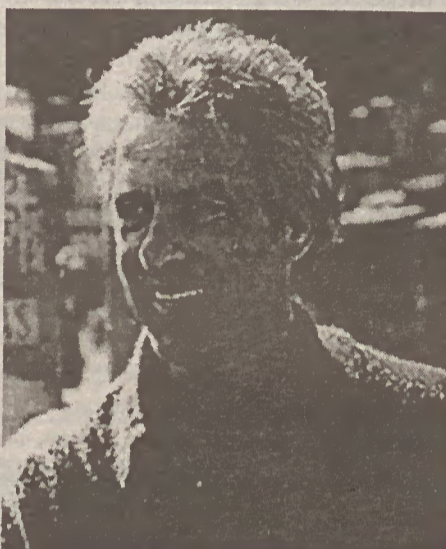
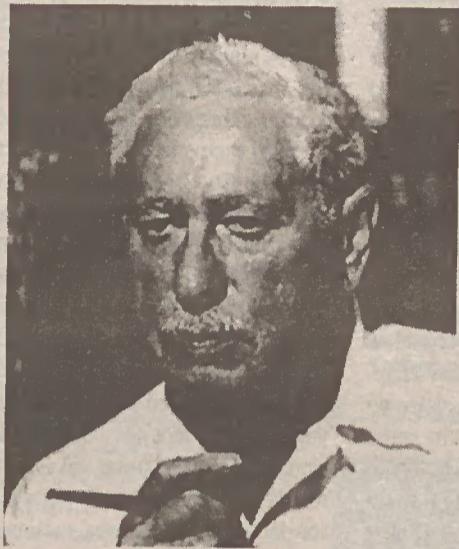
As referências apontam algumas qualidades a esta excelente comédia dramática que nos conta, com um assinalável gosto cenográfico

pela reconstituição de época e boas interpretações, as aventuras e desventuras de um gang de Nova Iorque em meados dos anos 50. Rampa de lançamento para as carreiras de Perry King e Sylvester Stallone, parte dos diálogos do filme foram escritos por este último... E esta, hem?!

## Cotton Club

(Domingo, 22.40, Canal 1)

Tal como aqui se admitia há quinze dias, o filme exibido esta noite em *Sessão Especial* foi subtraído da emissão de *Lotação Esgotada* há duas semanas. Embora alguns furos abaixo de outras obras incontestáveis de um grande cineasta como é Coppola - sobretudo pela relativa inconsistência do argumento e por uma certa contradição entre ritmos



Joseph von Sternberg e John Cassavetes, respectivamente, realizadores de «A Saga de Anatahan» e «Maridos», esta semana na TV2 e na TVI



«Indiana Jones e o Templo Perdido», segundo filme da «série» de Steven Spielberg

diversos próprios de géneros diferentes - este *Cotton Club* não deixa de ser um resplandecente espectáculo cinematográfico, na reconstituição fulgurante dos anos loucos do mundo do crime em Nova Iorque e da especial atmosfera de um dos mais famosos clubes nocturnos da «grande maçã». Na banda sonora, os clássicos imortais de Duke Ellington demonstram o génio de um dos maiores compositores deste século. Factores que tornam imprescindível a sua visão.



Joaquim de Almeida, actor principal de «Uma Vida Normal», um filme de Joaquim Leitão



«Cotton Club», um filme de Francis Ford Coppola, em «Sessão Especial» no Canal 1

## Lepke, O Assassino

(Domingo, 00.45, TV 2)

Mais outro filme que se debruça sobre o mundo do crime de Nova Iorque e sobre o período que vai dos anos 20 aos anos 40. Desta vez, tudo é centrado na sinistra figura de Louis Lepke, um notório gangster que dominou a cena do crime a partir dos difíceis anos da Depressão, e na luta fratricida entre os grandes gangs judeus e italianos pelo domínio desse submundo. O filme, realizado com alguma agilidade por Menahem Golan, tem na interpretação de Tony Curtis um dos seus trunfos maiores.

## Aluga-se Esta Arma

(Domingo, 01.20, SIC)

Um criminoso profissional, Philip Raven, descobre que foi pago pelo dono de um clube nocturno, Gates, com dinheiro que havia sido roubado, o que coloca a polícia na sua pista. Querendo vingar-se de Gates, Raven liga-se a uma cantora do clube deste, Ellen, que afinal ali actuava ao serviço da polícia que desconfiara que Gates era um espião. Este tenta matar Ellen mas Raven acaba por salvá-la e ambos se refugiam numa fábrica desactivada até que Gates é desmascarado. Segundo recordam as referências, trata-se de uma belíssima adaptação de um romance de Graham Green, que lançou Alan Ladd no estrelato, e que foi refeito, plano após plano, por James Cagney quinze anos mais tarde, num falhado *Short Cut to Hell*, tendo sido ainda objecto de um outro *remake* mais recente, em 1991, num filme protagonizado por Robert Wagner e realizado para a TV por cabo.

## Indiana Jones e o Templo Perdido

(Segunda, 22.15, SIC)

Quase nada a acrescentar ao que foi dito a semana passada a propósito de *Os Salteadores da Arca Perdida*. Realizado três anos após o primeiro grande êxito da série, pelos mesmos responsáveis técnicos e com o mesmo Harrison Ford, no papel de Indiana Jones, *O Templo Perdido* é uma nova e impecável exploração das mesmas e infalíveis receitas espectaculares, com o herói principal em busca da pedra Sankard na Índia. Mas a história é relativamente mais fraca e Kate Capshaw (mulher do próprio Spielberg) não chega aos calcanhares de Karen Allen, na figura da heroína.

## Uma Vida Normal

(Terça, 21.30, Canal 1)

História que reflecte um certo lado da realidade da nossa sociedade urbana, *Uma Vida Normal* é um filme realizado com os já habituais apuro técnico e desenvoltura por Joaquim Leitão, com Joaquim Almeida e Maria Barranco nos principais papéis.

## Viagem ao Outro Lado do Sol

(Terça, 00.50, SIC)

Em pleno século XXI, o director de uma organização científica descobre que há um outro planeta situado no lado oposto da Terra, em relação ao Sol. De explicação em explicação, o nosso cientista acaba por ser internado... já que ninguém quer acreditar na solução do problema: o planeta era em tudo semelhante à Terra, só que tudo nela se encontraria invertido! Um filme de ficção científica extremamente original e, diz-se, encenado com grande eficácia e imaginação por Robert Parrish. Nos papéis principais: Ian Hendry, Roy Thinnes e Patrick Wymark.



■ Correia  
da Fonseca

# A espuma dos dias

**É** uma história verdadeira ou, pelo menos, que como verdadeira foi contada pela TV numa rubrica do que mais adiante falaremos. Vou tentar recordá-la sem gastar muitas palavras. Vamos ver.

Era uma vez um homem que tinha cinco éguas. O homem chamava-se Monteiro, as éguas não sei. Mas é preciso explicar por que é que o senhor Monteiro tinha éguas, ele que durante a vida nunca havia sido homem cavalariço, nem altas nem baixas. É que o senhor Monteiro, que sempre vivera na grande cidade a comerciar ou a industrial, já não me lembro bem, conseguira economizar uns dinheiros e comprar por preço em conta um monte no Alentejo. Ora, foi nesse monte que instalou as tais cinco éguas, parte de um pequeno projecto de criação de algum gado. Assim ia ao encontro de antigos sonhos de dias tranquilos, longe do frenesim citadino, e talvez de uma vaga e modesta remake lusitana de bucólicas sérias televisivas filmadas no Oeste norte-americano.

Acontece, porém, que até o gado cavalariço é vulnerável ao sonho da liberdade (cf. «O Cavalo do Lenço Amarelo», de Mário Castrim) e, um dia, duas das cinco éguas fugiram sem que, durante meses, o senhor Monteiro tivesse podido pô-lhes a vista em cima. Até que, um dia, teve notícias delas e as recapturou; tinham ido parar, sabe-se lá como, à herdade do senhor Patrício, que as acolhera com grande hospitalidade mas sem dolo e logo se prontificou a devolvê-las ao legítimo dono, admitindo embora que nada fizera para saber quem era o proprietário dos animais ou sequer se o havia, sendo contudo certa a improbabilidade de as éguas terem por ali nascido, espontaneamente, do restolho então seco da planície alentejana. De qualquer modo, por litígio pela posse das foragidas não iria haver questão em tribunal.

Houve-o, porém, por outra razão. É que as duas éguas, cuja juventude e espírito romântico já ficara claramente indiciado pela própria fuga, chegadas à herdade do senhor Patrício tinham tido os seus namoros com cavalos ali residentes, e dos idílios assim havidos tinha nascido dois lindos potros. Pretendia o senhor Monteiro que os potros acompanhassem as mães no seu retorno ao monte de origem, pois considerava-os tão seus como às águas que os tinham dado à luz. Replicava o senhor Patrício que não era tanto assim, pois os cavalos papás lhe pertenciam e sem eles os potros não teria havido, pelo que propunha, salomonicamente, um potro para

cada proprietário. O diferendo, que me parece vagamente aparentado com alguns romances de Camilo e com o entredo de uma telenovela venezuelana, foi apresentado ao tribunal de Carnaxide, ali à direita quando se vai de Linda-a-Velha em direcção do Hospital de Santa Cruz, isto é, nos estúdios da SIC.

## Um negócio de saldos

Decidiu o juiz Ricardo Velha, que é quem preside à rubrica «O Juiz Decide», que os potros pertenciam ambos ao senhor Monteiro, e justificou a sentença invocando a lei que, se bem entendi, estipula que o direito de propriedade sobre bens produtivos se alarga a outros bens que por eles sejam gerados. É, caracteristicamente, o caso dos juros gerados pelo capital. Pressinto que as duas simpáticas éguas se tenham sentido melindradas por assim se verem equiparadas a meras contas de depósito a prazo e que também os cavalos, que com elas haviam feito o que a natureza manda, se terão ferido com a manifesta subalternização dos seus direitos patronais. Mas, enfim, «o juiz decidiu, está decidido», como todos os dias repete Eduarda Maio, a jornalista que apresenta a rubrica, aliás com invulgar eficácia e discrição, sem que sequer nela se pressinta a menor tentação de se vedetarizar, o que infelizmente é mérito raro. Porém, o que muito me interessa neste caso é, sem prejuízo do muito respeito pela dignidade de todas as partes, uma outra coisa: aquilo a que, abusando um pouco, chamarei «a moral da história».

E esta moral de história é que a querela decidida por Ricardo Velha é apenas um pequeno fragmento de uma realidade muito mais ampla e pungente: a de um Alentejo cujos montes estão a ser vendidos a preços atraentes aos senhores Monteiros (cuja responsabilidade e qualidade humana estão obviamente fora de questão), quando não a gente pior, portuguesa ou estrangeira. Isto é: que o Alentejo está a ser negociado a retalho e a preços de saldo na sequência de uma acção política verdadeiramente assassina do futuro alentejano tal como se desenhava em harmonia com a vocação profunda da região. Saem os alentejanos, emigrantes para os longes da esperança sempre adiada, e vão chegando da capital ou de outras grandes cidades os comerciantes, os industriais, os gestores da banca, os jornalistas de sucesso. E chegam quase sempre só aos fins-de-semana ou durante períodos de férias, alternando por vezes

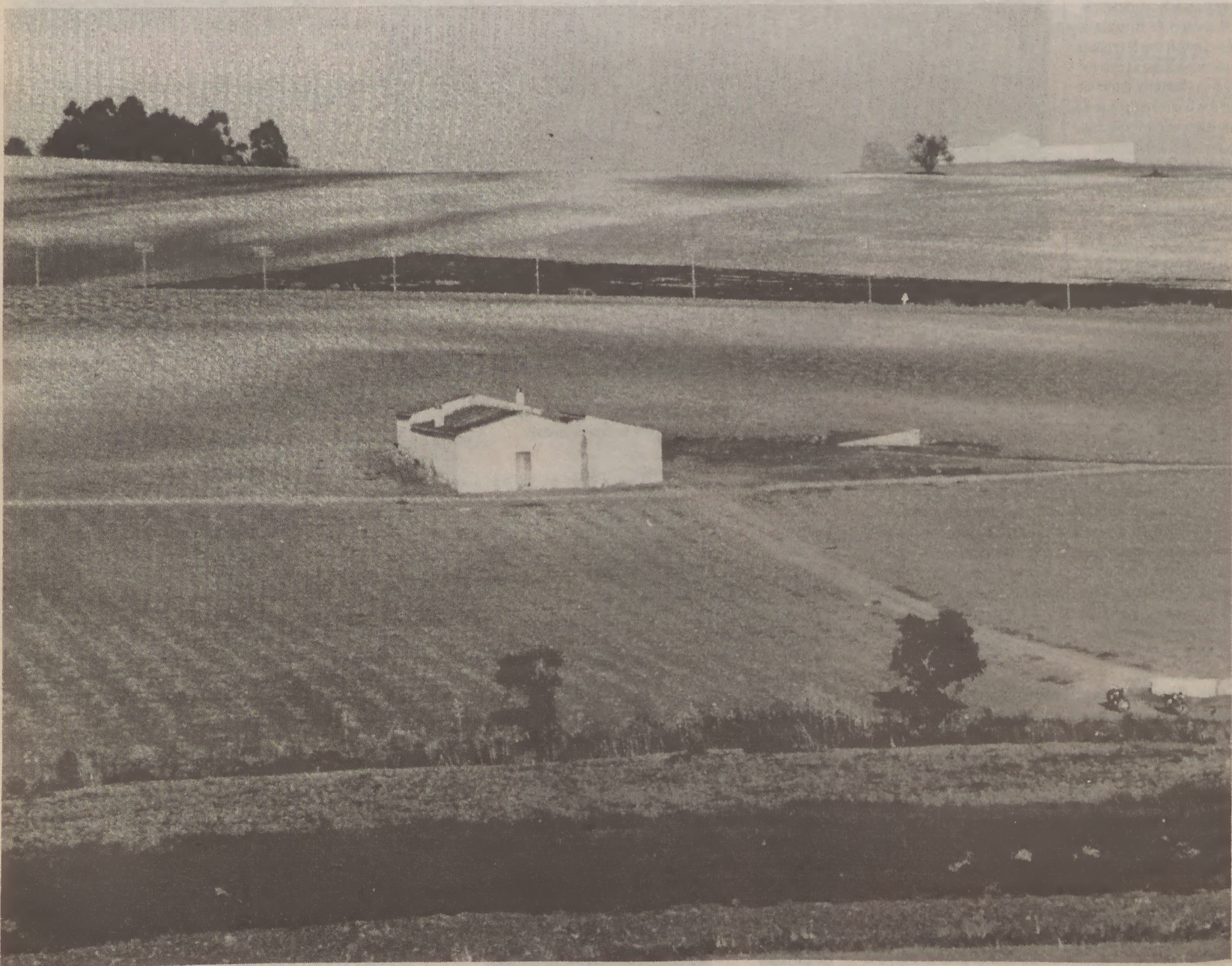
com viagens ao estrangeiro porque os Algarves estão cada vez mais uma balbúrdia irremediavelmente «out». É, enfim, o Alentejo a ser, uma vez mais, recusado aos alentejanos e ocupado pelo absentismo já antigo, agora em nova versão.

## Retalhos como sinais

Esta foi uma das histórias, entre as muitas em torno das quais são tecidas, dia após dia, as emissões de «O Juiz Decide». É uma rubrica que está longe de reunir uma aprovação consensual. Tem, contudo, a minha, que é bem pouca coisa: até um dia escrevi, noutra lugar e em título, que «eu gosto de O Juiz Decide». Porque, embora segundo um modelo de programa que aceita ser polémico, fornece aos telespectadores em geral algumas informações acerca de enquadramentos legais de situações do quotidiano e, mais ainda, apela ao exercício do raciocínio e ao entendimento de gentes e vidas. Já não é coisa pouca numa programação como a da SIC, onde, como bem se sabe, a conquista de audiências é muitas vezes paga com a opção pelo mais reles e mais primário.

Mas há mais. Ao longo do tempo, os casos que vão chegando à mesa do juiz Ricardo Velha vão assumindo o valor de sinais fragmentários da realidade exterior. Muito parciais, decerto; irrelevantes em muitos casos mas não em todos; de qualquer modo sinais. Ali, ao cenário tosco da sala de audiências de faz-de-conta onde são julgados diferendos que a SIC informa serem a sério (mesmo se os verdadeiros protagonistas são substituídos por improvisados actores que surgem com nomes supostos), vão afluindo pedaços avulsos da verdade quotidiana, mesmo através de uma inevitável filtragem. São questões que emergem da situação de condomínio habitacional que hoje abrange parte significativa da população, e não apenas a da melhor condição financeira; que resultam de traídas relações de confiança onde muitas vezes se pressentem ilusões perdidas; que descendem em linha recta do conúbio sempre um pouco repugante de vínculos de parentesco com a gula voraz por quaisquer trinta dinheiros.

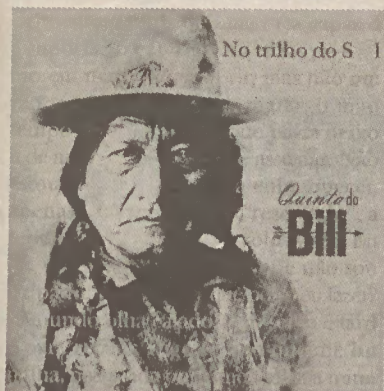
Por isso, eu olho «O Juiz Decide» e, com razão ou sem ela, julgo ver ir ali depositar-se qualquer coisa como a espuma dos dias cinzentos desta sociedade que sabe que não tem princípios mas julga ainda ter fins ao alcance das mãos tontas. Por isso eu me atrevo a ir pilhar a Boris Vian o título desta crónica.





## ESCAPARATE

## DISCOS



índios norte-americanos, do que se canta é sobretudo «o que os muros sociais / têm guardado p'ra contar», como diz um verso do tema *Índios na Reserva*. Formalmente, ter-se-á perdido em imediatismo mas ganhou em virtuosismo e, de qualquer modo, parece estar garantida a sobrevivência da que se arrisca a ser a única banda *folk* portuguesa.

## Índios em Portugal

Quinta do Bill / «No Trilho do Sol». Edição: 1996, Polygram.

O segundo álbum do grupo Quinta do Bill constituía, à partida, um problema para a formação, defrontada com uma questão que de resto não é novidade no mundo *pop* e que teve um caso recente e similar com os *Sitiados* e repetir-se-á quando, mais ano menos ano, surgir um segundo trabalho original de *Abrunhosa*: depois do sucesso estrondoso de *Filhos da Nação* era necessário não defraudar as expectativas dos admiradores entretanto angariados. Se no caso dos *Sitiados* o segundo álbum ficou muito aquém, em termos de vendas, do disco de estreia, a edição de *No Trilho do Sol* poderá sempre correr um risco semelhante mas não poderá ser acusada, ao contrário do exemplo referido, de ser uma mera repetição e colagem às fórmulas que garantiram o sucesso anterior. A Quinta do Bill tenta mostrar evolução e ideias. Embora com um «estranho» tema de fundo para nós, portugueses, os

## Cowboys do Canadá

Cowboy Junkies / «Lay it Down». Edição: 1996, Geffen

O lirismo melancólico, intimista, da torrente criativa de Michael Timmins - o «cérebro» dos Cowboy Junkies - volta a declarar-se na edição de *Lay it Down*, um disco recomendável para os que, porventura, não encontrem melhor motivo para verter umas lágrimas compungidas do que fecharem-se, a sós, numa sala a meia-luz ao fim da noite, entupidos por um álcool qualquer, propício ao lamento meramente filosófico sobre «a impossi-



## Ballet russo em duas frentes

Internacionalmente reconhecido pela elevada e tradicional qualidade da sua «escola», o bailado russo vai estar presente esta semana entre nós em duas curtas séries de espectáculos de características completamente diferentes. No Coliseu de Lisboa, de hoje até Sábado, sempre pelas 21.30 horas, actuarão o Ballet e a Orquestra da Ópera de Novosibirsk com os solistas Elina Palshina e Yuri Klevtsov, ambos estrelas do Teatro Bolshoi. No programa, estará em primeiro plano o bailado *Spartacus*, estreado no Teatro Bolschoi em 1977, e cuja música foi composta por Aaran Katchaturian para um libreto de Nikolai Volkov. A coreografia é de Iuri Grigorovich e à frente da orquestra estará o maestro Alexandre Bolchakov. Com um tipo de repertório bem diverso, também tem hoje início uma outra curta série de espectáculos no Teatro da Trindade (em Lisboa), estes com a participação do Ballet do Exército Russo (sucessor do famoso Ballet do Exército Vermelho), criado durante a II Grande Guerra com o objectivo primeiro de actuar junto das tropas soviéticas durante a longa e corajosa resistência e combate ao invasor nazi-fascista e que, depois, viria a conquistar prestigiada aura internacional.

## CINEMA

## A doce pele da Deneuve

Integrado num ciclo dedicado à actriz francesa Catherine Deneuve, o Instituto Franco-Português projecta hoje, às 19.00 horas, na sua sala da Av. Luís Bivar (em Lisboa), o filme *Peau d'Âne* realizado em 1970 pelo cineasta Jacques Demy. Adaptando ao cinema o conto de fadas homónimo de Charles Perrault, o realizador encena aqui um dos seus filmes mais deslumbrantes, repleto de canções maravilhosas (de Michel Legrand) e constituindo um verdadeiro encantamento cinematográfico, com uma esplendorosa fotografia cheia de cores luminosas. Enfim, uma verdadeira jóia do cinema europeu, aqui recordada, a não perder.



## CLASSICA

## Dos clássicos aos modernos

Com um repertório constituído por obras pertencentes a vários períodos da História da Música, prossegue no Sábado 13, pelas 21.30 horas, a série de concertos programada para este mês de Abril pela Orquestra Clássica do Porto. No Auditório do Europarque, em Santa Maria da Feira, o programa será constituído por *Canções* (para Barítono e Piano) de Claudio Carneiro e Manuel de Falla; *Canções de D. Quixote a Dulcinea* (para Barítono e Orquestra) de Maurice Ravel e, ainda, a *Sinfonia nº 41* de Wolfgang Amadeus Mozart. A orquestra será dirigida pelo Maestro Manuel Ivo Cruz e os solistas serão o prestigiado barítono português Jorge Chaminé e a pianista Marie Françoise Bouquet.

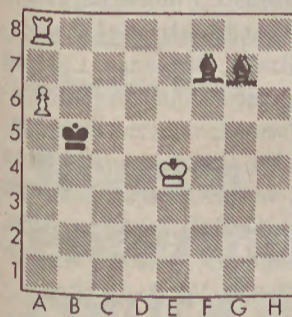


## XADREZ

DLV - 11 DE ABRIL DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X016  
Por JINDRICH FRITZ

Schweizerische schachung, 1951

Pr.: [3]: Bs, f7, g7 - Rb5  
Br.: [3]: Pa6 - Ta8 - R64



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLV

Nº 1996X016 [J.F.]: 1. a7!, Rb6; 2. Tg8!, Bg6+; 3. Rd5!, Bf7+; 4. Rd6, Ra7; 5. Ta7 e g.

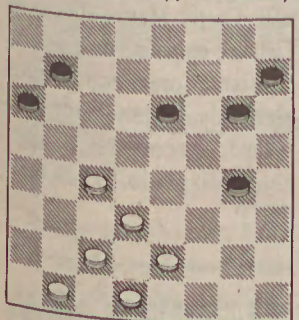
A. de M. M.

## DAMAS

DLV - 11 DE ABRIL DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D016-GOLPE Nº 160  
Por ORLANDO AGUILO LOPES - Lisboa, 1955

Fonte: Enciclopédia Damista, T. 1, 10-13, 21-17, 2, 13-18, 22-13, 3, 9-18, 26-27; 4, 5-9, 22-13; 5, 9-18, 30-26; 6, 1-5, 26-27; 7, 5-9, 22-13; 8, 9-18, 29-26; 9, 6-10, 25-21; 10, 10-14, 27-22; 11, 18-27, 31-22; 12, 12-15, 23-19; 13, 14-23, 28-12; 14, 8-15, 32-28; 15, 2-6, 17-13 Diagrama

(Pr.: [6]: 13-21-22-24-25-28 Br.; [6]: 3-4-6-7-11-15 Br.)



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLV

Nº 1996D016 [O.A.L.]: 16, 15-19, 22-15, 17, 11-20, 24-15; 18, 6-11, 15-6; 19, 3-26+

A. de M. M.

## JAZZ

## A cidade do Jazz

Continua a desenrolar-se com grande êxito em Matosinhos a iniciativa «O Jazz Desce à Cidade / 96», uma interessante realização cultural que se reparte por dois clubes daquela cidade - o «Héritage Café» e o «B-Flat Jazz Club» - e que, a exemplo do ano passado, se destina a apresentar ao longo do ano actuações de alguns dos melhores grupos portugueses de Jazz e, também, de músicos estrangeiros convidados com as suas formações ou para tocar como solistas com os nacionais. Assim, a partir de hoje e até ao próximo Sábado, sempre às 23.30 horas, será a vez de actuar no «B-Flat Jazz Club» o Quinteto do trompetista Erny Hammes que tem na sua constituição um outro músico norte-americano, o saxofonista Der-

rick James, e uma secção rítmica com George Lettelier (piano), Diego Imbert (contrabaixo) e Frank Agulhon (bateria). Um grupo com um repertório inspirado no «Jazz latino», a descobrir.



## TEATRO

## O «teatro íntimo» de Strindberg

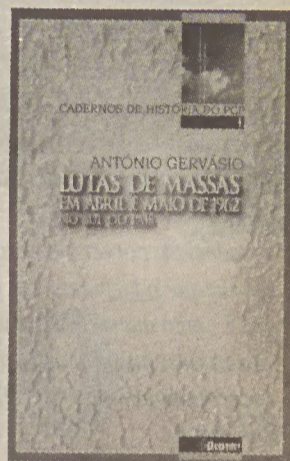
Com estreia marcada para hoje à noite no Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende, o Centro Dramático de Évora inaugura um ciclo constituído por três pequenas peças escritas em finais dos anos 80 por August Strindberg, talvez o maior autor teatral sueco do século passado. A primeira peça deste ciclo, intitulada *Credores* (a que se seguirão, no mês de Junho, *Pária* e *A Mais Forte*), tem encenação de Luís Varela e será interpretada por Isabel Bilou, Álvaro Córte-Real, Rosário Gonzaga e Rui Nuno.



## LIVROS

## Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País

A Editorial «Avante!» continua, com esta edição de *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País*, a publicação dos *Cadernos de História do PCP*, contributo para as comemorações do 75º aniversário do Partido. Da autoria de António Gervásio, do Comité Central (foi membro da sua Comissão Política de 1974 a 1990), o livro é constituído fundamentalmente «por um relatório sobre as lutas de Abril-Maio de 1962 nos campos do Sul», jornada em que o autor interveio de forma directa. É a história da luta pelo horário de 8 horas diárias nos campos, 34 anos passados sobre essa jornada em que participaram 200 mil assalariados rurais, escrita por um participante activo. «Um relato que ajudará a compreender a acção revolucionária que teve lugar depois da derrota do fascismo, pela realização da Reforma Agrária no Alentejo e no Ribatejo.»



## Daniel Sampaio Voltei à Escola

## Voltei à Escola

«A juventude tem futuro, a escola tem solução», é afirmado na apresentação deste livro, com o qual Daniel Sampaio volta ao convívio dos seus leitores, numa edição da Caminho. É um trabalho sobre a adolescência na escola, tomando como ponto de partida as observações do autor em escolas do 3º Ciclo Básico, que visitou durante três anos. Trata-se de um «testemunho de uma realidade que inquieta professores, alunos e pais e para a qual não existem soluções fáceis», e não de «um livro teórico», diz Daniel Sampaio, cujos trabalhos sobre psicologia da adolescência são amplamente conhecidos. «Considero», afirma ainda no prefácio, «que estamos num momento importante. Já não se pode continuar a ensinar sem pensar na pessoa do aluno (...) e já não se pode fingir mais que nada temos a ver com a escola.» Em momentos importantes como estes, é bom contar com a palavra e a intervenção de autores como Daniel Sampaio.



## A TALHE DE FOICE

### Cegueira

A forma comovedora como António Guterres explicou ao País que ainda resiste às noites do «Crossfire» - estrangeirismo piroso com que a televisão de Balsemão designa um programa que pretende ser um fogo cruzado entre duas vedetas teoricamente apostadas em massacrar um entrevistado mas que na generalidade não passa de um arranjinho a três em que só por acidente sobra para o telespectador uma amostra de esclarecimento dos temas tratados - por que é que não aceita um debate a dois com Marcelo Rebelo de Sousa, é mais uma prova concludente do espírito humanista do nosso primeiro, cujo não hesita em oferecer a outra face a quem na praça pública dele afirma cobras e lagartos, sacrifício compensado, reconheça-se, nos privados arranjos que tanto jeito dão nessa complexa arte que é a governação.

Debate a dois não, disse Guterres, porque isso seria «apunhalar Manuel Monteiro pelas costas», prática assaz insólita cá no burgo e nada condizente com os usos e costumes de certos partidos portugueses, a começar naturalmente no socialista e a acabar no popular onde, como é do conhecimento geral, as armas brancas não constam do arsenal político.

Esta manifestação de consideração, simpatia, solidariedade, respeito, de Guterres por Monteiro é tanto mais comovedora quanto o intrépido líder dos populares se anda a revelar cada vez mais azedo e mal agradecido, porventura confiante em excesso na boa estrela que o fez nascer de bunda virada para a lua, que é como quem diz com uma mão cheia de fadas-madrinhas que o acompanham por toda a parte e se encarregam de trazer à ribalta todos os seus insígnies humores.

O mais recente azedume de Monteiro, que tem por alvo a regionalização, veio à tona em Cebolais de Cima e foi catapultado para o resto do País pelas sempre atentas fadas-madrinhas: «Se sentir que o País vai ser dividido e esquartejado apenas em função do PS e daquilo que o Partido Comunista Português quer, pergunto a mim próprio se, simbolicamente, não devemos deixar apenas um deputado no momento da votação na Assembleia.» Enquanto o «mim» não responde ao «próprio», um arrepio na espinha paralisa o País. Não, naturalmente, pela hipótese de ser esquartejado «apenas» pelo PS e PCP, ainda que um esquartejamento pelo PSD e PP não fosse de desdenhar, mas pela hipótese, remota que seja, de Monteiro agarrar outra vez na pasta e sair porta fora de São Bento a procurar ânimo no fundo de uma bica no café da esquina. Outra vez, não! Outra vez, não! Há-de haver uma maneira de evitar tal descalabro. Não há tempo a perder. Enquanto Monteiro, que não quer a regionalização, vai fazer o referendo interno no seu partido para saber se os pps e o que resta dos cêdêesses preferem «penachos» e «tachos regionais» ao tacho nacional, perdão, ao todo nacional, os portugueses têm a obrigação, o dever, de fazer chegar ao Largo do Caldas as diversificadas, espontâneas e sinceras provas do seu apoio à monteiral figura. Amanhã, sexta-feira, os sinos deverão tocar a rebate em Braga, local da ocorrência referendária, para que ninguém falte à chamada. E as televisões, as rádios, os jornais, o mínimo que poderão fazer é promover entre os seus públicos idêntica iniciativa para que de uma vez por todas fique claro que Monteiro é o homem por que Portugal anseia para entrar com o pé direito no Século XXI.

Tudo o mais que se disser ou escrever será de somenos importância, poeira para os olhos, parolices, cegueira de quem, com a luz à frente do nariz, ainda a não enxerga.

■ AF

## Para travar a lei do «vale tudo» CGTP realiza hoje jornada de luta a nível nacional

Para repudiar a proposta de lei sobre flexibilidade dos horários e polivalência de funções, apresentada na AR pelo Governo na sequência do acordo assinado com as confederações patronais e a UGT, estão convocadas para hoje acções públicas em mais de duas dezenas de localidades e greves em vários sectores.

A jornada de hoje vem na sequência do trabalho de esclarecimento e mobilização para a luta que a central tem vindo a desenvolver desde que, a 24 de Janeiro, foi subscrito o «acordo de concertação social de curto prazo». Em plenários e reuniões nas empresas e nas estruturas sindicais, tal como em inúmeros

comunicados, folhetos ou abaixo-assinados, a Inter tem denunciado as graves consequências que teria a aprovação deste pacote da desregulamentação. Um primeiro sinal público do protesto dos sindicatos e dos trabalhadores foi dado no passado dia 7 de Março, em Lisboa, com um

desfile até à residência oficial do primeiro-ministro.

Nascido a pretexto da redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais, o pretendido novo regime laboral adia, mais uma vez, aquela medida, prevista num anterior acordo da Concertação para vigorar a partir de 1995 sem quaisquer contrapartidas.

O Governo entende ainda que deve premiar os principais responsáveis pela não redução (as associações patronais, que teimaram em recusar as 40 horas na negociação colectiva), dando-lhes aquilo que os

governos do PSD nem sequer haviam prometido: a imposição, com força de lei, dos princípios da flexibilidade dos horários de trabalho (que poderiam ir até um máximo de 50 horas semanais, deixando de contar como tempo de trabalho as actuais pausas e qualquer outra interrupção que implicasse paragem ou substituição do trabalhador) e da polivalência de funções profissionais (que obrigaria o trabalhador a desempenhar tarefas para além das incluídas na definição da sua categoria, praticamente ao livre arbítrio da entidade patronal).

O acordo da Concertação e a consequente proposta de lei do Governo foram vivamente saudados pelas confederações patronais, que há muito reclamam instrumentos como os que o Governo lhes quer conceder, com o objectivo de intensificar a exploração da mão-de-obra.

O movimento sindical unitário tem denunciado com particular vigor o facto de esta proposta de lei (sujeita a discussão pública até ao próximo dia 23) colidir com a própria negociação colectiva e, a ser aprovada, obrigar os trabalhadores a fazer horas extraordinárias pagas a singelo, sujeitos a horários que desestabilizariam a vida pessoal e familiar, e com um leque de funções profissionais tão amplo que faria do trabalhador pau para toda a obra.

Na jornada de hoje incluem-se concentrações de trabalhadores e sindicalistas em Águeda, Aljustrel, Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Entroncamento, Évora, Faro, Feira, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa (com participação do distrito de Setúbal), Portalegre, Porto, Portimão, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Foram convocadas greves, de 24 horas ou para o segundo período de trabalho, nomeadamente nos sectores da metalurgia, metalomecânica e minas, construção, madeiras e mármore, celulose, gráfica e imprensa, alimentação (Sul e Norte) e tabacos, fabricação de material eléctrico, transportes rodoviários de mercadorias e pesados de passageiros (nomeadamente empresas da ex-RN). Para a EDP, Carris, Metropolitano de Lisboa e empresas da hotelaria e turismo foram convocados plenários de trabalhadores - segundo uma informação anteriormente disponibilizada pela CGTP.

## PCP promove audição sobre a metalomecânica

O grupo parlamentar do PCP realizou terça-feira, dia 9, na Sala do Senado na Assembleia da República, uma audição pública com a participação de estruturas representativas dos trabalhadores. Em causa, a situação de desemprego, os direitos dos trabalhadores e o sector da metalomecânica pesada.

O desemprego está a atingir actualmente meio milhão de trabalhadores portugueses. Uma das razões assenta na destruição

deliberada de sectores produtivos estratégicos do país e na política de privatizações de que a crise que atravessa o sector da metalomecânica pesada, com a perda de 10.000 empregos, é um significativo exemplo.



Audição pública na Assembleia da República

## CGTP-IN reúne com PCP

Uma delegação da CGTP-IN, conduzida por Carvalho da Silva e integrando igualmente Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Jerónimo Rodrigues, foi recebida, dia 9 de Abril, pela direcção do PCP.

Por parte do PCP, estiveram presentes, no encontro, Carlos

Carvalhas, Jerónimo Sousa, Rosa Rabiais e Américo Costa.

A reunião foi solicitada pela CGTP-IN com o objectivo de trocar pontos de vista sobre alguns graves problemas de ordem laboral e social. Entre eles, destacam-se: o aumento do desemprego e da precariedade do

emprego, as insuficiências do novo sistema de protecção social, a situação conflagrada dos sinistrados no trabalho e o comportamento das organizações patronais que vêm procurando impor arbitrariamente mecanismos de flexibilização dos horários e de polivalência de funções.



Encontro, na Soeiro Pereira Gomes, entre as delegações da CGTP e do PCP

